

RESISTÊNCIAS E RE-EXISTÊNCIAS



Mulheres, território e
meio ambiente em
tempos de pandemia

Elisangela Soldateli Paim (Org.)







© Editora Funilaria
© Fundação Rosa Luxemburgo

Edição: Patricia Bonilha
Revisão: Fábio Fujita
Diagramação: Danielle Fróes
Ilustrações: Cibeles Lucena

Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, que entrou em vigor no Brasil em 2009.



O conteúdo deste livro está sob a Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-Compartilhável 4.0 Brasil.

Esta publicação foi realizada com apoio da Fundação Rosa Luxemburgo e fundos do Ministério Federal para a Cooperação Econômica e de Desenvolvimento da Alemanha (BMZ).



Fundação Rosa Luxemburgo
Escritório Brasil – São Paulo
Diretor Torge Löding



Alberto D'Angelo
Amanda de Castro Spadotto
Caio Valiengo
Gisleine Scandiuizzi
Marília Jahnel
Renata Del Vecchio
Rogério Fernandes dos Santos
Thaís Waldman

editorafunilaria.com.br
[@editorafunilaria](https://www.instagram.com/editorafunilaria)

RESISTÊNCIAS E RE-EXISTÊNCIAS

Mulheres, território e
meio ambiente em
tempos de pandemia

Elisangela Soldateli Paim (Org.)



Sumário

-
- 7** Apresentação
Elisangela Soldateli Paim (Fundação Rosa Luxemburgo)
-
- 17** Retrocessos socioambientais e
a vida nos territórios
Cris Faustino (Instituto Terramar)
-
- 39** Antiambientalismo bolsonarista e financeirização da
natureza em tempos de pandemia
Fabrina Furtado (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro)
-
- 69** "Quem não se movimenta, não sente as correntes
que a prendem"
*Kelli Mafort e Lisbet Julca (Movimento dos Trabalhadores
Sem Terra)*
-
- 91** O MTST, a pandemia da covid-19 e o papel das
mulheres do movimento
*Coletivo Nacional de Mulheres do MTST (Movimento dos
Trabalhadores Sem Teto)*
-
- 109** Resistindo em mutirão: território, ancestralidade e luta
feminista no Vale do Ribeira
*Miriam Nobre, Natália Lobo (Sempreviva Organização
Feminista) e Nilce Pontes (Rede Agroecológica de Mulheres
Agricultoras e Coordenação Nacional de Articulação das
Comunidades Negras Rurais Quilombolas)*
-
- 135** Mulheres indígenas: a dimensão do cuidado como
potência
Iara Tatiana Bonin (Conselho Indigenista Missionário)
-
- 157** Sobre as autoras

Apresentação

Elisangela Soldateli Paim

ATRAVESSAMOS UMA CRISE QUE TRANSCENDE OS IMPACTOS sanitários desencadeados pela pandemia da covid-19. Nesse contexto, explicitam-se injustiças socioeconômicas, ambientais e de gênero que são a base do padrão de acumulação capitalista. O vírus explora os próprios circuitos do capital para chegar aos lugares mais recônditos do planeta, atingindo de forma violenta comunidades indígenas, quilombolas e ribeirinhas. Em emergências como a que estamos vivendo, populações vulnerabilizadas, como as negras e as indígenas, comunidades que enfrentam déficits habitacionais e hídricos, trabalhadoras e trabalhadores precarizados, mulheres e crianças são as que sofrem, com maior intensidade, os impactos das desigualdades estruturais da nossa sociedade.

9

A inter-relação entre as crises sanitária, socioambiental e climática é evidente. O último relatório do painel de especialistas em biodiversidade da Organização das Nações Unidas (ONU), divulgado no final de outubro de 2020, alerta que a perda progressiva de biodiversidade e a relação dos humanos com outros animais podem conduzir o planeta a uma “era das pandemias” (IPBES, 2020). A extinção de espécies, entre outros fatores, está profundamente associada com o

aquecimento global. Além disso, o aumento da temperatura do planeta vem ocasionando a intensificação de eventos climáticos extremos, como secas prolongadas, enchentes, furacões, ondas de calor, temperaturas mínimas cada vez mais baixas, entre outros episódios catastróficos.

Assim como na pandemia, são as populações historicamente empobrecidas e marginalizadas as que mais sofrem as consequências desses fenômenos. Logo, a discussão sobre os impactos da pandemia e das mudanças climáticas não pode estar dissociada das relações sociais constituídas numa sociedade capitalista. De forma que é imprescindível estimular esse debate a partir da inclusão de questões de raça, gênero e classe.

Nos últimos anos, enfrentamos no Brasil a negação desses processos e o retrocesso nas políticas de direitos duramente conquistados. Essa conjuntura também explicita a insustentabilidade e o avassalamento do modelo neoliberal extrativista e agroindustrial que destroem territórios e devastam a vida. Em um cenário de aniquilamento da legislação ambiental, não são somente a supressão de vegetação nativa em diversos biomas e as queimadas que proliferam: o aumento dos conflitos no campo (Canuto, Luz e Santos, 2020) e da violência contra os povos indígenas (Rangel, 2019) também nos confrontam diariamente.

Esta publicação, escrita por mulheres, traz uma reflexão coletiva sobre os temas território, ambiente e pandemia. Nosso objetivo é contribuir com processos de debate e de articulação entre movimentos e organizações sociais, e na difusão de análises e ações sobre o retrocesso de direitos no Brasil, o aumento dos conflitos nos territórios e a vida das mulheres. Este trabalho é parte de uma construção coleti-

va do Programa Latino-Americano de Clima da Fundação Rosa Luxemburgo, que tem como prioridade o apoio a processos de transição socioecológica justa, que se encontrem fora das lógicas do capital e promovam a proteção dos bens comuns e dos modos de vida locais das comunidades, com compromisso com o feminismo e o antirracismo.

Assim sendo, integrantes de organizações e movimentos sociais e da academia abordam neste livro aspectos como: violência institucional do Estado; desregulamentação das políticas de proteção ambiental; violências múltiplas sofridas por mulheres no contexto da pandemia; falta de acesso a alimentos de qualidade, agravada com a crise de insegurança alimentar que estamos atravessando. Também é destacada a importância de campanhas de solidariedade e de cuidado coordenadas por organizações sociais como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e a Sempre Viva Organização Feminista (SOF).

O primeiro artigo, “Retrocessos socioambientais e a vida nos territórios”, escrito pela coordenadora do Instituto Terramar/Ceará, Cris Faustino, sintetiza os principais elementos relacionados a perdas de direitos e de conquistas democráticas desde 2013 até a atualidade. Além de apresentar o pacote de medidas regressivas imposto recentemente à população, como a reforma da previdência e a reforma trabalhista, a autora ressalta como as mudanças nas políticas ambientais atingem duramente os territórios, considerando o agravante da pandemia.

Em seguida, o texto elaborado por Fabrina Furtado, professora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), analisa as políticas antiambientalistas e discriminatórias do governo Bolsonaro contra povos indígenas, tradicionais e do campo. Políticas que têm causado o aumento do desmatamento, das queimadas, da violência e dos conflitos rurais. A pesquisadora também aborda o avanço das propostas de “financeirização da natureza”, bioeconomia e de projetos baseados na lógica do mercado, atribuindo preço à natureza.

O terceiro texto, cujo título “Quem não se movimenta, não sente as correntes que a prendem” é inspirado em uma frase da revolucionária marxista Rosa Luxemburgo, foi escrito por duas militantes do MST, Kelli Mafort (pedagoga e membra da Coordenação Nacional) e Lisbet Julca (cientista política e membra do Setor de Gênero). As autoras enfocam a violência de gênero agravada pela pandemia, trazendo o exemplo das mulheres do campo, que estão em maior situação de vulnerabilidade. Também relacionam essa conjuntura com determinantes históricos do patriarcado e do racismo, assim como a articulam com a divisão social e sexual do trabalho. Finalizam a análise salientando iniciativas importantes relacionadas tanto às ações de solidariedade, organizadas pelo MST em todo o país, quanto às campanhas de combate à violência doméstica nos assentamentos e acampamentos.

Trazendo o histórico recente da política habitacional brasileira, o artigo elaborado pelo Coletivo de Mulheres do MTST sublinha a importância do processo organizativo de trabalhadoras e trabalhadores pela moradia digna, sendo esse o ponto de partida para a atuação política no bairro,

na cidade, no estado e no país. Também em sintonia com as iniciativas de solidariedade mencionadas anteriormente, no caso do MTST, são destacadas as ações solidárias e de acolhimento articuladas pelas mulheres nas periferias do Brasil, tanto em relação à arrecadação e à distribuição de alimentos e itens de higiene quanto na confecção de máscaras de proteção contra à covid-19.

A partir da apresentação do território do Vale do Ribeira, as autoras Miriam Nobre e Natália Lobo, integrantes da SOF, em conjunto com Nilce Pontes, quilombola, agricultora agroecológica e integrante da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq), recuperam elementos importantes da ancestralidade das comunidades tradicionais no sul de São Paulo. Em seguida, explicam as diversas manifestações de racismo institucional, como a desapropriação de quilombolas da região, a negação do direito à saúde e à educação, entre tantas outras. Abordam ainda a aliança entre os movimentos feminista e quilombola na construção de alternativas agroecológicas e na defesa dos territórios.

O último texto, elaborado pela pesquisadora e indigenista Iara Tatiana Bonin, professora da Universidade Luterana do Brasil (Ulbra), nos traz um “mosaico de experiências” de mulheres indígenas com foco na centralidade da relação com o território para assegurar suas formas de vida. Através de depoimentos, são abordados temas como o aumento da violência, dos conflitos e das ameaças contra os povos indígenas, as invasões de seus territórios por garimpeiros, grileiros e madeireiros, a precarização das políticas de saúde e a própria pandemia.

Em seu conjunto, esta publicação nos convida a refletir e debater sobre o atual momento no Brasil de retrocesso das políticas sociais, econômicas e ambientais nos territórios, que impactam especialmente a vida das mulheres no contexto de pandemia que atravessamos. Também nos traz informações necessárias para que possamos conhecer e apoiar processos de solidariedade, resistências e re-existências construídos por diversas organizações sociais brasileiras.

Referências bibliográficas

- CANUTO, Antonio; LUZ, Cássia Regina da Silva; SANTOS, Paulo César Moreira dos (coords.). *Conflitos no campo no Brasil 2019*. Goiânia: CPT, 2020. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/component/jdownloads/?task=download.send&id=14195&catid=0&m=0&Itemid=0>. Acesso em: 15 nov. 2020.
- IPBES Workshop on Biodiversity and Pandemics: Workshop Report. *IPBES*, Bonn, 2020. Disponível em: https://ipbes.net/sites/default/files/2020-12/IPBES%20Workshop%20on%20Biodiversity%20and%20Pandemics%20Report_0.pdf. Acesso em: 1 dez. 2020.
- RANGEL, Lucia Helena (coord.). Relatório “Violência contra os povos indígenas no Brasil: dados de 2019”. Cimi (Conselho Indigenista Missionário), Brasília, 2019. Disponível em: <https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2020/10/relatorio-violencia-contr-os-povos-indigenas-brasil-2019-cimi.pdf>. Acesso em: 1 dez. 2020.



Retrocessos socioambientais e a vida nos territórios

Cris Faustino



É ESTE O FUTURO QUE ESTAMOS PREPARANDO



Desde que o índio guerreiro foi pro cativoiro
e de lá cantou...
(Mauro Duarte e Paulo César Pinheiro,
O canto das três raças)

ABORDAR O ATUAL APROFUNDAMENTO DAS PERDAS E DOS retrocessos nos direitos e nas conquistas democráticas, e suas relações com a vida cotidiana no Brasil, é tarefa bastante complexa; não sendo, por óbvias impossibilidades, pretensão deste texto esgotar o debate. A intenção aqui é trazer alguns elementos considerados relevantes para os desafios que a conjuntura impõe a quem escolhe, em meio a tantas adversidades, manter a busca pela plenitude dos direitos como valor ético e fator decisivo para melhorar as condições de vida da população brasileira e romper com os ciclos denunciados pelos poetas “de guerra em paz, de paz em guerra, todo povo dessa terra, quando pode cantar, canta de dor”.¹

Apesar do aparente caráter episódico e da sensação de volatilidade dos fatos históricos presentes e de seus incontro-

1. Trecho da canção *O canto das três raças* (1976), composição de Mauro Duarte e Paulo César Pinheiro.

láveis ritmos políticos e midiáticos, as perdas de direitos e as incertezas da democracia, que ora vivenciamos, não são eventos “soltos” no tempo e no espaço. Ao contrário, estão vinculadas à história econômica, política, jurídica, sociocultural, a seus processos interseccionados e aos sujeitos atuantes.

Compreende-se que as conquistas e perdas de direitos têm trajetórias imbricadas e se dão numa realidade em que as políticas de direitos são consideradas conquistas porque sua construção, na maioria das vezes, está relacionada à luta social permanente. Já as perdas e os retrocessos estão vinculados a estruturas consolidadas de desigualdades firmadas por sujeitos privilegiados e suas forças para incidir no Estado, na política, na economia, na sociedade.

Embora seja justo reconhecer que o fortalecimento da democracia brasileira pode e deve ser medido pela sua capacidade de incorporar os sujeitos de direitos e suas demandas, e reverberar positivamente nas condições gerais de vida da população, parte significativa das lacunas, contradições e dos riscos de retrocessos se atrela aos sistemas de privilégios, em que poucos setores tomam conta das institucionalidades, dos processos decisórios e dos mecanismos de influência na opinião pública. Tais setores, brancos e ricos, se autodefinem (e são considerados) como exclusivos no comando econômico, político, cultural, jurídico e – podemos dizer – na produção das violências e na sua legitimação.

Nessa perspectiva, os agravos atuais na situação dos direitos e das conquistas democráticas estão vinculados não só à história recente ou ao presente, acelerado pelo ritmo que as tecnologias promovem, ou à banalidade do autoritarismo, mas também ao passado mais remoto da formação da nação brasileira. Ao atentarmos para o caótico cenário que vivenciamos nas instituições e no tecido social, logo vemos que a

democracia brasileira se põe à prova, explicitando seus “inacreditáveis” limites e vigorosos sistemas de desigualdades enraizados nas instituições e na sociedade, em que se impõe a força das heranças coloniais racistas e heteropatriarcais.

Na construção do Brasil enquanto nação, a expropriação do território, o abuso de poder contra os corpos negros e indígenas, a violência, a tortura e o estupro, principalmente contra mulheres e crianças, sempre foram métodos legitimados e aplicados pelas autoridades institucionais políticas, jurídicas, militares e portadores da moral cristã imposta como “única” na formação do país.

Sob essas bases coloniais internalizadas no moderno Brasil capitalista e em sua democracia branca se situam as lutas por direitos. Se tomarmos como referência a Constituição Federal de 1988, que representou uma espécie de culminância do processo de democratização do país, quando se entoavam cantos de celebração e não de dores, podemos verificar, no mínimo, a enorme força social construída pelos movimentos populares. Contudo, logo na sequência, o neoliberalismo privatizante mostrou sua força, inviabilizando os direitos conquistados. Depois, quando novos cantos de celebração entoaram, com a conquista de um governo oriundo das forças populares, nos anos 2000, rapidamente foi evidenciada a inviabilidade de se exercerem direitos no desenvolvimentismo, que assolou imensos territórios vividos por diferentes povos indígenas, populações tradicionais e negras urbanas e rurais.

Todavia, mesmo com as persistentes injustiças e desigualdades, a luta social experimentava, com muitos altos e baixos, um poder de negociação ou de constrangimento que, baseado em pressupostos democráticos e nas conquistas formais, logrou importantes políticas sociais e ambientais.

Políticas que, desde meados dos anos 2010, vêm sendo soblapadas numa espécie de revide das elites escravocratas que impactam de forma cruel e perversa os territórios, as populações e os povos historicamente excluídos ou subtratados na democracia brasileira.

De 2013 para cá...

22

É arriscado tentar delimitar ou identificar os vínculos das mobilizações de 2013 com o momento extremista que vivenciamos. Mas é possível afirmar que, de forma dispersa e fragmentada, as jornadas de junho daquele ano condensavam um extraordinário caldo de insatisfações populares, especialmente nos centros urbanos, sufocados por múltiplas crises relativas à mobilidade, ao transporte, à segurança pública, à violência das remoções forçadas causadas pelos megaprojetos e aos projetos de infraestrutura.

Iniciadas com os protestos do Movimento Passe Livre (MPL) em São Paulo, as jornadas se estenderam por todo o país, trazendo à tona pautas históricas dos direitos: saúde, educação, moradia, transporte e muitas outras. Em um período de alta visibilidade internacional – já que 2013 e 2014 foram anos em que o Brasil sediou grandes eventos internacionais, como a Copa das Confederações de Futebol, a Jornada Mundial da Juventude Católica e a Copa do Mundo de Futebol –, os conflitos urbanos se exacerbaram, e “todo mundo” foi às ruas protestar. O exterior se estarrecia com a realidade brasileira que, até então, representava um exemplo de superação das desigualdades.

De modo geral, setores da esquerda e da sociedade civil brasileira, em suas análises sobre esse fenômeno que foi 2013, enfocam as perdas, os fracassos e as contradições do

projeto democrático popular e a predominância da cidadania do consumo, da burocracia e da violência institucional do Estado. Nesse processo, desnudou-se de forma profunda o viés racista e sexista dos sofrimentos, refletido na vitimação da população negra e indígena e na violência contra as mulheres e o público LGBTQIA+, recrudescidas pelas forças fundamentalistas e sua reação conservadora contra as conquistas dos direitos e das liberdades individuais.

Em sua maior parte não vinculadas às históricas organizações sociais, as jornadas de junho causaram um misto de animação e estranhamento nas esquerdas, fortaleceram juventudes ávidas por direitos, formaram novos sujeitos sociais e revigoraram uma infinidade de formas de fazer lutas e construir visibilidade.

Mas, nesse processo, os setores reacionários e ultraliberais também tiveram saldo positivo. Eles se mostraram dispostos a pautar a política, apoderando-se das mídias e redes sociais e empoderando-se nelas, ocupando e sugando os sujeitos “perdidos” nos “vácuos” abertos pela turbulência social, em que políticos e partidos foram nivelados e rechaçados, enquanto novos heróis, supostamente deslocados da política, ganhavam cada vez mais legitimidade. Ideologias e pautas foram, ao mesmo tempo, se dividindo e se condensando, e, com uma alta dosagem de autoritarismo institucional e overdose midiática, encaminharam uma macropolariização da sociedade brasileira, permeada por uma aplicação confusa dos termos “direita” e “esquerda”.

Em 2014, o governo reeleito de Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT), aprofundaria, ainda na campanha, os laços com setores conservadores declaradamente contrários aos direitos. A escolha de uma líder ruralista para o Ministério da Agricultura, a senadora Kátia Abreu, e de

outros conservadores para ministérios estratégicos evidencia esse aprofundamento. Num esforço de segurar o governo, a presidenta aprofundou concessões inaceitáveis, assumindo o programa de seu então adversário político. Mesmo assim, toda a efervescência política e as crises econômicas cíclicas e/ou produzidas pela pressão da direita e da extrema direita impulsionaram profundas rupturas nas alianças dos governos petistas com os conservadores, favorecendo a construção do antipetismo e do pacto golpista das elites, que, em 2016, culminaram com o processo espetaculoso e fraudulento de impeachment de Dilma Rousseff. A democracia brasileira expôs suas vísceras, e os direitos conquistados passaram a se arrastar para um poço sem fundo.

Seguiram-se nas fraturas democráticas: a sustentação do governo de Michel Temer, do partido do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), moralmente devastado; a politização da Operação Lava Jato contra o PT e o próprio ex-presidente Lula, preso em abril de 2018 e aliado da corrida eleitoral; e a concomitante ascensão da extrema direita ao Poder Executivo nacional e aos distintos colégios eleitorais no país em 2018. A eleição de um candidato declaradamente racista, misógino e lgbtfóbico, incapaz de governar, agravou a quebra dos pactos democráticos e abriu um novo ciclo de mudanças profundas na própria concepção do que são direitos.

A renovação do antiesquerdismo se agudizou e, personificado no antipetismo, popularizou novas e velhas deturpações de conceitos aos quais estão vinculados, na história brasileira, os tortuosos caminhos das conquistas de direitos e da busca por reconhecimento e legitimidade dos sujeitos de direitos: comunismo, socialismo, direitos humanos, ambientalismo, populações e povos tradicionais, desigualdades estruturais, racismo, identidade de gênero e outras gramáticas

das lutas. Os próprios sujeitos de direitos foram rechaçados e tratados, de forma estúpida, como as causas dos problemas.

Nesse processo, a profusão de informações “desinformatizantes” que disseminam a negação ou a relativização das práticas de violência, e que são revisionistas da história e dos conhecimentos, por certo colaboram no aumento da violência política e da política da violência, bem como no recrudescimento da hostilização e da criminalização das conquistas populares, dos movimentos sociais e dos sujeitos que tensionam a democracia brasileira para efetivar uma cultura de direitos. O discurso reacionário se liberta, num reencontro consciente e posicionado das heranças coloniais e escravocratas, racistas e heteropatriarcais. O poder masculino das elites brancas e das classes médias reivindica sua plena restauração frente aos direitos e aos sujeitos de direitos, buscando capturar as subjetividades das classes populares através de múltiplos mecanismos: o fundamentalismo religioso, o moralismo, o discurso de ódio contra as maiorias sociais e a violência como método, dentre outros.

25

Esse movimento não se dá sem uma grave crise ética e de valores, incluindo a banalização da morte, o extermínio dos dissidentes, a falta de caráter e de decoro de boa parte das lideranças que ocuparam os poderes Executivo e Legislativo. Em todos esses processos, destacam-se o sequestro e a manipulação da democracia e, com ele, a acelerada perda dos direitos de cidadania.

Austeridade e agravos socioambientais

O golpe institucional no governo federal se consolidou e incidiu nas eleições municipais ocorridas em 2016. Houve

um aumento da presença, legitimada pela mídia, de setores conservadores nos parlamentos e poderes executivos locais. Em nível nacional, agravaram-se as crises institucionais na vida política do país, assim como as pressões das classes ricas sobre as conquistas de direitos e a violência policial contra os sujeitos organizados. O país vivenciou sucessivos golpes, com a imposição de políticas recessivas e o desmonte das conquistas democráticas.

A Operação Lava Jato, por um lado, revelou esquemas de corrupção entre as corporações, como a estatal Petrobras e empreiteiras como Odebrecht, Queiroz Galvão, Camargo Corrêa e Andrade Gutierrez, e agentes públicos, desnudando as tramas para burlar processos legais com o propósito de garantir a implementação de grandes negócios de altos impactos sociais e ambientais. Por outro, politizada por direita e extrema direita, a Lava Jato serviu também como instrumento para restaurar o poder das elites brancas sobre o Estado e as políticas públicas, com respaldo do Supremo Tribunal Federal (STF) e manipulação da mídia corporativa, especialmente a Rede Globo.

Para enfrentar a crise econômica e de arrecadação, o então presidente, Michel Temer, sugeriu como principal medida de ajuste fiscal a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 241/16, apelidada de “PEC do Teto”, que congelou por vinte anos os gastos com saúde, educação, e outros investimentos sociais. Aprovada em outubro de 2016, ela representou um severo desmonte das políticas sociais e deve causar fortes impactos sobre as populações mais pobres por um longo período.

Além de efetivar mudanças estruturais na legislação magna do país, o governo reduziu bruscamente os recursos para os programas sociais, como o Bolsa Família e o Minha

Casa Minha Vida. Em 2017, importantes políticas de direitos relacionadas às pautas mulheres, igualdade racial, moradia, reforma agrária, educação, saúde, direitos humanos, entre outras, também tiveram drásticas reduções de recursos. O pacote de medidas impopulares que incidem diretamente nas condições de vida da população inclui ainda a reforma da previdência, a reforma trabalhista e mudanças no sistema de concessão e privatização da exploração do pré-sal. Naquele ano, as medidas de austeridade do governo federal impactaram os estados e municípios, que foram pressionados a adaptar seus orçamentos e regimes fiscais ao teto dos gastos públicos.

Ainda em 2017, mais de 2 milhões de pessoas passaram para baixo da linha de pobreza; já a extrema pobreza (renda de US\$ 1,90 por dia) aumentou de 6,6% para 7,4%, em relação a 2016, subindo de 13,5 milhões para 15,2 milhões de pessoas. O racismo estrutural e as desigualdades de gênero impuseram à população negra um rendimento que representa 27,5% em relação ao da população branca, e, às mulheres, um rendimento 29,7% menor que o dos homens (IBGE, 2018). Como consequência desse processo de austeridade, o Brasil voltou a integrar o Mapa da Fome.² Contudo, mesmo nesse cenário, uma das medidas adotadas pelo governo Temer foi a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário, órgão federal que era responsável pelas políticas voltadas à agricultura familiar e à segurança alimentar.

Além disso, o tema ambiental foi bastante prejudicado, dentre outras medidas, com a aprovação da Lei nº 13.465/2017, que regulariza a grilagem de terras; anistia

2. Mecanismo utilizado pela Organização das Nações Unidas (ONU) para orientar políticas de enfrentamento à fome no mundo.

e premia crimes ambientais de grandes invasores de terras públicas; garante segurança jurídica aos latifundiários; e favorece projetos de mineração, agronegócio e energia, que, historicamente, promovem impactos e danos ambientais e violação dos direitos conquistados pelas populações locais. Verifica-se, nesse contexto, a supremacia dos interesses empresariais junto aos parlamentos e aos órgãos públicos federais, como o Ministério do Meio Ambiente (MMA), o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e a Fundação Nacional do Índio (Funai), que afeta a atuação dos mesmos no sentido de garantir a execução das políticas de regularização fundiária de responsabilidade da União.

Desse modo, pode-se notar que as rupturas democráticas e o aceleração dos esforços das elites para incidir sobre as políticas e promover retrocessos significaram a agudização das violações nos territórios populares no campo e na cidade, com riscos dramáticos de empobrecimento das comunidades; mais entraves para a garantia dos direitos coletivos, como o direito à terra, à água e ao território; e efeitos agravantes sobre mulheres, juventude, LGBTQIA+, população negra e indígena, ou delas originárias, que compõem a maior parte das comunidades tradicionais e da população do país.

A tragédia da nova ordem antidireitos e antiambientalismo

A ascensão da extrema direita no governo federal, a partir da eleição do presidente Jair Bolsonaro, na época pelo Partido Social Liberal (PSL) no final de 2018, ocorre, portanto, no contexto de uma grave crise nos direitos, e desafia todo o campo progressista, perseguido e hostilizado a reconstruir-se num tecido social profundamente afetado pela ascensão

dos piores políticos e valores que marcam a história da humanidade, e em meio às profundas vulnerabilidades sociais, econômicas, políticas, jurídicas e psíquicas da população. O campo socioambientalista é seguramente um dos mais prejudicados pela “nova ordem” e seu extremismo. Aprofundaram-se as rupturas institucionais, as tensões políticas e socioculturais e as preocupações com a democracia no país; as lutas sociais são desqualificadas, e os sujeitos de direitos, transformados, pelo discurso de ódio, em inimigos.

Nos territórios dos conflitos socioambientais, verifica-se uma maior incidência de setores direitistas e ultraconservadores, legitimando e estimulando a violência direta contra as lideranças e agravando a insegurança pública, a perseguição e o medo. O incentivo à violência civil e militar é discurso e prática recorrente do atual governo federal que, já em janeiro de 2019, através do Decreto nº 9.685, facilitou o acesso da população às armas, consolidando a legitimação da violência.

29

Nesse cenário, entre os novos fatores que dificultam as lutas comunitárias, ocorreram temerosas alianças entre empresários que pressionam os territórios, grupos comunitários por eles cooptados e grupos vinculados a atividades ilegais, como a formação de milícias, o tráfico e as violências típicas dos circuitos de distribuição e consumo de drogas ilícitas. As lutas socioambientais se tornam cada vez mais arriscadas. Não é à toa que, em 2019, o número de assassinatos de lideranças indígenas foi o maior dos últimos onze anos (Canuto, Luz e Santos, 2020). Ressalte-se que foi nesse cenário que, também em 2019, testemunhamos grandes tragédias/crimes socioambientais, como o rompimento da barragem de rejeitos de mineração em Brumadinho, no estado de Minas Gerais, os incêndios criminosos na Amazônia e o derramamento de petróleo no litoral nordestino. Em todos esses ca-

sos, a ação do governo foi pífia e se deu somente sob pressão política social e judicial.

Apesar da proposta inicial do governo de extinguir o Ministério do Meio Ambiente não ter sido levada a cabo, a política ambiental vem sendo estruturalmente desmontada. Dois casos ilustram bem essa situação: a restrição da participação social – por exemplo, em relação à redução de recursos e à composição do Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama) e do Conselho Nacional dos Recursos Hídricos (CNRH), consolidando em ambos o amplo controle governamental sobre o pleno; e os cortes orçamentários – em 2019, os recursos do MMA foram reduzidos em 43%, afetando áreas fundamentais, como a fiscalização, os licenciamentos ambientais, o enfrentamento ao desmatamento e às queimadas e as políticas de conservação ambiental; já a pasta da agenda climática teve 95% de seu orçamento reduzido (Rodrigues, 2019).

Além disso, não são poucos os dispositivos utilizados no desmonte ambiental, podendo ser citados: a Instrução Normativa nº 3, de 21 de janeiro de 2019, que flexibiliza as normas para a aprovação de agrotóxicos – até agosto de 2020, o atual governo já tinha aprovado 754 novos agrotóxicos (Leite, 2020); o Decreto nº 9.760, de 11 de abril de 2019, que flexibiliza os pagamentos de multas ambientais; o Despacho 6409091/2019 do Ibama/MMA, que flexibiliza o controle do comércio ilegal de madeira; a Instrução Normativa nº 26, de 6 de dezembro de 2019, que informatiza o sistema de licenciamento ambiental, com o propósito de agilizar pela internet as emissões de licença para a implementação de empreendimentos. Também vale citar a pressão sobre as unidades de conservação ambientais, concretizada, por exemplo, na Portaria nº 256, de 12 de junho de 2019, que altera o Plano

de Manejo do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses para facilitar o funcionamento de concessionárias dentro do parque; e a Portaria nº 99, de 11 de março de 2019, que encerra o Plano de Preservação de espécies ameaçadas de extinção nas regiões do Baixo e do Médio Xingu.

Para os territórios e as populações que enfrentam conflitos socioambientais, a descentralização dos licenciamentos ambientais tende a dificultar as garantias de direitos devido à proximidade e aos interesses das elites locais. No entanto, a Instrução Normativa nº 8, de 20 de fevereiro de 2019, possibilita ao Ibama delegar aos estados e municípios qualquer processo de licenciamento ambiental que seja de sua responsabilidade. Isso inclui, entre outros, empreendimentos em terras indígenas, em áreas protegidas e exploração de petróleo, podendo as próprias empresas solicitarem a transferência; a decisão sobre essa solicitação dependerá de “avaliação de oportunidade e conveniência” por parte da Divisão de Licenciamento Ambiental do Ibama.

Os retrocessos ambientais, associados às vulnerabilidades sociais, impactam diretamente os direitos nos territórios de conflitos. O aumento dos riscos de violências e a necessidade de lidar de forma pacífica com os conflitos nos territórios fazem com que a pauta da proteção às pessoas e organizações ganhe centralidade. A regularização fundiária e as garantias de proteção ambiental são cada vez mais proteladas e minimizadas por determinação governamental, que, entre outras ações, deturpa o papel de entes públicos relevantes como a Fundação Palmares, hoje entregue a Sérgio Camargo, um declarado gestor racista.

Para além de tudo isso, verificam-se nas cinco regiões do Brasil: o desmonte da democracia; a militarização dos cargos estratégicos para o meio ambiente; a radicalização

do pacto do Estado com ruralistas, latifundiários e fundamentalistas; a legitimação e o descaso de agentes públicos sobre as violências cotidianas e estruturais; o fortalecimento de sujeitos e práticas conservadores e ultraconservadores; a implementação de políticas econômicas que agravam ainda mais a concentração de renda; e a indiferença e a desobrigação do Estado frente a questões sociais, com evidente negação ou ódio aos sujeitos de direitos.

E com a pandemia do novo coronavírus?

32

Em meio às inúmeras e graves crises que o Brasil e suas populações enfrentam, houve o advento da pandemia do coronavírus no país. Diante dele, mais uma vez, o governo federal deliberadamente negligenciou um enfrentamento robusto ao problema em si. Incapaz de cumprir os pactos federativos, o presidente Bolsonaro optou por criminalizar os gestores públicos municipais e estaduais e ocupou-se de espalhar o negacionismo, o anticientificismo e o próprio coronavírus.

A emergência em saúde pública mudou drasticamente o cotidiano e exigiu o acesso a informações sobre procedimentos domésticos de saúde e a outras condições necessárias para o exercício dos direitos ao isolamento social. Novos conflitos foram gerados pelas condições específicas da pandemia e pelas fragilidades institucionais para a implementação e a aplicação de decretos sobre o isolamento social: em muitos casos, as comunidades tiveram que, por si só, construir barreiras sanitárias. A fome tornou-se uma questão central no período, e se não fosse a ação solidária das organizações populares, inúmeras comunidades teriam ficado à mercê do padecimento e do adoecimento.

No contexto de crise sanitária mundial, as populações em situação de conflitos socioambientais tiveram que conjugar a busca pela proteção sanitária e pelo suprimento alimentar doméstico numa grave crise das economias populares e de luta ambiental, ou seja, não houve trégua.

Ao contrário, entre os temores da sociedade civil está a possibilidade real de que, no contexto pós-pandemia e sob o pretexto de recuperação econômica, haja uma maior corrida para a exploração dos territórios, dos ecossistemas e da biodiversidade. Essa situação ainda pode ser agravada pela legitimação dos rituais de morte e de identidade que os violadores de direitos, sem compromisso ambiental, têm com os racistas no poder, que legitimam os mesmos para matar as pessoas, os animais, os ecossistemas e a biodiversidade.

Resistência: substantivo feminino

33

É preciso reconhecer que o recrudescimento da crueldade contra os sujeitos de direitos também mobiliza extraordinárias forças sociais, desde os mais diversos territórios, que, sob diferentes “miras”, acumulam prejuízos, sofrimentos e sobrecarga de demandas, mas também visibilidade e potência para incidir nos rumos da nação, ou pelo menos para tensionar os níveis de “civildade” dos sujeitos privilegiados.

Os agravos nas vulnerabilidades pelo acúmulo dos conflitos e pelo aumento dos riscos de violência não têm intimidado as comunidades tradicionais e os povos. A ação popular também tem gerado importantes reações, como o fortalecimento da afirmação das economias e dos modos de vida comunitários, que podem ser, inclusive, situados como referências para a sociedade. Aqui, é importante citar o intenso trabalho das mulheres, que quase sempre estão nas

frentes de luta “no chão” e assumem um papel central na gerência da vida cotidiana e na vida política. Apesar disso, elas continuam entre as parcelas mais invisibilizadas e desconsideradas da sociedade no que se relaciona aos conflitos e às políticas ambientais.

O atual cenário de pandemia gera para essas mulheres não só a redução dos espaços de trabalho e do acesso ao meio ambiente, mas toda uma sobrecarga de trabalho e a preocupação com o presente e o futuro das juventudes. Importa ainda ressaltar que a precarização das condições de vida é sinônimo de preocupação e adoecimento mental das mulheres, para quem também estão postos os riscos de aumento de violência doméstica e sexual.

Sendo as maiores demandantes das políticas sociais, de saúde, educação, moradia e saneamento, as mulheres “seguiram” a vida cotidiana. É muito provavelmente por isso que elas estão nas frentes da luta e personificam o esforço individual e coletivo de incidir e transformar a política. É bastante evidente que tem sido na força das mulheres negras e indígenas, cis e trans que se vislumbram as melhores esperanças na reconstrução e no tensionamento da democracia, que, herdada nos sistemas de privilégios, necessita urgentemente construir novos caminhos.

Referências bibliográficas

- BRASIL. Poder Executivo. Lei 13.465, de 11 de julho de 2017. *Diário Oficial da União*, Brasília, 12 jul. 2017, p. 1. Seção 1.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Ibama. Instrução Normativa nº 8, de 20 de fevereiro de 2019. *Diário Oficial da União*, Brasília, 28 fev. 2019, p. 152. Seção 1.
- BRASIL. Poder Executivo. Decreto 9.760, de 11 de abril de 2019. *Diário Oficial da União*, Brasília, 11 abr. 2019, p. 6. Seção 1.
- BRASIL. Poder Executivo. Decreto 9.685, de 15 de janeiro de 2019. *Diário Oficial da União*, Brasília, 8 maio 2019, p. 4. Seção 1.
- BRASIL. Poder Executivo. Decreto 9.806, de 28 de maio de 2019. *Diário Oficial da União*, Brasília, 29 maio 2019, p. 1. Seção 1.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. ICMBio. Gabinete da Presidência. Portaria 256, de 12 de junho de 2019. Brasília, 7 jul. 2019. Disponível em: https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/portarias/portaria_256_12jun2019.pdf. Acesso em nov. 2020.
- BRASIL. Poder Executivo. Decreto 10.000, de 3 de setembro de 2019. *Diário Oficial da União*, Brasília, 4 set. 2019, p. 1. Seção 1.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Ibama. Instrução Normativa nº 3, de 21 de janeiro de 2019. *Diário Oficial da União*, Brasília, 28 jan. 2020, p. 61. Seção 1.
- CANUTO, Antonio; LUZ, Cássia Regina da Silva; SANTOS, Paulo César Moreira dos (coords.). *Conflitos no campo, Brasil 2019*. Goiânia: CPT, 2020. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/component/jdownloads/?task=download.send&id=14195&catid=0&m=0&Itemid=0>. Acesso em: 15 nov. 2020.

DWECK, Esther; OLIVEIRA, Ana Luíza Matos de; ROSSI, Pedro (coords.). *Austeridade e retrocesso: impactos sociais da política fiscal no Brasil*. São Paulo: Brasil Debate e Fundação Friedrich Ebert, 2018.

IBGE. Síntese de indicadores sociais: indicadores apontam aumento na pobreza entre 2016 e 2017. Rio de Janeiro, 5 dez. 2018. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/23298-sintese-de-indicadores-sociais-indicadores-apontam-aumento-da-pobreza-entre-2016-e-2017>. Acesso em: 1 dez. 2020.

INSTITUTO TERRAMAR. *Derramamento de petróleo na costa nordestina: crime e tragédia ambiental*. Fortaleza: Instituto Terramar, 2019. E-book. Disponível em: https://issuu.com/instituto.terramar.ce/docs/petroleo_crime_tragedia. Acesso em: 15 out. 2020.

LEITE, Catalina. Governo Bolsonaro já registrou 745 novos agrotóxicos; número é o maior em 15 anos. *O Povo*, 10 ago. 2020. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/brasil/2020/08/10/governo-bolsonaro-ja-registrou-745-novos-agrotoxicos--numero-e-o-maior-em-15-anos.html>. Acesso em: 1 dez. 2020.

PRAZERES, Leandro. Ibama flexibiliza normas para multar serrarias que comprem madeira ilegal. *Ita FM 91.3*, 21 nov. 2019. Disponível em: <https://www.itafm.com.br/2019/11/21/ibama-flexibiliza-normas-para-multar-serrarias-que-compram-madeira-ilegal/>. Acesso em: 15 nov. 2020.

RODRIGUES, Sabrina. Governo corta R\$ 187 milhões do MMA. Saiba como o corte foi dividido. *O Eco*, 7 maio 2019. Disponível em: <https://www.oeco.org.br/noticias/governo-corta-r-187-milhoes-do-mma-saiba-como-o-corte-foi-dividido/>. Acesso em: 15 nov. 2020.

RODRIGUES, Rogéria; CAMURÇA, Andrea; RODRIGUES, Beatriz. 1ª panorâmica da situação de comunidades tradicionais costeiras e pesqueiras do Ceará no contexto da pandemia do coronavírus (covid-19). *Instituto Terramar*, Fortaleza, 2 abr. 2020. Disponível em: <https://documentcloud.adobe.com/link/track?uri=urn:aaid:scds:US:c5c165c4-64fd-470d-9333-b5a4b977f72d#pageNum=1>. Acesso em: 15 out. 2020.

Antiambientalismo bolsonarista e financeirização da natureza em tempos de pandemia

Fabrina Furtado

TEM NO CUIDADO

UMA ESTRATÉGIA DE LUTA



HISTORICAMENTE, DIFERENTES AGÊNCIAS GOVERNAMENTAIS brasileiras têm implementado políticas para impulsionar o modelo de desenvolvimento baseado no agroextrativismo, aprofundando a apropriação privada de terras e territórios, as desigualdades estruturais, de terra, renda, raça e gênero, e os conflitos no campo. O estabelecimento de políticas macroeconômicas baseadas em desregulamentação, neoliberalização e financeirização, fortalecidas por uma narrativa ideológica que promove a lógica de extração-exportação como solução para o desenvolvimento nacional e a criação de empregos, resultou no avanço do desmatamento, das queimadas, da poluição de terras, ares e rios e no aumento da violência no campo.

Ao mesmo tempo, desde que políticas ambientais, direitos trabalhistas e dos povos indígenas e das comunidades tradicionais foram garantidos na Constituição Federal, muita pressão vem sendo feita para que esses avanços sejam flexibilizados ou até eliminados. A eleição do presidente Jair Bolsonaro, em outubro de 2018, transformou essa pauta em prioridade de governo, de forma explícita: leis e normas vêm sendo reformuladas, e novos dispositivos, como a militarização da fiscalização ambiental, criados para garantir o avanço radical do agroextrativismo.

Nem mesmo uma situação de crise sanitária e econômica global foi impedimento para o avanço desse projeto. O governo não só nega a amplitude da pandemia, como busca meios de deslegitimar e desestimular o isolamento social, utilizando a justificativa de que é preciso enfrentar a crise econômica, além de incentivar o uso de medicamentos não recomendados por órgãos científicos de referência e que podem, inclusive, levar a óbito. Ao mesmo tempo, o governo acelera as desregulações de políticas ambientais e sociais, e autoriza a violência contra os agentes que considera como obstáculo ao seu projeto de nação.

Nesse contexto de projeções globais negativas de crescimento econômico, o agronegócio e a mineração, que foram definidos pelo governo como atividades essenciais durante a pandemia, não têm sofrido muitos impactos em suas operações, mesmo diante da retração econômica brasileira e da queda do consumo.

Um dos motivos por trás desse “sucesso” é que, com o aval do governo, o agronegócio e as mineradoras não respeitaram a quarentena, registrando elevados índices de contaminação de covid-19 entre seus trabalhadores e trabalhadoras, causando preocupações nas comunidades que vivem no entorno dos empreendimentos.¹ Através do discurso do governo e das regulações e desregulações que ele implementou, os efeitos desiguais e nada abstratos da pandemia são ocultados, em paralelo ao avanço nas apropriações territoriais.

1. Denúncias dos movimentos e núcleos de pesquisa que monitoram a mineração apontam que centenas de funcionários da Vale estariam com covid-19 no Complexo Carajás, com omissão de resultados de exames para que não constassem no sistema municipal de saúde e um colapso do sistema de saúde de dimensão pior da que os dados demonstram. Em 27 de maio de 2020, pelo menos quatro funcionários da Vale haviam morrido por covid-19 (Angelo, 2020).

Assim, como “resposta” à pandemia, o Brasil se converteu em um exemplo negativo de políticas e narrativas ambientais voltadas para comunidades indígenas, tradicionais e camponesas, e caracterizadas como autoritárias, liberais e racistas. Um processo que transita entre a negação climática e ambiental, a liberalização radical de práticas do agronegócio extrativo, o preconceito contra povos indígenas, quilombolas, camponeses e populações em situação de pobreza e diversos tipos de ação violenta.

O governo atua no sentido de bloquear os acordos climáticos e legitima ações criminosas de grileiros, madeireiros e fazendeiros, como os incêndios na Amazônia e no Pantanal e a violência contra as populações do campo.

Ruralistas e integrantes do governo, especialmente o próprio presidente Bolsonaro, disseminam abertamente discursos discriminatórios contra essas populações, classificando-as como inferiores, “que nem para procriar servem mais”, ou porque “sufocam o agronegócio”. Sendo assim, é preciso “dar armas e fuzis para os fazendeiros”.² Nesse processo, recupera-se um discurso colonial que afirma que essas populações são as causas dos problemas ambientais e, portanto, obstáculos ao desenvolvimento e inimigas da nação (Acsehrad, 2020a).

Em audiência pública convocada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), o general Augusto Heleno, ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), afirmou que “as razões do aquecimento global são discutidas por cientistas famosos, com teses antagônicas”, e admitiu, via Twitter, que

2. O governo Bolsonaro tem sido responsável por diversos discursos racistas, de ódio e anti-indígena, divulgados por diferentes meios de comunicação. Para mais informações, ver Reforço... (s.d.) e Cimi (2020).

a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) monitorou participantes da Cúpula do Clima das Nações Unidas (COP-25), realizada em Madri, em dezembro de 2019, afirmando que o órgão deve acompanhar campanhas internacionais apoiadas por “maus brasileiros”, prejudiciais ao país. Os “maus brasileiros” seriam integrantes dos grupos sociais preocupados com o avanço da destruição socioambiental no Brasil.

Paralelamente, estamos testemunhando, no contexto do governo Bolsonaro e de pandemia, um avanço de propostas de “financeirização da natureza”, “economia verde” ou, “soluções baseadas na natureza”. Alguns de seus mecanismos são mais conhecidos, como o mercado de carbono, os Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA) e os projetos de Redução de Emissões do Desmatamento e da Degradação (REDD+)³ e de compensação da biodiversidade. Crescem também projetos e pesquisas sobre captura e armazenamento de carbono. Trata-se de propostas fundamentadas em discursos que lançam mão de noções como “economia e agricultura de baixo carbono”, “economia da floresta e da biodiversidade”, “descarbonização da economia”, “emissões líquidas zero” e “bioeconomia”. Bioeconomia se refere a um modelo de produção industrial baseado no que seria o “uso inteligente” de recursos biológicos, que vem avançando nos Estados Unidos

3. O mecanismo REDD+ surgiu a partir do anúncio de que a conservação florestal é capaz de beneficiar, econômica e politicamente, os países do Sul global, permitindo a remuneração daqueles que mantêm suas “florestas em pé”, sem desmatar, para, com isso, evitar as emissões de gases de efeito estufa associadas ao desmatamento e à degradação florestal. De forma bem simplista, a lógica é: posso destruir aqui, compensando ali, plantando árvores ou pondo recursos em projetos que “evitam o desmatamento”, exigindo que as comunidades deixem de se relacionar com seus meios para manter “a floresta em pé”.

e na Europa. No Brasil, sua inserção se inicia por meio do mapeamento dos “recursos naturais” nas comunidades tradicionais e dos seus saberes associados, no contexto do Programa Bioeconomia Brasil Sociobiodiversidade, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa).

Assim, determinadas corporações, investidores e grandes organizações ambientalistas vêm se contrapondo às políticas antiambientalistas do governo Bolsonaro, argumentando a necessidade de atrair investimentos, em vista do potencial ambiental do Brasil, especialmente em torno da capacidade produtiva do agronegócio e da mineração.

Considerando esse contexto, este artigo pretende analisar a reformulação de leis e normas, assim como a produção de novos dispositivos legais, no campo ambiental e de direitos das populações indígenas e tradicionais, e a atuação da indústria mineral e do agronegócio durante a pandemia; além dos discursos e das propostas de financeirização da natureza inseridas nesse ambiente de crise global causada pela covid-19. Os dados aqui utilizados foram coletados de distintas fontes secundárias acadêmicas, de organizações e movimentos sociais, de empresas e instituições patronais e da mídia corporativa, além de eventos online sobre as problemáticas aqui tratadas.

45

Antiambientalismo de resultado bolsonarista e o capitalismo extrativista na pandemia

Os discursos antiambientalistas e discriminatórios promovidos pelo governo Bolsonaro se traduzem em propostas de suspensão dos direitos das populações no campo, tradicionais e indígenas; de ampliação do acesso a suas terras e

territórios e às unidades de conservação; de pôr fim à fiscalização da grilagem e do desmatamento; de aumentar o uso e os tipos de agrotóxicos; de flexibilizar, ou até de eliminar, o licenciamento ambiental; e de permitir a estrangeirização e a financeirização das terras e da natureza.

Diversas medidas provisórias (MPs) estão sendo aprovadas para deslegitimar e desregular a legislação ambiental e sucatear ainda mais o sistema público de promoção e proteção ecológica, considerado uma conspiração ambientalista contra o progresso nacional. Em suma, são propostas que buscam dismantelar o regime fundiário, ambiental e de direitos territoriais brasileiro, instituído pela Constituição Federal de 1988, em particular os princípios relacionados ao meio ambiente, à reforma agrária, à função social e ambiental da terra e aos direitos de populações tradicionais e indígenas.

46

Uma das principais tentativas de facilitar a acumulação e a apropriação de terras pelo agronegócio foi a Medida Provisória 910/2019, mais conhecida como “MP da Grilagem”. Em função da pandemia e da intensa mobilização e pressão por parte de organizações e movimentos sociais que, conhecendo seus efeitos no campo, buscaram impedir a sua aprovação, a MP não foi votada e perdeu sua validade. No entanto, enquanto vidas estavam sendo perdidas e a Amazônia se tornava uma das regiões mais afetadas pelo coronavírus, a MP foi transformada no Projeto de Lei (PL) 2.633.

Sem discussão pública devido ao isolamento social, esse projeto visa instituir novas regras para a regularização fundiária em terras públicas federais. O objetivo é emitir e conceder, até 2022, mais de 600 mil títulos de propriedades rurais aos ocupantes de terras públicas (Agência Brasil, 2019). No entanto, o lobby da bancada ruralista resulta, na prática, em legalização da ocupação irregular de terras públicas e

favorecimento de crimes ambientais e da grilagem. O PL permite a regularização de áreas ocupadas, mesmo de forma ilegal e mediante prática de infrações ambientais, bastando, para isso, a apresentação de documentos de autodeclaração, como a inscrição no Cadastro Ambiental Rural (CAR). Caso o público-alvo fossem os pequenos agricultores, bastava respeitar a legislação vigente. A formulação, o debate e a aprovação de políticas voltadas para a regularização fundiária, questão estrutural para o nosso país, exigem tempo e debate amplo com a sociedade. Além disso, a atenção deveria estar em reduzir os efeitos da pandemia.

Outra medida provisória, a MP 897/2019, apelidada de “MP do Agro”, apresenta formulações substanciais no financiamento e no acesso ao crédito agrícola, criando um cenário mais flexível para as operações no mercado de capitais por investidores financeiros estrangeiros. Após ser sancionada pelo presidente Bolsonaro em 7 de abril de 2020, foi transformada na Lei 13.986/2020, também conhecida como “Lei do Agro”. Essa lei transfere o sistema de financiamento do Estado para o mercado de capitais, promovendo regras para aprimorar instrumentos de crédito e garantias, e operacionalizando os títulos do agronegócio. Além disso, facilita o processo de financeirização da agricultura, inserindo empresas e grandes produtores no mercado financeiro através de investidores institucionais e reconfigurando o agronegócio brasileiro, a partir da participação de empresas estrangeiras, não só na produção de *commodities*, como também na compra e no controle de terras (Aleixo, 2020).

Outros projetos de lei que visam liberalizar a compra de terras por estrangeiros no Brasil também foram apresentados, como o PL 2.963/2019.

Mais de trinta projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional têm como propósito a desregulação dos direitos territoriais dos povos indígenas e tradicionais, facilitando atividades de mineração e do agronegócio. O PL 191/2020, protocolado no Congresso em fevereiro, permite atividades de mineração, turismo, pecuária e exploração de recursos hídricos e de hidrocarbonetos em terras indígenas. No mês de março, o governo autorizou a regularização de propriedades rurais em terras indígenas, alterando a “Declaração de Reconhecimento de Limites”, de forma a permitir a invasão, a exploração e a comercialização de terras indígenas não homologadas.

São projetos sintonizados com as declarações e promessas de campanha de Bolsonaro, já que abrem os territórios indígenas para a exploração de seus bens naturais, como biodiversidade, água, minérios, madeira e terra, entre outros, fazendo com que eles sejam disponibilizados ao mercado (Agência Senado, 2020). Esse processo de apropriação dos territórios tradicionais está vinculado ao próprio genocídio dos povos indígenas, mas é justificado com narrativas que afirmam que a mineração nessas terras permitirá não apenas a “transformação desse patrimônio mineral em riqueza”, mas o desenvolvimento dos próprios povos indígenas. Nesse sentido, o secretário de Geologia e Mineração e Transformação Mineral do Ministério de Minas e Energia (MME), Alexandre *Vidigal* de Oliveira, afirmou: “Quem realmente está preocupado com as boas condições de vida, dignidade dos povos indígenas, comunidades indígenas, efetivamente somos nós” (apud Política..., 2020).

Contrariando essa perspectiva, em julho de 2020, o governo Bolsonaro vetou dezesseis pontos do projeto de lei de enfrentamento à pandemia, direcionado para povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais. Entre os

vetos, está a obrigação do governo federal de garantir água potável, alimentação, leitos e outras medidas emergenciais a essas populações que, por diversos motivos, são mais vulneráveis em uma pandemia como essa. Bolsonaro também vetou, em setembro, o Projeto de Lei 735/2020, que previa assistência financeira aos agricultores familiares impactados pela covid-19 (Ramos, 2020).

Recentemente, um projeto de lei que tramita na Câmara dos Deputados há mais quinze anos passou a receber atenção dos políticos com atuação antiambientalista. O PL 3.729/2004 propõe alterações na lei de licenciamento ambiental, reduzindo-a ou até mesmo a extinguindo. Ele passa para os estados a responsabilidade de definir as regras do licenciamento; não prevê compensações ambientais para impactos indiretos causados pelos empreendimentos; e retira do Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBio) o poder de veto aos projetos pleiteados. Além disso, esse PL atribui licença ambiental automática para proprietários com registro no Cadastro Ambiental Rural (CAR), um registro eletrônico nacional, de autodeclaração, criado para controlar e monitorar as informações ambientais dos imóveis rurais, mas que vem servindo como instrumento para aprofundar os processos de grilagem.

O processo de desmonte continuou se aprofundando diariamente, sendo que a pandemia proporcionou um ambiente propício para forçar a passagem das reformas desejadas pelo governo Bolsonaro. Essa situação foi evidenciada na simbólica frase proferida pelo ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, que, em reunião ministerial no dia 22 de abril de 2020, afirmou a importância de aproveitar que a mídia estava focada na covid-19 para “passar a boiada”, no sentido de mudar o regramento de proteção ambiental.

Dados do sistema Deter de análise de imagens de satélite, mantido pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), revelam um aumento no desmatamento na Amazônia em 2020, em relação a 2019. Apenas em junho, 1.034,4 quilômetros quadrados de florestas foram derrubados, área equivalente à da cidade de Belém, no Pará. Isso significa uma alta de 10,65% em relação a junho do ano passado, chegando ao maior nível para esse período desde 2015.

No caso do Pantanal, até o final de setembro, 23% do bioma já havia sido queimado, o que significa um aumento de 210% em 2020, quando comparado ao mesmo período – janeiro-setembro – de 2019. Foram registrados 4.660 focos de incêndio. Em 2020, o número foi de 14.489 focos (Haje, 2020).

Na Amazônia, os crimes ambientais ocorrem paralelamente à implementação da Operação Verde Brasil e à execução de um decreto de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) para combater o desmatamento e as queimadas, editado pelo presidente Jair Bolsonaro e conduzido pelo vice, general Hamilton Mourão. Trata-se de um processo de militarização da fiscalização do meio ambiente, que autoriza, através do discurso ambiental, a presença das Forças Armadas na Amazônia.

Além disso, o Inpe, um instituto estatal mundialmente reconhecido pela alta qualidade de suas análises, passou a ser duramente atacado e desacreditado por parte do próprio presidente e do Ministério da Justiça e Segurança Pública. Esse processo levou à exoneração da coordenadora da área de monitoramento dos alertas de desmatamento, Lúbia Vinhas, e do diretor do instituto, Ricardo Galvão, após a divulgação de dados que evidenciavam o aumento do desmatamento na Amazônia.

O Inpe foi acusado de manipular, desinformar a imprensa e impedir a contratação de novos sistemas de monitoramento. Esse ataque culminou com a proposta de substituir o sistema de monitoramento do desmatamento do Inpe pelo do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam), um órgão militar, que não tem o monitoramento amplo do desmatamento como parte da sua missão e que não disponibiliza publicamente seus dados. Caso aprovada, essa mudança afetará a credibilidade dos dados e o uso dos mesmos por parte de órgãos públicos e privados, além de demonstrar a intenção do governo de controlar as atividades de observação da Terra, sob a ótica das aplicações militares (STF, 2020).

A militarização da fiscalização ambiental passa aos militares, já em diversos cargos no governo Bolsonaro, o comando do processo. Retira os poderes dos órgãos ambientais, como o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e, considerando que os militares contam com seu próprio sistema de justiça, impossibilita a disseminação de informações fidedignas sobre o desmatamento e o controle por parte do Ministério Público Civil. Fica evidente que o Exército busca ganhar prestígio e visibilidade, o que, no atual governo, só é possível através do mascaramento de informações sobre o desmatamento, em especial em áreas de fronteira de expansão agroextrativista, ou, como afirma Acselrad (2020b), por meio do método da falsificação. Prova disso é que, como mencionado, o governo contesta informações, evidências científicas e testemunhos contrários às suas afirmações, e ainda exonera os porta-vozes que apresentam esses dados.

Pesquisa realizada pela consultoria de gestão de imagem e reputação Curado & Associados, tendo como recorte o período de abril-setembro de 2020 sobre a imagem do Brasil no exterior, indica a má reputação do governo Bolsonaro em decorrência do aumento do desmatamento na Amazônia, da violação aos direitos territoriais dos povos indígenas e da forma como a crise da covid-19 vem sendo enfrentada. O governo da Alemanha afirmou que o Brasil vem perdendo lugar para a China no comércio exterior, que produtos brasileiros estão sendo boicotados, em especial na Europa, que existem ameaças à retirada de investimentos e a possibilidade do acordo Mercosul-União Europeia não decolar (Chiaretti, 2020).

Considerando esse contexto, em junho de 2020, uma carta assinada por 29 instituições financeiras que gerenciam US\$ 3,7 trilhões em ativos alertou o governo brasileiro sobre a importância de conter o desmatamento, sob o risco de enfrentar a dúvida de investidores em relação às possibilidades de investimento no Brasil (Bertão, 2020). “Estamos preocupados com o impacto financeiro do desmatamento, bem como com as violações dos direitos dos povos indígenas, que implicam em potenciais consequências para os riscos de reputação, operacionais e regulatórios de nossos clientes e empresas investidas”, diz um trecho da carta (Gestores..., 2020).

No dia 8 de julho, líderes de 38 grandes empresas brasileiras e estrangeiras e de quatro entidades setoriais do agro-negócio, do mercado financeiro e da indústria enviaram uma carta-manifesto ao presidente do Conselho Nacional da Amazônia Legal, o vice-presidente da República, Hamilton Mourão, expressando preocupação com o desmatamento, pedindo providências e recomendando a retomada de uma economia de baixo carbono. “O Brasil tem uma oportuni-

de imensa, que tem que ser colocada em perspectiva. Pode se tornar uma grande potência ambiental mundial”, afirmou Walter Schalka, presidente da Suzano Papel e Celulose. Para Eduardo Bartolomeo, diretor-presidente da Vale, responsável por alguns dos grandes desastres ambientais da história da mineração, “a Amazônia é uma das maiores riquezas da humanidade e nós, brasileiros, temos a missão de conservá-la” (apud Chiaretti, 2020).

No mesmo sentido, dezessete ex-ministros da Fazenda e ex-presidentes do Banco Central de todos os governos desde a redemocratização, de José Sarney a Dilma Rousseff, divulgaram, no dia 14 de julho, uma carta pedindo que o Brasil promova uma retomada “verde” para sair da crise causada pela pandemia do novo coronavírus, com o fim do desmatamento e a redução das emissões de carbono (apud Arcoverde e Mammi, 2020).

Como avaliar essa “crítica” do setor empresarial ao antiambientalismo do governo Bolsonaro? As regulações ambientais deixaram de ser um entrave ao investimento? Esse antiambientalismo, o preconceito e o racismo estariam sendo explícitos demais no mundo atual, em que predominam narrativas de construção de uma economia de baixo carbono, ou até neutro em carbono, a ponto de afetar o capital reputacional do mundo corporativo? Trata-se de um “novo momento” do capitalismo, no qual legitimidade em termos ambientais importa?

Primeiramente, vale lembrar que, em decorrência da variação cambial (que é a variação dos preços internacionais), além da não paralisação de grande parte das atividades minerárias e do agronegócio, o desempenho financeiro desses setores tem sido positivo. No caso do minério de ferro e do cobre, só no primeiro trimestre de 2020, o setor mineral re-

gistro um faturamento de R\$ 36 bilhões, com aumento de 9% no segundo trimestre, atingindo o valor de R\$ 39,2 bilhões (Ibram, 2020).

Os meios de comunicação revelam “boas perspectivas” também para o agronegócio em 2020, ano marcado globalmente pela pandemia. O Produto Interno Bruto (PIB) agropecuário crescerá entre 3% e 4%; o valor bruto da produção deverá aumentar 9% em relação a 2019, um novo recorde, representando cerca de R\$ 690 bilhões (Daher, 2020). A projeção para a próxima década é de um salto na produção agrícola de 250,9 milhões de toneladas (2011-2020) para 318,3 milhões (2021-2030), o que significa um incremento de 27%.

Ao mesmo tempo, a covid-19 tornou-se tema central nos meios de comunicação e nas estratégias implementadas pelas empresas do setor mineral. O discurso constrói a ideia de essencialidade da atividade econômica, afirmando, acima de tudo, o peso do setor no equilíbrio das contas externas do país. O setor é considerado essencial, portanto, pela geração de divisas (de recursos baseados na moeda estrangeira pela qual os produtos são vendidos); pela contribuição na produção de remédios e equipamentos de proteção individual (EPI); pela infraestrutura de comunicações; pela produção de energia do carvão; pela criação e manutenção de empregos; e pelas contribuições aos municípios. Seria uma atividade “essencial para a saúde e o bem-estar de muitos países ricos em recursos” (Covid-19..., 2020, p. 5).

Além disso, as empresas estariam adotando severas medidas de prevenção, de contenção e de combate à covid-19 e de apoio às comunidades. No entanto, além do registro da morte de trabalhadoras e trabalhadores do setor mineral, depoimentos denunciam a contínua circulação de ônibus das empresas e o fato de certos espaços, como refeitórios e

algumas áreas de operação na empresa, serem bastante reduzidos, fazendo com que os empregados, mesmo em número menor, trabalhem ou convivam em espaços confinados e próximos uns aos outros desde o início da pandemia. Esse processo afeta a vida das trabalhadoras e dos trabalhadores e eleva o potencial de disseminação da doença.

Além da preocupação em torno do capital reputacional, é necessário analisar cuidadosamente as propostas feitas por diversos grupos, como os investidores mundiais. Um artigo publicado na *Folha de S. Paulo*, intitulado “A nova era do capitalismo moral”, afirma que estamos em um momento em que “o lucro deve estar associado a uma postura social e ambientalmente correta” (Mattar, 2020). Mas o que seria exatamente esse “social e ambientalmente correta?” É o que veremos a seguir.

55

Financeirização da natureza: transformando o Brasil em potência agroambiental?

O presente contexto de agravamento das queimadas e do desmatamento, durante o governo Bolsonaro, que teve ampla repercussão mundial, apresenta-se como um problema e uma oportunidade para os setores empresariais e o capital financeiro. Como argumenta Arminio Fraga, da Gávea Investimentos (STF, 2020), “o desmatamento e outros crimes ambientais, além de agravarem o problema global, trazem enormes riscos para o ecossistema do agronegócio, nosso setor mais bem-sucedido, e também para a oferta de energia no nosso país”. Ou seja, ele avalia que a destruição ambiental estaria transformando o Brasil em um destino menos atrativo para investimentos.

De acordo com o professor do Departamento de Economia da FEA/USP Ricardo Abramovay (STF, 2020), enquanto as emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) caíram no mundo em decorrência da pandemia, tudo indica que, no Brasil, elas aumentaram, conduzindo-nos à sexta ou à sétima posição entre os maiores emissores mundiais de GEE. Assim, “sem estabilidade, pode-se avançar na filantropia, mas não se avança nos negócios”. Portanto, é preciso transformar “o uso sustentável da floresta, a bioeconomia florestal”, em “um dos fatores para o desenvolvimento do Brasil”. Segundo Adalberto Veríssimo, da organização Imazon, “a floresta tem um valor crescente, seja do ponto de vista da prestação de serviços ambientais, seja no valor intrínseco da sua biodiversidade e potencial na bioeconomia”. Para “manter a floresta em pé”, seria necessário “conciliar conservação e desenvolvimento econômico e progresso social” (STF, 2020).

Com base nesse contexto inegável de destruição da Amazônia, do Pantanal e do Cerrado, entre outros biomas brasileiros, as propostas do setor empresarial incluem uma economia a partir da biodiversidade e dos recursos florestais; a replicação de casos bem-sucedidos da bioeconomia e de sistemas agroflorestais; o aumento da produtividade agropecuária nas áreas abertas; o “aproveitamento” dos setores minerais industriais, principalmente os vinculados ao minério de ferro e à bauxita, para contribuir com o desenvolvimento regional; e a transformação do pagamento dos serviços ambientais prestados pela floresta amazônica em uma realidade. Assim, busca-se conciliar o papel da produção agrícola com a conservação da Amazônia para transformar “o país que é uma potência agrícola” em uma “potência ambiental” e, sobretudo, em uma “potência agroambiental” (Veríssimo apud STF, 2020).

Antes mesmo da apresentação do Plano Nacional sobre Mudança do Clima, no dia 1º de dezembro de 2008, documento que seria atualizado em 2013, os mecanismos de mercado, como uma forma de enfrentar a mudança do clima, já vinham sendo propostos, elaborados e implementados no Brasil. Essas iniciativas variam desde políticas nacionais, como a Lei de Pagamento de Serviços Ambientais (PSA), elaboração de regulamentação sobre REDD+ e estudos sobre a criação de um mercado de carbono nacional, a políticas subnacionais, com destaque para o Sistema de Incentivos aos Serviços Ambientais do Acre (Sisa), criado em 2010, e o Sistema Estadual de Redd do Mato Grosso; e projetos e iniciativas privadas, como a criação da *Bolsa de Valores Ambientais do Rio de Janeiro (BVRio)* e a proposta do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS) de criação de um *mercado doméstico de carbono compulsório, entre outros*.

57

Atualmente em pauta estão as chamadas “soluções baseadas na natureza”, conceito utilizado por diferentes atores, com distintos significados, incluindo propostas que vão desde REDD+ à agroecologia. De acordo com o CEBDS (Motta, 2020), as oportunidades das soluções baseadas na natureza são “custo-efetivas e possuem potencial significativo em escala global”, para as quais “o Brasil tem vantagens competitivas” (p. 4). Isso significa, entre outras coisas, avançar na estratégia nacional de REDD+ e criar um mercado doméstico de carbono capaz de fazer uso de projetos de compensação (*offsets*, em inglês) florestais resultantes dos excedentes de reserva legal. Ou seja, permitir que empresas e países que poluem e desmatam além das suas “cotas”, em vez de modificarem suas formas de produzir, compensem as mesmas comprando os créditos gerados por aqueles que preservam “a mais”.

Essa lógica de compensação no contexto das soluções baseadas na natureza e a noção de emissões líquidas zero (jogando com a linguagem de emissões zero) vêm sendo amplamente apropriadas pelo setor corporativo. Zerar as emissões líquidas significa chegar ao ponto em que todas as emissões de GEE causadas pela atividade humana se “equilibrem” com a remoção de gases da atmosfera. Ou seja, não é preciso reduzir a zero todas as emissões causadas pela atividade humana – como as que resultam da queima de combustíveis fósseis ou dos veículos –, pois as emissões restantes são equilibradas com a quantidade equivalente de remoção de carbono, expandindo e restaurando florestas ou capturando o carbono emitido para armazená-lo no subsolo.

58

A mineradora Vale, por exemplo, assim se posiciona na seção “Biodiversidade” de seu site oficial: “Protegemos e ajudamos a proteger uma área aproximadamente seis vezes maior do que a área ocupada por nossas operações”. O objetivo da empresa seria o de “buscar o impacto líquido neutro sobre a biodiversidade. Quando as perdas são iguais aos ganhos”.⁴ Ou seja, ela oculta os conflitos, descasos e desastres ambientais e sociais decorrentes das suas operações, afirmando a possibilidade de compensar esses estragos históricos, plantando árvores ou “recuperando” e “protegendo” florestas em outras localidades – o que, frequentemente, significa ampliar a apropriação privada de terras, quando não promover grilagem, e competir com a produção de alimentos – ou comprando esses direitos de destruir por meio do mercado de carbono.

Para além de casos no Acre e no Mato Grosso, já documentados, que vêm causando preocupações em torno da

4. Disponível em: <http://www.vale.com/esg/pt/Paginas/Biodiversidade.aspx>. Acesso em: 15 nov. 2020.

não diminuição do desmatamento, do uso dos recursos, de ameaças aos camponeses e às populações indígenas e dos conflitos territoriais, um projeto de REDD+ foi aprovado, no final de junho de 2020, em meio à pandemia, dentro da Reserva Extrativista (Resex) Estadual Rio Cautário, em Rondônia, como parte da Política Estadual de Governança Climática e Serviços Ambientais de 2018.

O projeto na Resex Rio Cautário, coordenado pelo governo estadual, conta com a venda de créditos de carbono através de um fundo de investimento inglês, a Permian Global. Em troca de uma bolsa mensal de R\$ 1 mil, 95 famílias se comprometem a não caçar, não pescar, nem extrair madeira ou subprodutos da floresta. Como as terras são públicas, de uso da comunidade tradicional, o contrato é “negociado” individualmente, entre o representante de cada família e a empresa, sendo supervisionado pelo Estado. Esse processo, claramente, retira das comunidades o poder da negociação coletiva. Os créditos serão vendidos no mercado voluntário, já com garantia de compra da empresa automobilística Volkswagen, que os utilizará para compensar as emissões das suas linhas de carros elétricos.⁵ O estado de Rondônia ainda realizará uma licitação de novas unidades de conservação para projetos de REDD+ no estado (Bragança, 2020).

E o que de fato significam essas propostas e projetos? O reconhecimento da responsabilidade humana sobre as mudanças ambientais e climáticas é acompanhado pela externalização dos problemas e das soluções. As diversas tec-

5. Desde 2015, essa transnacional alemã busca se recuperar do escândalo “Dieselgate”, em que a Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos descobriu um software que alterava os números de emissões de poluentes dos automóveis da montadora para baixo.

nologias verdes e os mecanismos de mercado estão sendo mobilizados para garantir que nada mude, especialmente a garantia de crescente lucro dos responsáveis pelas emissões. “Estabilizar o clima parece ser a condição para que o capitalismo continue funcionando como sempre” (Swyngedouw, 2010, p. 222, tradução nossa). Cria-se um inimigo externo à sociedade, o gás carbônico (CO₂), promovendo a perspectiva de que o problema não está no sistema capitalista, nem nas relações de poder. Sendo o inimigo externo à sociedade, a cura do problema pode estar dentro do sistema, assim se constrói a legitimidade dos mecanismos de mercado. Os problemas não são resolvidos, mas apenas deslocados para outro lugar, cabendo a uma elite técnico-gestora as resoluções institucionais e tecnológicas.

60 No processo, as comunidades tradicionais (que, secularmente, protegeram as florestas) são definidas como agentes do desmatamento e, após entrarem nos projetos, como conservacionistas. Seus direitos sobre seus próprios territórios são negados e, junto com os “recursos” materiais e simbólicos, incorporados na lógica mercantil (Ulloa, 2014). Por um lado, responsabilizam as comunidades pelos problemas ambientais, ocultando o papel dos fazendeiros, do agronegócio, da indústria extrativa e do próprio Estado. Por que, em vez de se preservar o sistema como está, promovendo, inclusive, tecnologias perigosas, caras e ineficientes para “remover” o carbono da atmosfera e armazená-lo, não se discute a necessidade de manter o petróleo, o carvão e o gás no subsolo?

Por outro, através de relações desiguais de poder, propostas como a bioeconomia e o REDD+ se apropriam dos saberes tradicionais e desestruturam os modos de vida dessas populações. A mercantilização ocorre não apenas na criação do serviço comercializado – emissões evitadas ou a

própria sociobiodiversidade – de provedores, da geração de um “ativo”, inserido no mercado financeiro, mas também na introdução de relações mercantis nas relações comunitárias. O mercado passa a ter um papel de maior e definitiva importância na vida das comunidades e na relação dos comunitários com seus territórios.

O problema, portanto, não está apenas na criação de uma mercadoria a ser comprada e vendida, mas na imposição de limites sobre o acesso ao “produto” ou “serviço” criado. Ou seja, as comunidades e povos podem, crescentemente, deixar de ter acesso aos seus próprios territórios, à relação com a natureza que mantinham para garantir a sua sobrevivência e reprodução material e cultural. A forma de ver a natureza também muda: as empresas capitalistas não só degradam ou protegem a natureza, como também criam uma outra natureza. Desse modo, a natureza é apresentada como externa à comunidade, fora de controle, exigindo o conhecimento de especialistas para dominá-la, como biodiversa, que precisa ser protegida e controlada para assegurar a sua conservação e o seu bom uso. Esse processo também gera novas territorializações/desterritorializações e a criação de novas configurações territoriais para permitir a intervenção, a apropriação e o uso dos territórios.

61

Considerações finais

Neste artigo, buscamos analisar as políticas antiambientalistas e discriminatórias do governo Bolsonaro em tempos de pandemia e as “respostas” apresentadas pelos setores empresariais e de investimentos. Identificamos, num primeiro momento, que as narrativas explicitamente antiambientalis-

tas e discriminatórias contra povos indígenas, tradicionais e rurais vêm se traduzindo no aumento do desmatamento, de queimadas e da violência no campo.

Em um momento em que o governo e as empresas mineradoras e do agronegócio deveriam proteger a vida e a saúde da população acima de tudo, devido à pandemia, o capitalismo não parou, o Estado capitalista não parou, as empresas de mineração e o agronegócio não pararam. A continuidade da circulação de mercadorias e do dinheiro foi, portanto, garantida, estimulando o avanço da fronteira agropecuária e mineral, paralelamente ao avanço da concentração fundiária, dos conflitos no campo, da grilagem de terras, da invasão de terras indígenas, do desmatamento e de outros crimes ambientais, além de contaminação e morte de trabalhadores, trabalhadoras, indígenas e representantes de diversos outros povos. Ficou evidente o caráter desigual da contaminação do coronavírus, que afetou de forma mais ampla e intensa as populações em situação de pobreza, na sua maioria negras.

Nesse contexto, encontramos alguma reação por parte de determinadas empresas e investidores, que exigem um controle do desmatamento e mais cuidado com a política voltada para os povos indígenas. As corporações, e não os governos, assumiram a “responsabilidade”. No entanto, a alternativa ao antiambientalismo bolsonarista apresentada são propostas centradas na ampliação da lógica de mercado e na apropriação de políticas ambientais e saberes tradicionais para cumprir com os interesses do mundo corporativo.

Já a apropriação material e simbólica da natureza como uma solução à crise climática e a apropriação discursiva da crise política e econômica, que vivemos no bolsonarismo em tempos de pandemia, vêm levando à criação e à legitimação de novas institucionalidades baseadas na lógica mercantil.

Situações de crise são, frequentemente, apontadas como forma de deslegitimar instituições e arranjos existentes e, assim, a partir de determinados interesses e ideias, fundamentar a criação de novas práticas.

Portanto, só é possível enfrentar e superar o antiambientalismo da gestão Bolsonaro fortalecendo e apostando nas práticas e vivências das organizações do campo e da cidade que se articulam de modo solidário em tempos de pandemia para combater a fome e assegurar a soberania alimentar, fortalecendo a agroecologia camponesa, na qual a atuação e a luta das mulheres são fundamentais; e das mulheres indígenas que têm no cuidado uma estratégia de luta e de re-existência.

São processos de resistência que nos incentivam a olhar para os diferentes lugares, vivências, experiências e possibilidades; a perceber as múltiplas formas de dar sentido ao meio ambiente, aos territórios e aos modos de vida comunitários, principalmente para tantas mulheres, em especial mulheres negras e indígenas, mais uma vez impactadas de forma desigual, profunda e violenta pela pandemia. Essas mulheres se reinventam coletivamente em suas lutas contra os efeitos da covid-19 e do isolamento social, contra a lógica de desenvolvimento e contra as tantas tentativas de legitimar o capitalismo, tendo como perspectiva a importância da organização coletiva das mulheres, do fortalecimento dos elos comunitários e do enfrentamento às violências contra os corpos e territórios. Tudo isso, como afirmam as feministas comunitárias, em prol da recuperação do corpo-terra-território.

Referências bibliográficas

ACSERLAD, Henri. A Amazônia e o antiambientalismo de resultado. *Le Monde Diplomatique Brasil*, São Paulo, 12 de ago. 2020a. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/a-amazonia-e-o-antiambientalismo-de-resultados/>. Acesso em: 15 set. 2020.

ACSERLAD, Henri. A linguagem da antipolítica. *A Terra É Redonda*, 30 de maio, 2020b. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/a-linguagem-da-antipolitica/>. Acesso em: 15 set. 2020.

ALEIXO, Junior. A Lei do Agro e a busca por uma ‘nova safra de proprietários’. *Brasil Debate*, 21 jul. 2020. Disponível em: http://brasildebate.com.br/a-lei-do-agro-e-a-busca-por-uma-nova-safra-de-proprietarios/#_ftn4. Acesso em: 15 jul. 2020.

ANGELO, Maurício. Infecção por covid-19 explode entre trabalhadores da Vale no Pará e cidade entra em colapso. *Observatório da Mineração*, 27 maio 2020. Disponível em: <https://observatoriodamineracao.com.br/infeccao-por-covid-19-explode-entre-trabalhadores-da-vale-no-para-e-cidade-entra-em-colapso/>. Acesso em: 15 out. 2020.

ARCOVERDE, Letícia; MAMMI, Antonio. A carta de ex-ministros pela ‘recuperação verde’ da economia. *Nexo*, 14 jul. 2020. Disponível em: <https://www.nexojournal.com.br/podcast/2020/07/14/A-carta-de-ex-ministros-pela-%E2%80%98recupera%C3%A7%C3%A3o-verde%E2%80%99-da-economia>. Acesso em: 15 out. 2020.

BARROS, Ana Cristina et al. *Uma nova economia para uma nova era: elementos para a construção de uma economia mais eficiente e resiliente para o Brasil*. Porto Alegre/Washington:

World Resource Institute Brasil/The New Climate Economy, 2020.

BERTÃO, Naiara. ESG: onda passageira ou “novo normal” dos investimentos? *Valor Investe*, 14 jul. 2020. Disponível em: <https://valorinveste.globo.com/objetivo/hora-de-investir/noticia/2020/07/14/esg-onda-passageira-ou-novo-normal-dos-investimentos.ghml>. Acesso em: 15 jul. 2020.

BRAGANÇA, Daniele. Famílias vão receber mil reais por mês para manter a floresta em pé. *O Eco*, 22 jul. 2020. Disponível em: <https://amazonia.org.br/2020/07/familias-vao-receber-mil-reais-por-mes-para-manter-a-floresta-em-pe/>. Acesso em: 15 out. 2020.

CASTREE, Noel. Commodifying What Nature? *Progress in Human Geography*, v. 27, n. 3, p. 273-297, 1 jun. 2003.

CHEGA ao Congresso projeto que permite mineração em terras indígenas. *Agência Senado*, Brasília, 6 fev. 2020. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/02/06/chega-ao-congresso-projeto-que-permite-mineracao-em-terras-indigenas>. Acesso em: 15 out. 2020.

CHIARETTI, Daniela. Em carta a Mourão, CEOs pedem combate ao desmatamento. *Valor Econômico*, 7 jul. 2020. Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2020/07/07/em-carta-a-mourao-ceos-pedem-combate-ao-desmatamento.ghml>. Acesso em: 15 out. 2020.

CIMI (Conselho Indigenista Missionário). *Nota do Cimi*: Bolsonaro criminaliza povos indígenas em discurso irreal e delirante na ONU. Brasília, 22 set. 2020. Disponível em: <https://cimi.org.br/2020/09/nota-do-cimi-bolsonaro-criminaliza-povos-indigenas-discurso-irreal-delirante-onu/>. Acesso em: 1 dez. 2020.

COVID-19: Mining with Principles to Address a Health and Social Crisis. *ICMM*, jun. 2020. Disponível em: https://www.icmm.com/website/publications/pdfs/icmm-briefing_covid-19.pdf. Acesso em: 15 set. 2020.

DAHER, Rui. Impactos da covid-19 no agronegócio brasileiro. *Carta Capital*, 25 mar. 2020. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/opinioao/impactos-da-covid-19-no-agronegocio-brasileiro/>. Acesso em: 15 out. 2020.

GESTORES de fundos de US\$ 4 tri pedem que Bolsonaro detenha desmatamento. *AFP*, reproduzido por *BOL*, 23 jun. 2020. Disponível em: <https://www.bol.uol.com.br/noticias/2020/06/23/gestores-de-fundos-de-us-4-tri-pedem-a-brasil-que-detenha-desmatamento.htm>. Acesso em: 1 dez. 2020.

HAJE, Lara. Inpe confirma aumento de quase 200% em queimadas no Pantanal entre 2019 e 2020. *Agência Câmara*, Brasília, 30 set. 2020. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/696913-inpe-confirma-aumento-de-quase-200-em-queimadas-no-pantanal-entre-2019-e-2020/>. Acesso em: 15 out. 2020.

IBRAM. *Mineração em números*: 2º trimestre de 2020. Belo Horizonte, 2020.

MATTAR, Marina Rocchi Martins. A nova era do ‘capitalismo moral’. *Folha de S.Paulo*, Opinião, 31 ago. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opinioao/2020/08/a-nova-era-do-capitalismo-moral.shtml?origin=uol>. Acesso em: 1 dez. 2020.

- MOTTA, Ronaldo Seroa da. *Oportunidades e barreiras no financiamento de soluções baseadas na natureza*. ICS/CEBDS, 13 ago. 2020. Disponível em: https://d335luupugsy2.cloudfront.net/cms/files/14773/1603552644Financiamento_SolucoesNatureza__Art_6_Ronaldo_Seroa_da_Motta.pdf. Acesso em: 1 dez. 2020.
- POLÍTICA mineral: o programa do governo para a mineração. *Brasil Mineral*, 22 jul. 2020. Disponível em: <https://www.brasilmineral.com.br/noticias/o-programa-do-governo-para-minera%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 15 jul. 2020.
- RAMOS, Mariana Franco. Movimentos pedem derrubada de veto para o “Brasil não morrer de fome”. *De Olho nos Ruralistas*, 11 set. 2020. Disponível em: <https://deolhonosruralistas.com.br/2020/09/11/movimentos-pedem-derrubada-de-veto-para-brasil-nao-morrer-de-fome/>. Acesso em: 12 set. 2020.
- REFORÇO de estereótipos racistas. *Quilombolas contra Racistas*, [s.d.]. Disponível em: <https://quilombolascontraracistas.org.br/discursos-recorrentes/>. Acesso em: 1 dez. 2020.
- STF (SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL). Audiência pública Fundo do clima e a política ambiental. Brasília, 21 set. 2020.
- SWYNGEDOUW, Erik. Apocalypse Forever? Post-Political Populism and the Spectre of Climate Change. *Theory, Culture & Society*, v. 27, n. 2, p. 213-232, 2010.
- ULLOA, Astrid. Diferencias de género y etnicidad en las políticas globales-nacionales-locales de cambio climático. *Crítica y Emancipación*, n. 12, p. 277-294, jul./dez. 2014. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/305681526_Diferencias_de_genero_y_etnicidad_en_las_politicas_globales-nacionales-locales_de_cambio_climatico. Acesso em: 15 out. 2020.

VILELA, Pedro Rafael. Governo edita MP para regularizar 600 mil posses rurais até 2022. *Agência Brasil*, Brasília, 10 dez. 2019. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2019-12/governo-edita-mp-para-regularizar-600-mil-posses-rurais-ate-2022>. Acesso em: 15 jan. 2020.



**“Quem não se
movimenta, não sente
as correntes que a
prendem”***

Kelli Mafort e Lisbet Julca



* O título deste artigo é inspirado na frase original de Rosa Luxemburgo.



PEDAGOGIA
DA
RESISTÊNCIA

*Tinha sete anos apenas, apenas sete anos,
 Que sete anos! Não chegava nem a cinco!
 De repente umas vozes na rua me gritaram Negra!
 Negra! Negra! Negra! Negra! Negra! Negra! Negra!
 “Por acaso sou negra?” – me disse SIM! [...]
 E odiei meus cabelos e meus lábios grossos
 e mirei apenada minha carne tostada. E retrocedi [...]
 Até que um dia que retrocedia, retrocedia e que ia cair
 Negra! Negra! Negra! Negra! [...]
 E daí? E daí? Negra! Sim. Negra! Sou [...]
 De hoje em diante não quero alisar meu cabelo. Não quero [...]
 Afinal compreendi
 AFINAL
 Já não retrocedo
 AFINAL
 E avanço segura
 AFINAL [...]*

(Victoria Santa Cruz, “Me gritaron negra”)

Notas introdutórias

A violência de gênero está na origem da sociedade de classes, da propriedade privada e do Estado, tendo na família monogâmica e heteronormativa o microcosmo fundamental de reprodução dessa sociedade, através da divisão do trabalho (Engels, 2010). A transição das sociedades primitivas para as sociedades de classes e a mudança no papel desempenhado pelas mulheres ocorreram em meio a processos violentos para domesticar os seres sociais a um tipo de conduta mais favorável à exploração do trabalho, que perpassasse a subordinação de gênero, vinculando-a à dominação de classe.

Assim, podemos afirmar que o sistema de dominação denominado de patriarcado, que hierarquiza o masculino sobre o feminino, tem como base material a divisão sexual do trabalho, combinada a um intenso processo de controle sobre a sexualidade humana, com restrições ao prazer das mulheres e ao sexo não reprodutivo. A conduta adequada para as sociedades de classes é a de um modo de vida heterossexual aos homens e às mulheres, e tal padronização só é obtida por meio da violência, do castigo e do disciplinamento social.

Importante destacar a tendência de naturalização sobre a identidade de gênero e a orientação sexual como extensão do sexo biológico, devendo ser reprimida qualquer conduta destoante de tal padrão normativo.

Dessa forma, via diferentes modos de produção na história das sociedades de classes, o sistema patriarcal persiste como pilar estruturante que organiza a vida e as relações humanas. Mas é fundamental interseccionar o componente de gênero com o de classe e também com o racial/étnico, pois existe um processo de sobreposição de violências nas opressões e dominações existentes. Do ponto de vista da re-

sistência e do enfrentamento a esse modelo de dominação e opressão, “a concepção da simbiose patriarcado-racismo-capitalismo muda inteiramente a estratégia de luta das classes trabalhadoras” (Saffioti, 2015).

A associação entre as categorias de classe, gênero e raça, segundo Maristella Svampa (2019), é necessária porque, longe de serem opostas, formam pontes para compreender a condição de existência diferenciada dos sujeitos. Isso porque, há mais de quinhentos anos, com a colonização das Américas, a raça era vista como um instrumento de dominação que determinava a distribuição geográfica pela qual se articulavam o trabalho, os recursos e demais formas de controle – ideia que ainda perdura. Tanto que, na necessidade de extrair mais trabalho das populações originárias deste continente, os colonizadores perseguiram as mulheres, acusando-as de feiticeiras e demoníacas, buscando o disciplinamento dos corpos das mulheres, o controle da sua sexualidade e a condição subordinada, pois elas deixaram suas terras comuns para serem servas (Quijano, 2000; Federici, 2004).

A condição histórica das mulheres negras também revela, de forma ainda mais evidente, a lógica da acumulação capitalista. O corpo dessas mulheres foi tratado como uma máquina de reprodução da força de trabalho, com seus filhos arrancados delas e vendidos em leilões, evidenciando a acumulação capitalista a partir dos nascimentos. Dessa maneira, segundo Silvia Federici (2004), não se perde de vista a conexão entre a atuação estatal no controle da natalidade da população e a utilidade do corpo da mulher, ou melhor, do útero dela, como a efetivação do aumento da população e da acumulação da força de trabalho.

Assim, na atual quadra histórica, os elementos de dominação e opressão se fundem com uma profunda crise estru-

tural do sistema capitalista (Mészáros, 2009), que combina crise de valorização do capital, superprodução de mercadorias, crise de retração, com crise civilizatória e suas consequências econômicas, políticas, sociais e ambientais. Não se trata de uma crise cíclica do capital que acontece periodicamente desde sua origem, mas de uma que, de fato, pode pôr em risco a existência humana.

Evidentemente, quem mais sofre com os efeitos disso são os historicamente explorados e oprimidos do ponto de vista de classe, raça e gênero, pela precarização do trabalho, pelo aprofundamento da violência, pelo aumento da vulnerabilidade quanto aos direitos elementares, também por conta de maior exposição às mudanças climáticas, e pela sanha do capital, que avança sobre terras, territórios, seguindo o impulso de expansão da fronteira agrícola e mineral, sobretudo nos países dependentes, como é o caso do Brasil.

A pandemia da covid-19 acelerou os impactos da crise estrutural do capital, ampliando processos de expropriação de direitos, combinados à desterritorialização de povos do campo, das florestas e das comunidades tradicionais. No Brasil, o grupo que assumiu o poder desde o golpe de 2016 tem um projeto ultraliberal do ponto de vista econômico, além de fundamentalista nas relações sociais. Tais características são complementares e interdependentes, combinando uma política entreguista, privatizante e subserviente aos Estados Unidos da América, com a incitação à violência contra as mulheres por meio da misoginia, da refundação da família e de um disciplinamento às mulheres e à sua sexualidade por meio de uma intensa manipulação das religiões, especialmente junto aos agrupamentos pentecostais.

Esse processo se dá por meio de táticas de uma guerra não convencional, as “guerras híbridas” nos termos de

Korybko (2018), que desestabilizam politicamente determinados países e padronizam condutas que são replicadas, principalmente, através de meios digitais, que estimulam uma subjetividade coletiva hostil ao feminismo, à luta antirracista e anti-lgbtfóbica, juntando tudo num plano raso e superficial, como se tais temas fossem uma “questão de opinião”.

Pandemia, mulheres e violência

A medida de isolamento social tomada pela maioria dos países para mitigar os contágios pela covid-19 tem gerado impactos diferenciados para as nações, classes sociais, homens e mulheres, assim como vem evidenciando que o risco de contágio pela população varia em cada território. Dessa maneira, o debate acerca da violência contra a mulher aqui proposta revela a necessidade de apontar e incluir na discussão diversos elementos que compõem a estrutura social que produz, reproduz e respalda tal violência. Não sendo possível considerá-la como desconexa dos diversos níveis da sociedade, senão escalar e dialética, pois, é a violência que se constitui nas relações sociais hierarquizantes de gênero e desiguais entre classes sociais.

Atualmente, as formas de violência contra as mulheres ainda são decorrentes da relação entre patriarcado e capitalismo, ao que Heleieth Saffioti (2015) refere como patriarcalismo. Sem desconsiderar a violência como “ruptura de integridades”, o que interessa ressaltar aqui é que a violência contra a mulher, executada na maioria das vezes por um homem, abrange essencialmente questões pertinentes ao gênero, o que favorece a correlação de forças para o masculino em detrimento do feminino e instaura uma estrutura de

poder baseada nas relações sociais que situam as mulheres em condição desigual.

Esse cenário se configura em função do poder que o patriarca ou “chefe de família” detém sobre a mulher, as crianças e demais dependentes para manter a sua posição de autoridade e respeito, a partir de formas de violência física, sexual, psicológica, moral, econômica e patrimonial. Considera-se então que, sem a concretização da violência contra as mulheres, o capitalismo não se sustentaria, porque essa imagem do masculino e do feminino também é constituída pela divisão sexual do trabalho. Assim, os afazeres domésticos realizados pelas mulheres e o trabalho não remunerado se estabelecem como raízes da exploração e opressão que as confinam ao trabalho reprodutivo (Saffioti, 2015; Federici, 2004).

76 Aliás, não é por acaso que, no processo de acumulação capitalista, o trabalho teve um papel fundamental na solução da crise capitalista, seja através do trabalho escravizado, seja em razão do barateamento da força de trabalho ou do ocultamento da exploração das mulheres, como mencionado anteriormente. Para Silvia Federici (2004), a guerra contra as mulheres é condição necessária para a existência do capitalismo em qualquer época; nesse sentido, o corpo feminino é apropriado pelo Estado e pelos homens, de forma a se assegurar, assim, a reprodução capitalista.

Na medida em que o cenário atual de pandemia se configura em uma crise total da sociedade, e não só em termos sanitários, evidencia-se o escancaramento da violência que o Estado produz cotidianamente no contexto da divisão sexual e racial do trabalho. Essa é a relação entre as escalas Estado, espaço doméstico e corpo das mulheres, pois, embora existam os aparatos que reconheçam os direitos das mulheres, é o próprio Estado que produz a violência, mostrando a

insuficiência de políticas para garantir a segurança delas nas frentes de trabalho tidas como essenciais.

Consideramos que a escala Estado também se encontra presente nessa violência, sobretudo ao considerar a totalidade que se materializa em uma determinada escala. Portanto, desde uma perspectiva dialética, entendemos a necessidade de trazer neste artigo alguns elementos conjunturais acerca da luta das mulheres, da sua organização e da resistência frente à exploração e às opressões estruturais ainda mais evidentes sob o contexto da pandemia, bem como as estratégias protagonizadas pelas mulheres do campo frente às agressões políticas.

A violência contra as mulheres e os processos de resistência

Segundo estatísticas do Observatório de Igualdade de Gênero na América Latina, em 2018, ao menos 3.287 mulheres foram vítimas de feminicídio. O Brasil aparece com a maior quantidade de casos, totalizando 1.206 registros (Cepal, 2019). As cifras detalhadas revelam que essas mulheres são agredidas ou mortas em suas próprias casas e, na maioria das vezes, têm sua morte provocada pelo próprio parceiro ou ex-parceiro. Também indicam que a maior quantidade de assassinadas é de negras e indígenas; portanto, essas mulheres não estão sendo atendidas pelas políticas universais e precisam de políticas públicas específicas (Haje, 2018).

Essa situação alarmante de feminicídio decorrente de violência física se combina com outras formas de violência, por exemplo, no mundo do trabalho, como ocorrido com a primeira mulher vítima fatal de covid-19 no Brasil: uma

empregada doméstica negra no Rio de Janeiro. Segundo diversos meios de comunicação, ela foi contaminada pela patroa que, provavelmente, havia contraído a doença na Itália. Ou ainda o caso do menino Miguel – de apenas 5 anos, filho de uma empregada doméstica, também negra, que ficou por alguns minutos sob o cuidado da patroa, enquanto, mesmo ainda durante a pandemia, a empregada levou os cachorros da família para passear; por negligência da patroa, o garoto caiu da cobertura do prédio e faleceu. Esses casos emblemáticos denotam a condição das mulheres como as que carregam o trabalho de cuidadoras e que são “impedidas” de ficar nas suas casas com seus filhos e familiares.

Figura 1. Imagem de divulgação da campanha nacional “Contra os vírus e as violências”



Reprodução/MST

Aliás, esses casos expostos pela mídia contribuem para evidenciar a marginalização e a precarização do trabalho doméstico, sobretudo da mulher trabalhadora doméstica, que, por vezes, não é sequer considerada como trabalhadora, mas, sim, como uma propriedade da família empregadora, já que, muitas vezes, mesmo em um contexto de pandemia, ela é constrangida a permanecer ao lado daquelas/es que a “possuem”, e não junto à sua própria família. Isso ocorre principalmente quando a família empregadora exige que a trabalhadora realize o isolamento social na residência de suas/seus empregadoras/es, sob o argumento de se evitar e se prevenir o contágio da covid-19.

Em ambos os casos, o apego ao servilismo é materializado na figura da trabalhadora doméstica, como se fosse essencial ter essa mulher servindo à família empregadora na residência desta, mesmo que entidades como a Organização Mundial da Saúde (OMS) apontem para a importância da realização do isolamento social.

Cabe destacar que, em diversos países, foram organizados protocolos e estratégias para incentivar o isolamento social e a garantia de canais para as mulheres fazerem denúncias de violência doméstica. Mas, na maioria dessas iniciativas, o caráter patriarcalista dos Estados ficou evidente. No Panamá e no Peru, por exemplo, foram aplicadas políticas com distinção de gênero para conter a saída da população às ruas, com o objetivo de gerar trânsito separado entre homens e mulheres em dias alternados na semana. Entretanto, essa medida ignorou os direitos da população trans e escancarou as desigualdades na divisão de tarefas com as aglomerações nos mercados quando era o dia de saída das mulheres; o mesmo não ocorria quando era o dia de saída dos homens. Houve ainda o caso mexicano, quando do lan-

çamento da campanha “Cuenta hasta diez”, que apresentava conteúdo que invisibilizava ou culpava as próprias vítimas, a partir da mensagem de que o problema da violência se limitaria a comportamentos individuais: a campanha pedia às pessoas para contar até dez, o que seria suficiente para se tranquilizarem ante qualquer situação de raiva, omitindo o problema estrutural da violência e do machismo.

No Brasil, o tema do isolamento social não tem sido de interesse do governo federal, e as medidas aplicadas passaram a ser de total responsabilidade dos governadores dos estados. Isso porque a medida de decretar o isolamento social foi tida como afronta à movimentação econômica do país. Pouco se fez para garantir o isolamento social e, por consequência, a segurança das mulheres nas frentes de trabalho. Embora tenha sido oferecido o auxílio emergencial, é importante lembrar que o governo federal propôs um benefício temporário para autônomos e informais, cujo valor, a princípio, seria de R\$ 200. Devido à pressão da oposição no Congresso Nacional, o valor aprovado aumentou para cinco parcelas de R\$ 600, com exceção das mães responsáveis pela renda familiar, que obtiveram parcelas de R\$ 1.200, asseguradas pela Lei nº 13.982/2020. Desde setembro, após o pagamento das cinco parcelas, houve uma prorrogação de mais quatro parcelas com valores 50% inferiores; cabe ressaltar que os valores iniciais já eram insuficientes para garantir as condições básicas para o enfrentamento dos desafios impostos pela pandemia. Com a redução no valor, a situação ficou ainda pior, deixando as mulheres em maior vulnerabilidade.

Diante desse cenário desolador de crise mundial, chamam a atenção os casos de despejos urbanos e rurais, em diversas regiões do país, ignorando as medidas de distancia-

mento social, contrariando os limites legais e promovendo ações violentas de policiais contra mulheres e crianças, em desacato à Resolução do Conselho Nacional dos Direitos Humanos nº 102, de 17 de outubro de 2018. Esse foi o caso do acampamento Quilombo Campo Grande, no município de Campo do Meio (MG), que existe há 22 anos. Mesmo em um contexto de pandemia, parte das famílias acampadas teve suas casas demolidas, com a escola da comunidade sendo derrubada.

Os episódios postos até aqui fazem parte de uma interminável lista de casos, frequentemente praticados contra as trabalhadoras e os trabalhadores. Desafortunadamente, o que testemunhamos nas mídias sociais explicita uma contrariedade em relação ao papel e às obrigações constitucionais do Estado, já que leis e normas de diversos níveis são direcionadas para garantir a proteção da propriedade, que, inclusive, é considerada mais importante que a proteção da própria vida, reforçando o que se concebe como “violência legítima”, mediante os agentes estatais. Acusa-se a sua incidência junto à dualidade da operatividade do Estado com as leis institucionais. Um exemplo é o poder policial, que, valendo-se de um papel legitimado de árbitro, julga o que é legal ou ilegal. O desdobramento de tal abono é a intocabilidade da propriedade privada com efeito direto sobre a vida.

Esse complexo cenário traz à tona o signo político de “quem mandou matar Marielle?”. O assassinato da vereadora carioca, mulher negra, periférica e lésbica, em março de 2018, permanece impune e como a imagem de uma porta lacrada, que um dia vamos arrebentar. Essa situação também desenha a própria estrutura do Estado, que se explicita no poder sobre o corpo das mulheres, e permite ainda rastrear a dimensão expressiva do discurso como mensagem de poder

sobre os corpos vulneráveis. Destacamos aqui a reflexão de Rita Segato (2014): “O corpo feminino é um território em que é perpetuada a pedagogia da crueldade que fornece as bases de sustentação do poder”.

Essa reflexão trata da guerra contra os corpos frágeis, em que o Estado é propulsor e formulador das violências. Mencione-se aqui a tragédia de 2017 em que morreram 41 crianças, todas meninas, no incêndio do Hogar Seguro Virgen de la Asunción, um espaço sob a responsabilidade da Secretaria de Bem-estar Social da Presidência da República da Guatemala (SBS), e considerado, segundo a população, um ato premeditado por parte das instituições para calar os abusos denunciados. Seguindo a mesma linha, podemos citar a crueldade extremista contra as mulheres do campo, nos casos relacionados à aplicação de políticas voltadas à regulação da natalidade da população dos Andes peruanos, entre 1995 e 2000, quando ocorreu a esterilização de mulheres sem o consentimento delas (Quijano, 2000; Svampa, 2019).

No Brasil, a violência contra as mulheres do campo por parte do Estado se dá através da suspensão de políticas que garantem a soberania alimentar, como no caso dos vetos do presidente Jair Bolsonaro ao Projeto de Lei (PL) 735, Lei Assis Carvalho, em 25 de agosto de 2020, mesmo com a aprovação pela maioria do Congresso, semanas antes, em 6 de agosto. Com esses vetos, o governo Bolsonaro não só impede que agricultores e agricultoras tenham acesso ao auxílio emergencial, como também retira direitos fundamentais de fomento e crédito das mulheres do campo.

Outro fator estruturante que alija as mulheres do campo aos espaços de poder é a apartação delas ao acesso e à propriedade da terra. De acordo com o Censo Agropecuário do IBGE de 2017, dos 5,07 milhões de estabelecimentos rurais

existentes, 4,01 milhões estão em poder dos homens, e apenas 947 mil, das mulheres. Elas são proprietárias de apenas 19% das propriedades rurais, enquanto os homens detêm 81%. As mulheres têm menos acesso à assistência técnica e apresentam baixa taxa de participação em cooperativas em relação aos homens: 5,3% das mulheres são cooperadas, enquanto a taxa de participação em cooperativas para os homens é de 12,8% (Embrapa, 2020).

Pensando nas variadas formas de violência que atingem as mulheres, principalmente as que são mais vulneráveis, como as do campo, precisamos avançar em políticas que levem em consideração tal realidade. As poucas políticas existentes são restritas à realidade urbana. Assim, as mulheres camponesas, indígenas, quilombolas e das florestas são invisibilizadas nesses dados, nas notificações e nas possibilidades de atendimento, cenário que se agrava ainda mais com a pandemia. O acesso limitado a linhas telefônicas ou a meios de transporte para se chegar aos locais de denúncia, entre outros complicadores, as expõe a condições acentuadas de vulnerabilidade.

Diante da atual crise econômica e sanitária mundial, agravada no Brasil pelo governo federal em vista de suas ações, ou da falta delas, a frustração diante de uma vida precarizada é ampliada dentro da classe trabalhadora, aflorando a violência naqueles que já a tinham em potencial, sendo as mulheres e crianças as principais vítimas.

Segundo dados publicados em 24 de julho pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), entre março e maio de 2020, o número de feminicídios aumentou em 2,2% em comparação com o mesmo período de 2019. Nesse informe, também são apresentadas informações como a redução das denúncias de violência doméstica e das concessões de medi-

das protetivas de urgência, possivelmente devido às barreiras no acesso às redes de proteção às mulheres em situação de isolamento domiciliar. Dessa forma, o aumento da violência contra a mulher durante a pandemia da covid-19 no Brasil é resultado das ações que ocorrem na escala do Estado e se materializa na escala do espaço doméstico.

Nesse sentido, a violência contra as mulheres tem um caráter estrutural e não se restringe a questões individuais. Isso inclui a complacência da sociedade quanto à violência doméstica e, sobretudo, aos tipos de violência praticados contra as mulheres considerados, erroneamente, “mais leves”.

Organização, resistência e enfrentamento

84

Embora existam alguns mecanismos legais adotados no combate à violência doméstica durante a pandemia, isso não significa que eles estejam sendo disponibilizados na prática a todas as mulheres. No atual contexto, algumas nuances do sistema capitalista ficam escancaradas, como, por exemplo, a precarização da vida da classe trabalhadora e a dependência que o sistema tem da mesma, bem como a fragilidade do próprio sistema.

Diante de momentos de crise como este, o capitalismo tende a pressionar ainda mais o seu “motor”, a classe trabalhadora, intensificando mais profundamente a precarização do trabalho e da própria vida. Tal precarização é também uma forma de violência. Trata-se de uma contradição permanente que instaura novos desafios à classe trabalhadora frente aos suportes do capitalismo: a violência contra as mulheres, a classificação pela raça e a invisibilidade das mulheres trabalhadoras do campo (Novais, 2019; Periferia Viva, 2020).

Fica evidente também que, sobretudo no Brasil, em função do *desgoverno* do presidente Bolsonaro, o Estado não tem garantido as condições mínimas de reprodução da vida para a parte mais vulnerável da classe trabalhadora. Assim, diante desse descaso, ações fundamentais têm sido tomadas por movimentos populares no sentido de diminuir esse vácuo de assistência social e de cuidados.

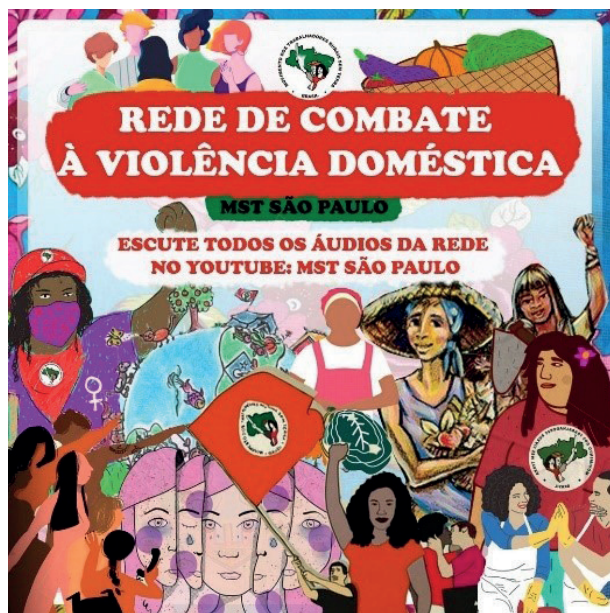
Desde o início da pandemia, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) já distribuiu cerca de 3.800 toneladas de alimentos em diversas ações de solidariedade em todo o país. Essa atitude tem um conteúdo humano, de classe, e também orgânico, que estimula as pessoas atingidas pela crise e pela pandemia a se organizarem e mudarem sua condição material. Essa ação de solidariedade se dá junto com outros movimentos populares que integram o Periferia Viva, uma campanha de ação solidária surgida no Brasil no período da pandemia.

Outra ação importante é a campanha nacional “Mulheres sem terra: contra os *vírus e as violências*” (Figura 1). Essa iniciativa do Setor de Gênero do MST incentiva a criação de instrumentos de auto-organização, como a Rede de Combate à Violência Doméstica no estado de São Paulo, feita em parceria com advogados e psicólogos para orientar e atender vítimas de violência doméstica nos assentamentos e acampamentos.

A Rede de Combate à Violência Doméstica é um instrumento que tem em vista construir vínculos para enfrentar as violências dentro dos territórios. Para isso, tem produzido diversos materiais, estimulando a reflexão do tema da violência e estratégias coletivas de enfrentamento. Citamos aqui a elaboração do material audiovisual realizado por mulheres dos territórios de assentamentos das distintas regiões

do estado de São Paulo, para divulgar as ações de produção de alimentos agroecológicos nas suas áreas (Rede..., 2020). Há ainda a produção de panfletos para serem distribuídos e colados em áreas comunitárias para maior divulgação da Rede de Combate à Violência Doméstica, assim como a gravação e o lançamento de áudios a cada sábado, para serem socializados nos grupos de WhatsApp em cada comunidade, e cujo conteúdo compila informações necessárias para a realização de denúncias por violência doméstica e o envolvimento da comunidade (Figura 2) (Um instrumento..., 2020).

Figura 2. Divulgação dos materiais em áudio da Rede de Combate à Violência Doméstica



Reprodução/MST-SP

Em outras palavras, referimo-nos de maneira contraposta à proposição acerca da pedagogia da crueldade, desde a leitura de Rita Segato (2014), exposta no item anterior, e análoga à pedagogia da resistência, de Claudia Korol (2006). Esta última decorre da vinculação entre a teoria e a prática que as organizações desenvolvem frente às diversas formas de exploração e dominação, isto é, o ato que se revela contra tudo que reproduz a dominação, mediante as ações cotidianas para uma sistemática transformação das relações sociais, entre homens e mulheres.

Trata-se de romper com a afirmação de que o corpo feminino tem um destino específico, servil, que obedece à estrutura familiar submissa e ao sujeito masculino. Para além disso, evidencia-se, na multiplicidade de cenários, o exercício de potentes estratégias das protagonistas como processo organizativo, e, de maneira contundente, para dar respostas à conjuntura estrutural de subordinação.

Referências bibliográficas

- CEPAL. *La medición del feminicidio o femicidio: desafíos y ruta de fortalecimiento en América Latina y el Caribe*. Santiago, nov. 2019. Disponível em: https://oig.cepal.org/sites/default/files/femicidio_web.pdf. Acesso em: 15 set. 2020.
- EMBRAPA. Mapa, Embrapa e IBGE apresentam os dados sobre mulheres rurais. Brasília, 16 mar. 2020. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/50779965/mapa-embrapa-e-ibge-apresentam-os-dados-sobre-mulheres-rurais>. Acesso em: 29 nov. 2020.
- ENGELS, F. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- ESSAYAG, Sebastián. *Del compromiso a la acción: políticas para erradicar la violencia contra las mujeres en América Latina y el Caribe*, 2016 – Documento de análisis regional. PNUD/ONU Mujeres, Cidade do Panamá, 2017. Disponível em: http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2017/12/DEL_COMPROMISO_A_LA_ACCION_ESP.pdf. Acesso em: 15 out. 2020.
- FBSP (Fórum Brasileiro de Segurança Pública). *Violência doméstica durante a pandemia de covid-19: nota técnica*. 3. ed. São Paulo, 24 jul. 2020. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2018/05/violencia-domestica-covid-19-ed03-v2.pdf>. Acesso em: 1 dez. 2020.
- FEDERICI, Silvia. *O calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. Trad. Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2004.
- HAJE, Lara. Feminicídio cresce entre mulheres negras e indígenas e diminui entre brancas, aponta pesquisadora. *Agência Câmara*, 7 nov. 2018. Disponível em: <https://www.camara>.

leg.br/noticias/547491-feminicidio-cresce-entre-mulheres-negras-e-indigenas-e-diminui-entre-brancas-aponta-pesquisadora/. Acesso em: 15 set. 2020.

UM INSTRUMENTO para combater as violências! Rede de combate à violência doméstica do MST/SP. 3 set. 2020. Vídeo (2m47). Publicado pelo canal do MST São Paulo. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Y7W-54whonjE&list=PLv5fGnh6KJvsNSxd-DPcb-GWqeVB-JNy5_&ab_channel=MSTS%C3%A3oPaulo. Acesso em: 1 dez. 2020.

KOROL, Claudia. Pedagogia de la resistencia y de las emancipaciones. In: CECENÁ, Ana Esther (coord.). *Los desafíos de las emancipaciones en un contexto militarizado*. Buenos Aires: Clacso, 2006.

KORYBKO, Andrew. *Guerras híbridas: das revoluções coloridas aos golpes*. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

MÉSZÁROS, István. *A crise estrutural do capital*. Trad. Francisco Raul Cornejo. São Paulo: Boitempo, 2009.

NOVAIS, Adriana Rodrigues; FREITAS, Lucinéia. A invisibilidade da violência contra as mulheres do campo e das florestas. *Site do MST*, 13 mar. 2019. Disponível em: <https://mst.org.br/2019/03/13/a-invisibilidade-da-violencia-contras-mulheres-do-campo-e-das-florestas/>. Acesso em: 15 out. 2020.

OEA (Organización de los Estados Americanos); CIM (Comisión Interamericana de Mujeres). Covid-19 en la vida de las mujeres: razones para reconocer los impactos diferenciados. Washington, 2020. Disponível em: <http://www.oas.org/es/cim/docs/ArgumentarioCOVID19-ES.pdf>. Acesso em: 15 out. 2020.

PERIFERIA VIVA. Para combater a violência doméstica, MST-SP organiza rede entre campo e cidade. *Brasil de Fato*,

7 set. 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/09/07/para-combater-a-violencia-domestica-ms-t-sp-organiza-rede-entre-campo-e-cidade>. Acesso em: 15 out. 2020.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, Edgardo (comp.). *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires: Clacso, 2000. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/quijano.rtf>. Acesso em: 15 out. 2020.

REDE de combate à violência doméstica do MST São Paulo. 8 jul. 2020. Vídeo (8m02). Publicado pelo canal do MST São Paulo. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=-duwx4GIi44&t=274s&ab_channel=MSTS%C3%A3oPaulo. Acesso em: 1 dez. 2020.

90 SAFFIOTI, Heleieth. *Gênero, patriarcado, violência*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

SEGATO, Rita. Las nuevas formas de la guerra y el cuerpo de las mujeres. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 29, n. 2, maio/ago. 2014.

SVAMPA, Maristella. *Debates latinoamericanos: indianismo, desarrollo, dependencia, populismo*. Buenos Aires: Edhasa, 2019. Epub.

O MTST, a pandemia da covid-19 e o papel das mulheres do movimento

*Coletivo Nacional de
Mulheres do MTST*



UMA COZINHA
COMUNITÁRIA
SUSTENTA
NOSSA
HUMANIDADE

COMO EFEITO DIRETO DO APROFUNDAMENTO DAS CRISES econômica e social vividas nas últimas décadas, o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), desde sua origem, organiza e articula trabalhadoras e trabalhadores para lutar por moradia digna para todas e todos. Mas não só isso – a luta do movimento vai além do âmbito habitacional, buscando também mudanças sociais mais radicais e permanentes, tendo em vista o combate à miséria nos centros urbanos e a formação de militantes para a construção de um novo paradigma de sociedade.

Dessa forma, o MTST não é “apenas” um movimento de moradia. Lutamos cotidianamente por moradia, mas entendemos que essa luta é parte de uma disputa maior por condições de vida dignas para todos os trabalhadores e todas as trabalhadoras. Entendemos o direito à moradia digna como um ponto básico de partida para que nossas e nossos militantes tenham possibilidades de participar ativamente da vida política de seu bairro, de sua cidade, estado e país.

Essas lutas, muitas vezes, são protagonizadas pelas mulheres do movimento. Estivemos presentes em todas as batalhas travadas pelo MTST, tecendo um feminismo popular, que constrói uma história de luta sob a perspectiva única das mulheres que ajudam, mesmo em condições precárias de vida, a idealizar novos horizontes de mundo.

Crise urbana

O MTST atua para dar uma resposta à chamada “crise urbana”, advinda da precarização do trabalho, do achatamento salarial, das elevadas taxas de desemprego nas regiões metropolitanas e, claro, da alta especulação imobiliária que impossibilita às famílias mais pobres o acesso a uma moradia adequada (Maricato, 2015).

O MTST organiza, em suas ocupações, trabalhadores e trabalhadoras que vivem em condições precárias, tendo que escolher, muitas vezes, se pagam aluguel ou se alimentam suas famílias. São pessoas que enfrentam problemas cotidianos com a falta de escolas e as deficiências na oferta de saúde pública, de transporte coletivo e de segurança, além da total ausência de áreas de cultura e lazer, coleta de lixo e esgoto, entre outros direitos (Goulart, 2011).

94 O movimento atua constantemente, junto às populações em seus territórios, para levar também essas demandas ao poder público e à sociedade de forma geral, buscando, por meio da luta organizada, construir formas de resistência à realidade de exploração e espoliação a que, cotidianamente, são submetidos trabalhadores e trabalhadoras.

Historicamente, o MTST defende uma reforma urbana estrutural, como forma de oferecer respostas ao conjunto desses problemas, e postula ideais de transformação mais ampla da sociedade:

Defendemos uma transformação profunda no modo como as cidades estão organizadas. Hoje as cidades servem para dar lucro e são gerenciadas como uma empresa pelos governantes. Há gente que ganha bilhões com a expulsão dos trabalhadores para as periferias e com a precariedade dos serviços públicos. (MTST, 2013)

Para atingir esses objetivos, uma das bandeiras do MTST é a permanência e a manutenção das políticas públicas de habitação. O movimento negocia diretamente com o poder público a ampliação de programas, recursos e subsídios para que as famílias acampadas possam conquistar o direito de viver de forma digna.

Recentemente, graças à luta diária de nossos companheiros e companheiras – nas ruas, nas ocupações e durante as negociações –, obtivemos diversas conquistas no estado de São Paulo, como o empreendimento João Cândido, localizado em Taboão da Serra, que proporcionou moradia para 384 famílias; os condomínios Novo Pinheirinho e Santo Dias, em Santo André, com 910 unidades habitacionais; e o Condomínio Dandara, na zona leste de São Paulo, que está em fase de finalização e irá atender mais de 200 famílias.

No entanto, essa luta tem se revelado mais desafiadora a cada dia. Um dos elementos centrais que se impõe é o fim de todas as políticas estruturadas de habitação, sobretudo em âmbito federal, dificultando o acesso à moradia digna e reduzindo a oferta habitacional não só às famílias que participam do movimento, mas também à grande parte da população trabalhadora brasileira.

Até pouco tempo atrás, era possível às famílias de baixa renda acessarem o subsídio habitacional, através do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). Criado em 2009, esse programa trouxe uma mudança significativa em relação às práticas de produção habitacional, tanto em relação ao desenho financeiro das operações quanto aos níveis de subsídio e à escala de produção. Destaca-se o subsídio para a faixa 1 – famílias com renda mensal de até R\$ 1.800 –, que chegava a 90% do valor do imóvel.

O PMCMV também possibilitou aos movimentos sociais organizados, como o MTST, acesso ao financiamento habitacional através da modalidade Entidades. Sem esse aporte financeiro, não teria sido possível a conquista de moradia para os companheiros do João Cândido e dos condôminos Pinheirinho e Dandara.

Com o golpe de 2016, que tirou Dilma Rousseff da Presidência da República, o projeto neoliberal foi bastante acelerado no país, causando o desmonte das políticas públicas e inúmeros ataques aos direitos sociais e trabalhistas. Assim que Michel Temer assumiu o governo federal, foram suspensas as contratações da modalidade Entidades, prejudicando 40 mil pessoas somente entre os organizados no MTST.

Em 2019, um cenário ainda pior se anunciava: a eleição de Jair Bolsonaro para a Presidência reafirmou esse projeto perverso de corte de direitos e de exclusão dos mais pobres, atendendo apenas aos interesses dos grandes empresários.

No mês de agosto de 2020, o governo anunciou o Programa Casa Verde e Amarela, em substituição ao PMCMV. Além de não ter dialogado com os movimentos de luta por moradia para a elaboração dessa iniciativa, o programa pôs fim aos benefícios para as famílias que se enquadram na faixa 1. Atualmente, cerca de 90% do déficit habitacional brasileiro corresponde justamente à população que se encontra nessa faixa de renda. Com o agravamento da crise econômica provocada pela pandemia da covid-19, a tendência é que esse número aumente, englobando famílias carentes que tiveram sua renda reduzida e não poderão mais arcar com o alto custo de aluguel.

Dentre as vítimas dos retrocessos do pós-golpe estão as famílias da Ocupação Copa do Povo, organizada pelo MTST, que acolhe mulheres, homens, crianças e idosos

oriundos principalmente dos arredores do bairro de Itaqueira em São Paulo, como Jardim Helian, Gleba do Pêssego e Jardim Cibeles, e de outros bairros da zona leste da capital, como Ermelino Matarazzo e São Miguel Paulista. Organizada às vésperas da estreia da Copa do Mundo de 2014, a ocupação ficou conhecida pela sua proximidade com o estádio “padrão Fifa”, hoje denominado Neo Química Arena.

Foi nessa ocupação que surgiu uma grande liderança feminina do movimento. A companheira Tuca chegou ao MTST em 2014, com a Copa do Povo, e já teve a primeira conquista com a aquisição do terreno. Agora, junto com outras companheiras e companheiros, ela luta pela contratação e pelo início das obras, cujo procedimento está estagnado devido à não autorização por parte do Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) de Bolsonaro, mesmo com todos os trâmites legais e financeiros rigorosamente cumpridos, como é o caso da Ocupação Esperança Vermelha.

97

Política habitacional após o fim do PMCMV

O histórico recente da política habitacional brasileira nos apresenta uma ampla agenda de lutas e enfrentamentos em nome da defesa dos direitos de trabalhadores e trabalhadoras, sobretudo se considerarmos que diversos retrocessos e ataques foram efetivados sobre aspectos fundamentais das conquistas trabalhistas mais elementares.

Quando o PMCMV completou dez anos, momento em que deveríamos produzir avaliações e acertos, enfatizando as virtudes e combatendo os vícios do programa, as gestões antipopulares de Temer e de Bolsonaro conduziram a política para um sentido oposto. Em vez dos necessários ajustes,

que poderiam ter sido promovidos a partir do acúmulo das experiências, do diálogo com as pesquisas efetivadas e com as entidades envolvidas com o programa, o que de fato se efetivou foi o combate às qualidades do PMCMV.

Tais atributos configuraram os maiores avanços já alcançados no quadro das políticas habitacionais em âmbito federal, com ampla repercussão nacional, e dizem respeito, fundamentalmente, à ampliação das faixas de renda que acessam formalmente unidades habitacionais através de políticas públicas. Esse avanço se deu em função dos níveis recordes de subsídios empregados por meio do fundo público, mobilizados no orçamento federal direto, para a operação e a efetivação do programa, com capacidade de alcance para famílias com renda de até R\$ 1.800.

98 Pela primeira vez desde a constituição do Banco Nacional da Habitação ainda em 1964 e do Sistema Financeiro de Habitação lançado em meados da década de 1970, quando foram articuladas as bases do financiamento da produção habitacional popular em escala nacional, foi possível incorporar famílias com os mais baixos níveis de renda em programas federais. Assim, Temer, ao atacar a modalidade Entidades, e Bolsonaro, primeiro com o corte da modalidade Faixa 1, depois com o fim do próprio PMCMV, destruíram avanços históricos para garantir a dignidade da vida do povo trabalhador.

A atualidade da luta pela moradia

Além da fundamental luta para restabelecer o funcionamento dos programas sociais nos termos dos avanços constituídos por meio do PMCMV, o MTST tem um compromisso

desafiador pela articulação e efetivação de políticas habitacionais que ampliem o alcance às famílias com níveis de renda mais baixos e promovam uma radical transformação na vida de trabalhadores e trabalhadoras. Essa agenda de luta se faz ainda mais necessária dado que as milhares de famílias que não se enquadraram nos moldes de financiamentos via PMCMV representam um número em brutal ascensão, estando presentes nas ocupações e na composição do déficit habitacional do Brasil.

É de amplo conhecimento que os retrocessos operados desde o golpe de 2016 e intensificados após a eleição de 2018 agudizaram os índices de pobreza no país e desmontaram as alternativas de políticas públicas. A mercantilização crescente da habitação representa apenas uma das facetas do processo de aprofundamento da mercantilização da vida, a que se direcionam esses governos antipopulares de projeto liberalizante.

99

Se a expansão dos níveis de pobreza já se fazia sentir nas ocupações a partir da realidade acima descrita, a pandemia do coronavírus, ainda em curso, apresentou novas camadas a essa problemática. Camadas essas cujas reais dimensões ainda iremos conhecer, mas cujos cenários futuros deverão, mais uma vez, castigar trabalhadores e trabalhadoras.

Enquanto parte dos desafios deverá se apresentar, efetivamente, a partir do ano de 2021, desde março de 2020, quando teve início a crise sanitária propriamente dita, o MTST encampou lutas e ações de solidariedade. A urgência por respostas não oferecidas pelos governos, que ainda operavam ataques contra o povo, tal como a reforma da previdência da gestão Bolsonaro, enfatizou, novamente, a centralidade da luta organizada no quadro de nossa sociedade.

Pandemia e luta organizada: aluguel, despejos e ocupações

Uma das principais lutas que o movimento encarou desde o início da pandemia da covid-19 foi pela proibição dos despejos e de reintegrações de posse de terrenos ocupados. Vivemos um cenário crítico inaudito que conjuga uma trajetória de depressão econômica global, aprofundamento de concentração e centralização do capital, desarticulação dos mercados de trabalho e acentuação da precarização e da desigualdade.

A chegada da pandemia explicitou ainda mais a tragédia de um país desigual e excludente, que aceitou desmontar toda e qualquer estrutura de planejamento nacional e federativo. O governo federal, incapaz de articular as esferas nacionais, não tomou nenhuma medida para evitar os despejos e as reintegrações de posse durante a pandemia.

O MTST concebe as ocupações, mesmo antes da crise sanitária, como uma alternativa que as pessoas encontram para morar diante de todas as dificuldades estruturais já apresentadas. Durante a pandemia, essa necessidade se fez ainda mais urgente. Entretanto, o Estado brasileiro, além de não prover uma política habitacional efetiva, reprime, sistemática e violentamente, as soluções, ainda que transitórias, apresentadas pelos movimentos sociais. A situação é tão grave que motivou o relator especial sobre moradia da Organização das Nações Unidas (ONU), Balakrishnan Rajagopal, a emitir, em julho deste ano, uma manifestação que recomendava a não realização de despejos e remoções.

Durante o período da pandemia, o MTST fez duas grandes marchas na cidade de São Paulo pela moradia e contra os despejos. Essas mobilizações foram importantes para que a própria Secretaria de Habitação do governo

paulista se compromettesse a tentar mediar os despejos em áreas privadas no âmbito do Grupo de Apoio às Ordens Judiciais de Reintegração de Posse (Gaorp), do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP). Também pressionamos o governo João Doria a retomar a liberação de recursos para projetos habitacionais destinados às famílias de baixa renda.

O conceito de solidariedade

A solidariedade, além de ser um princípio importante na periferia, é um valor necessário a partir da realidade cotidiana de quem vive nessas áreas. Ser solidário não é uma escolha, mas, sim, uma condição de sobrevivência na periferia. A necessidade concreta se impõe, e, como resposta natural e coletiva, formam-se redes de apoio mútuo. A partir dessa vivência é que surge a solidariedade como valor estruturante nas relações e na atuação do MTST.

101

Foi justamente esse princípio de solidariedade o ingrediente fundamental para a formação dos primeiros agrupamentos reivindicativos que, organizados, deram origem aos movimentos de bairro por bens coletivos e, agora, motivam a ação política do MTST. Essa orientação para a busca dos bens coletivos nos direciona a pensar os direitos como posse, não mais somente do indivíduo, mas do bairro, do todo, como benefício comum de uma comunidade unida por laços de solidariedade.

Esse é um processo político que dá centralidade à ideia de que a conquista dos bens coletivos “politiza” os moradores atuantes nesses movimentos, forjando grupos e associações, abrindo um campo de resistência ao caráter autoritário do sistema capitalista e aumentando a organização popular e a insubordinação (Kowarick e Bonduki, 1986).

É por esse motivo que o movimento estimula a construção do trabalho em torno das cozinhas comunitárias. A crise sanitária e econômica rapidamente expôs os mais pobres a situações reais de fome. Sendo assim, além de procurarem resolver um problema objetivo de grupos populares impactados, as cozinhas se transformaram no espaço de trabalho coletivo e de prática real de solidariedade ativa.

Mas “por que destacar logo a cozinha?”, alguém poderia se perguntar. Porque, além de ser um ponto de referência do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, a cozinha comunitária se revela como “coração” para as pessoas que ali chegam. Muito além de um cafezinho, ali se encontram o aperto de mão, o abraço, a palavra companheira que fortaleceu a cada um que necessitou durante a vigília que havia sido iniciada. Um sustento físico, mas, principalmente, um sustento coletivo e partilhado de justiça social como exercício pleno de uma sociedade mais humana. Na lateral, os mantimentos e utensílios foram arrumados de maneira que, durante o revezamento, tudo fosse tranquilo. Arroz, feijão, macarrão, pães, suco, café, leite, água, produtos de higiene e limpeza são todos frutos da colaboração de pessoas que acreditam na transformação social promovida pelo movimento; e, dessa forma, o mesmo sentimento foi visto e sentido durante as horas de refeição: café da manhã, almoço e jantar. (Resistência..., 2018)

A luta das mulheres do MTST

O papel das mulheres na sociedade é central. Além de serem as grandes articuladoras dessas redes de solidariedade e acolhimento, também atuam como lideranças no campo

político e organizativo dentro do movimento. A história do MTST revela a realidade de milhões de mulheres espalhadas pelas periferias Brasil adentro. Mulheres negras, jovens, mais velhas, mães solo, avós, companheiras e trabalhadoras.

A trajetória do movimento mostra que a luta do MTST é feita pelas mulheres, pois essa luta é, em si, a batalha delas pela sobrevivência e pela própria autonomia. Para nós, mulheres, o lar não é um teto, uma renda, uma propriedade; o lar é a possibilidade de uma vida decente e mais feliz. Felicidade não é luxo, é prover e usufruir de um espaço agradável, digno, com a família que estabelecemos na vida, que pode ser fruto de um relacionamento com homem ou com mulher, que pode ou não incluir filhos, que pode ter cachorros e gatos, ou, simplesmente, nossas almas.

Enquanto a vida cotidiana na cidade é de sofrimento, a luta é a busca por essa felicidade. E mesmo quando a vida política destrói afetividades, a presença da mulher as reinventa. Nós, mulheres sem teto, encontramos em nossas ocupações significados maiores para nossas vidas, conseguimos compatibilizar o compromisso afetivo com o político. (MTST..., 2018)

103

Esses são os fundamentos para a concretização de um modelo de feminismo popular ao qual nos referimos no início deste texto.

Esse feminismo popular não é o que rotula, mas o que tenta quebrar rótulos. Não busca conceitos academicistas para explicar os efeitos das práticas machistas, mas soluções coletivas e reais. Constrói espaços e busca refletir sobre nossas práticas, por vezes machistas, tentando romper com a disputa feminina e alcançar espaço para todas. O feminismo que

praticamos não é o que anula nossas qualidades femininas, mas o que reconhece nossas diferenças para com os homens e carrega para o mundo da política qualidades, instintos e aprendizagens femininas. Ser mulher, militante do MTST, e ajudar a construir essa história é um desafio e um prazer imenso, pois através da inserção na luta, entendemos o quanto é maravilhoso e único ser mulher e o quanto as mulheres ajudam, mesmo em condições precárias de vida, a construir um mundo novo. (MTST..., 2018)

Foram as nossas vozes femininas que, neste momento tão difícil de crise sanitária e econômica, cobraram uma atuação do Estado; ao mesmo tempo, não ficamos paradas. Enfrentando todas as dificuldades, conseguimos arrecadar recursos pelo movimento – por meio de ações de captação e apoio direto – que viabilizaram atividades concretas de apoio e solidariedade. Através de nossos braços é que nasceu a operação para distribuir cestas básicas, medicamentos, máscaras de proteção, álcool em gel etc. para as famílias que, desamparadas pelo Estado, seguem com muitas dificuldades durante a pandemia.

Atuação das mulheres no contexto da pandemia

Diante da pandemia da covid-19, por meio da luta feminista do MTST, conseguimos viabilizar uma ação que significou muito para a autoestima de mulheres que já não estavam mais conseguindo trabalhar e garantir o seu sustento e o de suas famílias.

Até o final de setembro de 2020, dentro da nossa campanha de solidariedade, doamos os seguintes materiais:

Alimentos doados	220 toneladas
Itens de higiene pessoal	15.740
Refeições individuais	156.000
Máscaras	110.030 unidades
Kits gestantes	200 unidades
Famílias beneficiadas	19.640

Além da arrecadação e da distribuição desses itens, que envolveu um intenso trabalho de logística, consolidamos uma cooperativa informal de mulheres sem-teto reunindo quase cem companheiras, que produziram mais de 110 mil máscaras de tecido, gerando renda para sustentar por alguns meses esses lares, e levando proteção às pessoas da periferia. Também aumentamos a quantidade de cozinhas coletivas; além de servirem refeições, elas são espaços de acolhimento, debate e formação política, que perdurarão para o período pós-pandemia.

Outro elemento importante durante a fase de isolamento social e de enormes dúvidas sobre o futuro foi trabalhar a autoestima e a autovalorização das nossas militantes. Percebemos uma evolução no amor-próprio, na autovalorização, na confiança e na coragem das mulheres que participam dessa iniciativa.

Destacamos que um elemento desse bonito processo no desenvolvimento de autoestima foi impulsionado pelas inúmeras mensagens recebidas por toda a equipe envolvida na ação (costureiras, pessoal de logística responsável pela en-

trega das cestas etc.) e enviadas por companheiros e companheiras do movimento, assim como pelas comunidades onde vivem. A coordenação estadual do MTST de São Paulo recebeu inúmeros *prints* dessas mensagens, em grupos de WhatsApp, que ressaltavam a importância da iniciativa. Todas nós sabemos como é gratificante o reconhecimento de um trabalho como esse.

Pretendemos manter a organicidade do grupo para que, no futuro, assim que houver segurança, possamos desenvolver outras ações com as costureiras, em especial no que se refere à formação política e aos temas de gênero.

Considerações finais

106

Sabemos que a crise vivenciada hoje pela nossa geração é a pior já vista. O futuro imediato também não parece promissor. Uma análise realista do cenário evidencia um aprofundamento das múltiplas crises que atravessamos. Esse panorama trágico é ainda mais duro para nós, mulheres. Somos as que sofrem mais duramente as consequências das crises econômicas, ambientais, sociais e sanitárias. Tudo isso é verdade. No entanto, cabe aqui sublinhar que o movimento de mulheres do MTST nunca esteve tão forte e organizado para as resistências que se fazem necessárias.

No Movimento dos Trabalhadores Sem Teto reafirmamos, cotidianamente, que a nossa prática política vai além do “empoderamento”, que significa uma transformação potente e reafirma perspectivas individuais.

A luta das mulheres do MTST se faz potente pelo seu caráter não individualista e de construção de processos de verdadeira libertação. Esse é um descobrimento coletivo, a

percepção de si no outro e na outra, com a compreensão de que mudanças só se perpetuam no tempo se forem estruturais, a partir dos nossos interesses enquanto classe, e tendo clareza dos reais enfrentamentos que temos de travar.

A prática política libertadora requer atenção à construção histórica, mas também às transformações no cotidiano. Ademais, a libertação das mulheres só é possível com a luta social e o envolvimento de mulheres e homens, engajando na discussão de gênero as tão fundamentais perspectivas de raça e classe.

Referências bibliográficas

GOULART, Débora Cristina. *O anticapitalismo do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto – MTST*. Marília, 2011. 242 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Unesp. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/100930>. Acesso em: 15 out. 2020.

KOWARICK, L; BONDUKI, N. Espaço urbano e espaço político: do populismo à redemocratização. *Comunicação e Política*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1-4, p. 9-28, 1986.

MARICATO, E. *Para entender a crise urbana*. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MTST. Cartilha de princípios. 24 set. 2013. Disponível em: https://issuu.com/mtsemteto/docs/mtst_cartilha. Acesso em: 15 out. 2020.

108 MTST: uma história das mulheres na periferia. *Outras Palavras*, 15 jan. 2018. Disponível em: <https://outraspalavras.net/cidad-desemtranse/a-origem-do-mtst-uma-historia-das-mulheres-na-periferia/>. Acesso em: 15 nov. 2020.

RESISTÊNCIA e partilha: os dias em que a cozinha comunitária do MTST deu força e energia para a resistência na luta por Lula livre. *Site do MTST*, 9 abr. 2018. Disponível em: <https://mtst.org/mtst/resistencia-e-partilha-os-dias-em-que-a-cozinha-comunitaria-do-mtst-deu-forca-e-energia-para-a-resistencia-na-luta-por-lula-livre/>. Acesso em: 15 nov. 2020.

Resistindo em mutirão: território, ancestralidade e luta feminista no Vale do Ribeira

*Miriam Nobre, Natália Lobo
e Nilce Pontes*



**NO QUILOMBO
GERMINAM SEMENTES
FEMINISTAS E AGROECOLÓGICAS**

ESTE TEXTO TEM O DESAFIO DE SER UMA ESCRITA COLETIVA de três mulheres de gerações e trajetórias diferentes que se encontraram às margens do rio Pardo, no Quilombo Ribeirão Grande e Terra Seca, na Barra do Turvo, Vale do Ribeira, em São Paulo.

Quem nos deu a linha mestra foram também três mulheres quilombolas do Vale do Ribeira de diferentes gerações, Edvina Tiê Braz, Nilce Pontes e Vanessa de França, quando participaram de uma conversa virtual realizada em julho de 2020.¹ Esse diálogo em torno do protagonismo das mulheres quilombolas nas políticas públicas escancarou o racismo institucional, mas também expôs sua contraposição: os modos como as comunidades organizam sua vida, afirmam sua identidade e ancestralidade em territórios concretos e ampliam os horizontes do que podem ser as políticas públicas.

As cinco partes deste texto são assim estruturadas: “O território Vale do Ribeira e as comunidades tradicionais”,

1. Essa conversa está publicada em “Mulheres quilombolas: territórios, identidade e lutas na construção de políticas públicas” (Barizão et al., 2020). Agradecemos a Elis Soldateli que, ao ler a transcrição, sugeriu pontos para o debate e um aprofundamento neste texto.

“Ancestralidade e território”, “Atravessadas pelo racismo institucional”, “Tecendo alianças enraizadas no território” e “Pandemia e solidariedade quilombola”.

Teria sido bom se o tempo da escrita fosse como o tempo dos quilombos. Neste último, o tempo é denso, passa devagar. Mas, para aquelas de nós que vêm de fora, em três dias no quilombo tem-se a impressão de haver vivido um mês. Neste texto, aproximamo-nos do “pretuguês”² de forma tímida: quando aparece, é porque seria impossível escrever sem deixar boa parte da poesia de fora.

Como ainda precisamos de tempo, tempo bom de se viver, este texto se propõe como começo, como vontade de aprofundar conversas e animar lutas.

O território Vale do Ribeira e as comunidades tradicionais

As comunidades quilombolas do Vale do Ribeira têm uma história de intensa interação social desde o período escravocrata. Organizadas em torno da produção de alimentos, eram também ponto de referência para negros forros ou que queriam viver sem um senhor, na mineração ou na Guerra do Paraguai. Os antigos dos quilombos Ribeirão Grande e Terra Seca contavam que seus antepassados chegaram à comunidade em busca da melhor área para produção de arroz, feijão e milho e para a criação de porcos, o que é uma tradição da comunidade que perdura até hoje. Muitos produziam

2. Termo cunhado por Lélia González para definir o que seria a língua da cultura brasileira, desenvolvido em “Racismo e sexismo na cultura brasileira” (González, 2019).

na condição de meeiros, pela qual precisavam dividir tudo, da alimentação dos animais à moradia. Formar comunidade era uma forma não só de resistir à escravidão, como também de manter o próprio corpo.

Todo o século XX foi marcado por muitas disputas por terra na região. Era comum que pessoas de fora chegassem, às vezes até se apresentando como amigos das famílias, mas com o interesse de ficar com suas terras. Assim se deu a apropriação do território tradicional por “terceiros”, que hoje ocupam parte das áreas das comunidades com suas fazendas.

Durante a ditadura militar, as comunidades foram atingidas de um jeito ainda mais forte, por conta da busca de militantes contrários ao regime que se escondiam nas florestas do Vale do Ribeira. Esse foi o caso de Carlos Lamarca, na região onde hoje está o Mosaico de Unidades de Conservação do Jacupiranga. Muitos moradores de comunidades do Vale se lembram ainda hoje das bombas que o Exército explodia acima de suas cabeças, nas matas e nas próprias comunidades.³

Foi também no fim daquele século que as comunidades quilombolas fizeram alianças fundamentais. Em 1982, junto com a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Vale do Ribeira (STR), elas começaram a se posicionar como comunidades negras, lugares de resistência quilombola. Algumas organizações foram muito importantes na formação dessa identidade e na luta pelo território, como o Movimento dos Ameaçados por Barragens (Moab), o Movimento dos Atingidos por

3. Para uma discussão sobre os ataques às comunidades do Vale do Ribeira durante a ditadura militar e o uso de bombas, ver Vigna, Viana e Onça (2014).

Barragens (MAB) e a Equipe de Articulação e Assessoria às Comunidades Negras (Eaacone). O Movimento Negro Unificado (MNU) também foi um grande aliado e uma referência sobre como travar a luta antirracista. A resistência quilombola ganhou o coração de muita gente no território. Um pouco depois, em 1996, nasceu a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq), um movimento quilombola nacional. Ela surgiu da necessidade de reforçar as lutas das comunidades negras rurais, os quilombos, entendendo que, para esse povo negro, existe uma urgência de defender e retomar os territórios das comunidades, e que essa é sua principal luta. Do território depende tudo aquilo de mais importante: a culturação do sagrado, o alimento, o corpo e a comunidade.

114

Toda essa caminhada formou um terreno de resistência muito fértil, capaz de fazer germinar sementes feministas e agroecológicas no tempo presente. Como essas alianças se desenham hoje é assunto de que trataremos um pouco mais adiante no texto, mas é importante que elas estivessem também aqui, na apresentação do local abordado. No Vale do Ribeira, “luta” é palavra que está sempre no presente.

Ancestralidade e território

Ancestrais são os primos Miguel de Ponte e Benedito Rodrigues de Paula, que há mais de cem anos chegaram pelo rio Pardo e abriram os quilombos Ribeirão Grande e Terra Seca onde antes só havia matão. Ancestrais são os antepassados de nossos antepassados que viviam na África, que foram assentados em nossas matas e rios com a licença de ancestrais de povos indígenas, e que estão em conexão co-

nosco e respondem às nossas invocações. E na história desses quilombos convivem o povo negro e os povos indígenas Kaingang e Guarani-Mbyá. Ancestrais nossos, mas que são também tempo presente manifestado em nossa identidade e no nosso território.

Manifestam-se pelos caminhos. Nos quilombos, os criadores de porcos conduziam suas varas rumo a Itapeva, rumo aos frigoríficos, cortando sertões em viagens que duravam de 20 a 25 dias até seu destino. Em tropas de mulas, partiam em direção a Iporanga, Apiaí, Eldorado e Iguape, levando produtos agrícolas. Utilizavam-se também de canoas como meio de transporte até Iguape, aonde iam buscar mercadorias ou participar da tradicional festa de Bom Jesus.

A ancestralidade e o território se combinam na organização das comunidades para além do espaço onde vivem, plantam e criam animais. Os caminhos se faziam de forma gradativa, devido à necessidade não só de trocar alimento por sal e tecido, mas também para celebração, cultuação da fé e festividades que aconteciam em Iporanga e Iguape.

Segundo os mais velhos, era uma forma de reencontrar seus irmãos de jornada e ver como sobreviveriam aos desafios da construção de uma nova vida em terras desconhecidas de suas comunidades de origem. Muitos anos depois, conversamos sobre o impacto na vida das comunidades de projetos de desenvolvimento impostos, como a criação de búfalos ou a monocultura da banana e da pupunha. Uma companheira contou que era muito doído para ela ver os caminhos ao longo do rio, caminhos sagrados, pisoteados e desfeitos pelos búfalos.

Os territórios das comunidades não são restritos ao que o processo de demarcação consegue enxergar. Eles se abrem

em caminhos que se entrecruzam com outras comunidades quilombolas e indígenas. Coisa difícil de entender por uma sociedade que se organiza com base nos cercamentos e na propriedade privada da terra. Os caminhos da água, os “corgo”,⁴ as plantas, as árvores nativas e os fatos da vida, tudo ligado ao manejo do solo, da água e das florestas, davam nome aos núcleos de ocupação que organizavam o quilombo, como Perobas, Barra do Corgo, Corgo do Arto, Corgo Seco, Corgo do Guraipo, Corgo da Mariazinha, Corgo do Salto, Corgo da Bataia, Barra Bonita.

As festividades religiosas acontecem na comunidade onde sempre houve a cantoria das almas, na quaresma, a celebração da cantata da bandeira do divino, o terço cantado, a dança da romaria, as novenas aos santos representando os orixás. Nas festas, costuma-se lembrar o contexto de solidariedade, doação e partilha dos bens e dons em que as comunidades foram formadas. A transmissão da história e dos saberes, na produção agrícola ou nos rituais religiosos, permite às novas gerações familiarizar-se com a forma como o ciclo da vida acontece nesse território.

A mesada de anjos no Vale do Ribeira acontece no Dia de Santo Antônio, 13 de junho, na época da colheita e do preparo do plantio, para agradecer pela colheita e pedir a proteção dos anjos para o novo ciclo de produção. Uma mesa farta com os alimentos colhidos e os animais engordados para a festa é oferecida primeiro às crianças de até 7 anos, e só depois que elas comem os bolos, doces e balas da sobremesa é que os adultos podem se servir. Ritualisticamente, o futuro se adianta ao presente, os adultos de amanhã

4. “Corgo” é a palavra que as quilombolas da Barra do Turvo usam para córrego.

têm preferência em relação aos adultos de hoje. Os tempos nos quilombos são diferentes.

A geração mais velha do quilombo se lembra de quando o padre chegou pela primeira vez. A religiosidade já existia, mas foi mudando de forma e apagando da memória cultos e credos. As igrejas foram se instalando no município e mudando o nome dos povoados, o que é uma forma de desterritorializar uma comunidade. Ao mesmo tempo, a igreja era aliada; foram organizando a catequese, a formação política e sindical, mas parece que alguma coisa começou a se apagar.

As vivências e tradições do povo negro também se manifestam na medicina alternativa e nos benzimentos – mesmo havendo os que, até hoje, chamam a expressão de todo esse saber de bruxaria ou macumba. Os ancestrais continuam se manifestando pelas plantas, e o modo como elas se distribuem no território diz muito sobre nós, como comunidade e natureza, e sobre os caminhos que atravessam tempos e oceanos.

A guiné (*Petiveria alliacea*) tem origem na Amazônia, onde é obrigatória no banho de cheiro, e deve ter se distribuído no mundo através da África. É encontrada em Cuba, onde a utilizam em tratamento para diabetes, e por todo o Brasil, ainda chamada de “amansa-senhor”. Contam que, ministrada aos poucos, ia causando transtornos mentais, podendo levar à morte; ou que era usada para conter o acoso sexual dos senhores. Mas é também conhecida como anti-inflamatória, analgésica e abortiva.

Uma planta pode causar conforto ou desconforto pelas recomendações de quem bem a conhece, por seus princípios ativos, por sua frequência vibracional ou pela combinação de ambos. Caminho entre o que sabemos explicar e o que

ainda não sabemos, mas sentimos. Guiné é planta protetora no vaso de sete ervas, no banho com sal grosso, na ação de benzer usando a folha.

A ancestralidade também organiza práticas agrícolas, como é a roça de coivara, uma prática indígena que foi adotada pelos quilombos. Uma clareira na mata é aberta; a seguir, taca-se fogo para queimar os restos da vegetação já seca. Essa área é usada para fazer roça de milho, feijão, arroz, mandioca, e a cinza é excelente alimento para as plantas. Ela é usada por quatro ou cinco anos e, depois, deixada em pouso para a mata se recompor. Quem sabe manejar o fogo conhece os ventos, a umidade e a mata. Reza-se em direção aos quatro pontos cardeais, fechando o espaço, como se fecha o espaço sagrado nas religiões afro-brasileiras, mas também nas religiões de povos indígenas das Américas, *Abya-Yala*.⁵

118

Atravessadas pelo racismo institucional

Em 1995, quando o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso foi regulamentar o direito das comunidades quilombolas a seu território, elas tinham que comprovar sua permanência ali desde o período escravocrata, ou seja, antes de 1888. Mas se a lei de usucapião demanda a comprovação de permanência na terra por quinze anos, por que as comunidades quilombolas deveriam comprovar mais de cem anos?

5. *Abya Yala* é um termo kuna, povo originário da região onde hoje se encontra o norte da Colômbia, que significa “terra madura”, “terra viva”, “terra em florescimento”, e é sinônimo de Américas. Aos poucos, foi sendo utilizada como autodesignação dos povos originários do continente, em especial a partir da II Cumbre Continental de los Pueblos y Nacionalidades Indígenas de Abya Yala, realizada em 2004.

Esse é mais um exemplo de como os povos dos quilombos não eram considerados cidadãos como outros brasileiros.

O governo afirmava que não podia instalar uma escola ou um posto de saúde em um quilombo porque o território não estava titulado. Finalmente, em 20 de novembro de 2003, o governo Lula promulgou o Decreto nº 4.887, regulamentando os procedimentos para a titulação das terras quilombolas, começando pela autoidentificação da comunidade e do território utilizado para garantir sua reprodução física, social, econômica e cultural.

Esse decreto sofreu uma Ação Direta de Inconstitucionalidade por parte do Partido Democratas, que só foi julgada e encerrada em 2018. Nos governos populares, foram construídas políticas públicas em conjunto com as comunidades e a Conaq, que se organizaram no Programa Brasil Quilombola.⁶ Algumas ações foram realizadas, outras não; e, para muitas comunidades, a regulamentação da terra ainda segue pendente.

Em 2018, a Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp) concluiu o trabalho de reconhecimento de 36 comunidades quilombolas, das mais de 80 existentes, número que pode aumentar conforme as comunidades negras rurais vão se descobrindo, se politizando e se autoafirmando. Em vez de ter fortalecida a sua capacidade de trabalho para avançar nesse processo, o governo Doria propôs a extinção da Fundação Itesp no Projeto de Lei 529/2020, contra o qual as comunidades quilombolas estão se mobilizando.

6. Para uma discussão sobre racismo institucional e um histórico recente da relação dos quilombos com o Estado brasileiro, baseamo-nos no artigo “Devir quilomba: antirracismo e feminismo comunitário nas práticas de mulheres quilombolas” (Almeida, 2019).

Outra questão importante é que as comunidades quilombolas estão em áreas de grande biodiversidade, que assim se apresentam justamente porque são essas comunidades que sempre viveram ali e cuidam delas para as gerações futuras. Mas, então, os governos definem leis e regras para preservar essa biodiversidade em contradição com as comunidades que a desenvolveram, porque, por racismo e colonialismo, não têm uma visão panorâmica do cenário.

Querem impor um modelo de conservacionismo que vai na contramão dos saberes tradicionais. Por exemplo: pela Lei da Mata Atlântica, não se pode manejar mata secundária; então, o tempo de pousio que as comunidades costumavam praticar, de não utilizar a área por mais de dez anos, já não pode mais se manter, porque o tamanho da vegetação que será manejada as põe em risco de perseguição pela polícia ambiental. As políticas ambientais de repressão às comunidades acabam com o tempo da fartura, o povo vai desanimando de plantar, sendo empurrado a trabalhar para os fazendeiros, que criam gado ou búfalo em pastagens degradadas; mas estes não são incomodados pela polícia, nem intimados a recuperar matas em suas áreas, muitas vezes originárias de grilagem.

Tudo isso vai produzindo um mecanismo de esvaziamento do território. Racismo institucional é a ausência de ações políticas afirmativas que resgatem a dívida histórica com o povo negro, que ainda hoje segue realizando trabalhos essenciais na agricultura, na logística de distribuição de alimentos na cidade, no cuidado das pessoas, sempre de forma precária e não valorizada. Ele também ocorre quando se retiram, ou não se disponibilizam, recursos econômicos, assistência técnica e extensão rural junto às comunidades.

A luta é por garantir essas políticas, mas que elas tenham também outro pressuposto: o respeito aos modos de vida das comunidades, e não ao chamado “desenvolvimento”.

O mito do desenvolvimento começa quando o poder instituído acaba com o tempo da fartura, com vários meios que impedem as comunidades de manter a organização de seu sustento e impõem a escassez e a necessidade progressiva de dinheiro para dar conta das despesas básicas da vida. Esquecemos que a necessidade ao dinheiro somos nós quem atribuímos. E, então, chegam os projetos de desenvolvimento nos ensinando como aceder ao dinheiro. O ativista mexicano Gustavo Esteva afirma que adicionamos adjetivos à palavra desenvolvimento para tentar lidar com seus limites: projetos de cima para baixo, que excluem os que não se encaixam, com pontos de vista emprestados e alheios, e metas que outros estabelecem (Esteva, 2000).

121

O racismo institucional tem suas expressões mais visíveis na desapropriação de famílias, na negação do direito à educação e à saúde, na construção de barragens, nas licenças de mineração e no favorecimento de corporações transnacionais e dos fazendeiros, que produzem e usam agrotóxicos que contaminam os territórios. Há ainda expressões mais sutis de racismo institucional na falta de escuta, na desqualificação dos conhecimentos das comunidades, na imposição dos tempos da burocracia do Estado: num momento, muito rápidos – a decisão sobre entrar ou não num projeto no decorrer de uma reunião; em outros, muito lentos – a liberação de recursos quando a época de plantio já passou.

Na vida das mulheres quilombolas, o racismo se soma ao patriarcado. Dentro e fora, na defesa das comunidades, as mulheres sempre estiveram à frente dos processos organiza-

tivos. Não podemos esquecer a luta das que nos antecederam. Só para se ter uma ideia, segundo o Censo Agropecuário de 2017, no estado de São Paulo, as mulheres eram produtoras de referência para 12% dos estabelecimentos agropecuários; mas, no caso dos quilombos, essa proporção subia para 25%. Ainda assim, essa trajetória de luta de muitas mulheres, na maioria das vezes, é invisibilizada pelos companheiros. Nós mesmas, às vezes, não sabemos como nos posicionar. Em reuniões, nem bem começamos a entender o assunto com o pensamento, já sentimos no próprio corpo que aquilo não é bom. Quando expressamos nossa indignação de maneira emocionada e sentimental, somos frequentemente consideradas meio doidas, encenqueiras, ao mesmo tempo que, se são os companheiros que se manifestam plenos de emoção, são tomados como valentes.

Nos quilombos, em especial naqueles em áreas de interesse turístico, as estratégias de enamoramento das garotas por homens adultos interessados na terra é uma preocupação. Quando as mulheres se casam com homens de fora, têm que juntar a fortaleza de serem mulheres e quilombolas para fazer frente ao patriarcado, à branquitude e ao mito do desenvolvimento, e afirmar maneiras comunitárias de organizar a vida. Essa fortaleza é um processo coletivo que tem se dado nas comunidades, como os grupos de mulheres dos quilombos que integram a Rede Agroecológica de Mulheres Agricultoras (Rama) da Barra do Turvo, e também em âmbito nacional, com a articulação das mulheres na Conaq e sua participação no Grupo de Trabalho (GT) de Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA).

Tecendo alianças enraizadas no território

A aliança entre os movimentos feminista e quilombola tem sido um caminho para as mulheres resistirem, estarem à frente, podendo ser quem são. Corpo e mente estão juntos na construção de alternativas. As mulheres são cuidadoras dos saberes, dos conhecimentos, das práticas e dos modos de viver das comunidades. Ao mesmo tempo, afirmam a importância econômica de tudo isso que fazem, que é uma contribuição mista, múltipla, que vai desde o consumo de comida das famílias até a comercialização solidária.

O encontro da SOF com o movimento quilombola do Vale do Ribeira já vem de vários anos. A presença sistemática da SOF no Vale do Ribeira se deu a partir de 2015, quando ofereceu assistência técnica e extensão rural de base agroecológica a agricultoras da região. O acompanhamento técnico e político das agricultoras em Barra do Turvo seguiu, tendo como horizonte uma relação de aliança, para a qual a constituição da Rama foi um passo fundamental. Quatro grupos de agricultoras dos quilombos Cedro, Ribeirão Grande e Terra Seca participam dessa rede, além de grupos de agricultoras de sete bairros rurais.

Antes disso, o encontro se dava em processos nacionais, como através da Articulação Nacional de Agroecologia e do Grupo Carta de Belém, coalizão de defesa de direitos territoriais e socioambientais no contexto das crises climáticas e ambientais. Partilhamos espaços de luta e reflexão importantes, e construímos uma visão em comum sobre muitos assuntos. Quando essa aliança se materializou no território, a partir de uma perspectiva feminista, pudemos ver debates, ideias e vontades de ação tomando corpo. Por exemplo, a inclusão, na agenda da Rama, do tema da economia verde

(Oficina..., 2019), um mecanismo de financeirização da natureza que vem se expandindo no território. Debatê-la com outros movimentos do Vale e com mulheres de organizações do Acre, tocadas pela financeirização da natureza, foi importante para entendê-la melhor.

A economia verde é uma ameaça que se embrenha na vida das pessoas de uma forma mais suave que outras. Com o discurso “sustentável” de atuar contra as mudanças climáticas, as comunidades em projetos que criam dependência e limitam sua forma de viver. Quando esse assunto foi posto nas grandes rodas de conversa da Rama, uma coisa ficou evidente: a participação das mulheres nesses projetos, na maior parte das vezes, acontece por uma impossibilidade de dizer “não”, ou por uma urgência econômica.

A impossibilidade de não participar dos projetos acontece nas comunidades que estão inseridas em áreas com muitas regras de conservação ambiental. Isso faz com que elas sejam controladas pelos órgãos ambientais, que fazem “recomendações” sobre como devem trabalhar. Quando os projetos de economia verde chegam ao território, eles já estão ligados aos órgãos públicos, que agem quase como idealizadores dos mesmos. Isso significa que a política de conservação “sem gente”, que vê a convivência das pessoas com a natureza como uma ameaça, estimula a financeirização.

A necessidade de estar envolvido em algo que traga renda também foi estabelecida pelas comunidades como um forte motivo para adesão aos projetos. Os agentes da economia verde dizem: “É ganhar um dinheiro para continuar fazendo o que você já faz”. Mas isso esconde os mecanismos de controle impostos, que, na realidade, são bem diferentes daquilo que as comunidades “já fazem”: restrição em relação ao uso de determinadas áreas – inclusive de rituais em

lugares sagrados –, imposição de quais plantas devem ser cultivadas e a forma como fazê-lo são só alguns exemplos.

Ainda mais em um contexto de desmonte das políticas de compras públicas e de ações do Estado, que representavam uma renda importante para várias comunidades, esse dinheiro da financeirização se torna mais importante porque, às vezes, se torna a única saída. É por isso que a construção da comercialização solidária de alimentos agroecológicos é um tema tão importante dentro da Rama. As mulheres sabem que há necessidades econômicas que têm de ser supridas, mas sabem também construir uma forma justa de fazer isso.

Nessa forma solidária de comercialização, os alimentos que as mulheres mais gostam de cultivar e que se dão melhor na terra são os mais valorizados. Não há uma imposição do que plantar por parte da cidade, nem uma valorização da venda a todo custo. Mais importante do que vender é ter comida boa para comer. Uma regra das mulheres nas vendas para os grupos de consumo responsável de São Paulo é que ninguém vende galinha caipira para comprar frango de granja. Isso também é um processo de educação para as pessoas da cidade, que descobrem novos sabores e ficam mais ligadas nos tempos da natureza. Quando a alimentação é um compromisso, a relação entre campo e cidade, a partir da comida, mas também indo além dela, vira uma aliança política.

A identidade comum da Rama vem se construindo em processos de formação feminista e de mutirão. O mutirão é uma organização de trabalho comum a várias comunidades tradicionais. Na Barra do Turvo, fala-se em “reunida” quando participam em torno de dez pessoas de um bairro, “picheca” quando são mais de vinte, e mutirão quando há pessoas de outros lugares. O mutirão tradicional termina na maior

animação, com o forró tradicional e o fandango, que é próprio do Vale do Ribeira.

Na Rama, ocorrem mutirões só de mulheres. Elas vivem esse momento com intensa alegria porque podem expressar seus conhecimentos e sua maneira de fazer o trabalho sem o olhar crítico dos homens, além de poder cantar e falar de coisas que não fariam estando juntas com eles. Elas se organizam no grupo da roça, no grupo que prepara a comida, naquele que abastece quem está na roça, e se juntam ainda na famosa caipirinha coletiva. É a forma como respondem a preconceitos de gênero que podem existir. Nos tempos antigos, era usual que uma mulher trabalhasse dois dias para compensar o trabalho de um homem; atualmente, mesmo em organizações agroecológicas, pode acontecer de as mulheres que se ocupam de garantir alimentos e água para todos não terem o trabalho desse dia considerado nos compromissos comuns. Os mutirões são momentos de troca de conhecimentos, práticas, sementes e mudas, e estão na base da certificação participativa.

Nos momentos de formação, refletimos sobre nossa construção como mulheres em uma sociedade que nos desvaloriza; como essa vivência marca nossos corpos, nossos desejos; e como podemos, juntas, superar humilhações, violências e reorganizar nossos tempos.

As mulheres quilombolas vivem a violência quando censuram nossa forma de nos portar, de nos vestir, dizem, por exemplo, que nosso corpo é volumoso e que temos roupas que não são tão adequadas, ou até mesmo criticam a forma de como vivemos nosso corpo. A prevenção da gravidez não desejada é outra questão. Quando não podemos decidir sobre nosso corpo, sobre qual método usar sem autorização dos nossos companheiros, não somos livres. Quantas mu-

lheres negras são exploradas em seus corpos, com vários filhos, e depois abandonadas à própria sorte com as crianças? Hoje estamos buscando formas de ajudar umas às outras, conversando mais sobre esses assuntos, sobre quem somos, sobre caminhos possíveis, com a certeza de que não somos objetos sexuais, mas, sim, mulheres que merecem e carecem de respeito mútuo.

As quilombolas vêm travando uma luta para ter o mesmo direito que os homens sobre os territórios. Essa luta não se separa daquela pela defesa de nossos territórios e de nossas comunidades. Por isso, foi muito marcante a “Escola de formação em feminismo e agroecologia” que realizamos na Comunidade do Rio Verde, na Jureia (Escola..., 2019), em conjunto com companheiras caiçaras.

O evento aconteceu em julho de 2019, momento em que a resistência da comunidade conseguiu uma liminar da justiça impedindo que o governo estadual destruísse uma casa de jovens casais caiçaras, depois de já ter demolido a moradia de dois outros casais. As demolições foram realizadas com o falso argumento de que os jovens não pertenciam às comunidades do território. A Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente de São Paulo (Sima) afirmava que a região da Jureia era desabitada desde os anos 1980, contradizendo documentos oficiais que apontavam a presença das famílias dos jovens casais no território, e ignorando que é a convivência histórica das comunidades com a floresta que fez com que ela permanecesse viva até hoje.

Admirada pela força dos jovens, uma companheira quilombola compartilhou: “Vou levar essa força para lutar pelo meu povo quilombola”. Uma expressão de como se tecem as alianças entre as comunidades do Vale do Ribeira. A resistência se dá em mutirão. Se a carpida é feita sozinha, quando

se acaba o último pedaço, o mato já tomou conta do primeiro. O trabalho precisa ser realizado por todas e todos, para dar conta do território inteiro, com fandango no final.

Pandemia e solidariedade quilombola

O jeito de passar pela pandemia da covid-19 nos quilombos também é diferente. É comunitário e fortalece os vínculos internos, com menos idas à cidade, menos feiras, reuniões e celebrações, mas com mais trabalho na agroecologia. O momento de incerteza estabelece a necessidade de construir mais autonomia e segurança, inclusive alimentar, dentro das comunidades. Cada vez mais o trabalho de autocuidado, e de cuidado com os outros, é necessário, e as mulheres observam esse aspecto todos os dias nas hortas, roças e cozinhas.

128

O aumento do preço do arroz e de outros alimentos é um exemplo de situação que estimula as comunidades a refletir. Uma quilombola nos disse que comprou um fardo para a família, viu o quanto aquilo pesou no bolso e se animou de plantar. A prática de abrir roças de arroz, que algumas pessoas da comunidade haviam abandonado, vem sendo retomada. Se uma única pessoa faz o plantio, os passarinhos vêm e comem quase tudo; mas se várias se engajam a plantar, os passarinhos espalham e não são capazes de acabar com a produção.

As roças e hortas crescem, junto com a percepção de que somos nós quem damos importância ao dinheiro. O costume de comprar comida no mercado, que é recente nas comunidades, começa a ser questionado. As pessoas se lembram dos tempos antigos, quando só se saía da comunidade para comprar roupa, sal e querosene. Ficam com vontade de voltar a construir essa autonomia e percebem que, além de ser uma

economia de dinheiro, comer a própria comida tem muito significado. Refletindo sobre a diminuição das roças de arroz na comunidade, uma das agricultoras lembrou que “um frango caipira com arroz caseiro vai bem... e não tem, né?”.

Mas para as pessoas da comunidade que estão na cidade de Curitiba, capital mais próxima da Barra do Turvo, a pandemia é bem diferente. A vida na cidade exige muito mais vínculo com o mercado e a necessidade de ganhar dinheiro para sobreviver, tendo que pagar por água, aluguel e tantas outras coisas que, nos quilombos, são organizadas de outra forma. Como um jovem do quilombo que mora em Curitiba nos disse: “Aqui na cidade é assim: abriu a torneira, já está pagando”. Alguns deles passaram os primeiros meses desse período na Barra do Turvo, mas logo voltaram para a cidade. Longe de seu território de origem, a maioria trabalha em serviços essenciais na cidade: como cuidadores, garantindo o trabalho da alimentação e da distribuição de alimentos, às vezes subordinados à lógica dos aplicativos. Essenciais para a vida, mas desvalorizados e mal remunerados.

Foi por esse motivo que organizamos uma conversa entre os jovens da Barra do Turvo que estão na cidade e aqueles envolvidos com a comercialização de alimentos agroecológicos nas cooperativas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) do Paraná. Se a ideia é permanecer na cidade, é importante saber que é possível fazer isso mantendo vínculos com a agroecologia, se esse for o desejo delas e deles. Quando ouviam sobre como organizar o contato com os agricultores e com as cooperativas para realizar as vendas, e sobre oferecer a opção de entrega de alimentos por *delivery*, um jovem quilombola que trabalha para aplicativos disse: “Achei isso bom, porque estou indo entregar comida que é dos outros, e poderia estar entregando a nossa”. Ficou

a vontade de estender a conversa sobre como organizar a agroecologia na cidade por pessoas que, por serem nascidas e criadas no território, a conhecem bem de perto.

A Rede de Grupos de Consumo Responsável de São Paulo também se fortaleceu durante a pandemia, junto com as agricultoras. Desde abril, as vendas vêm sempre aumentando. Elas chegaram a vender três vezes mais do que no período anterior à pandemia. O principal motivo desse crescimento foi a entrada na rede de vários grupos que foram criados ou fortalecidos pelas campanhas de solidariedade, que doam alimentos e mudas para comunidades periféricas muito afetadas economicamente no período.

Os novos grupos entraram nas compras muito motivados pela diversidade de produtos que as mulheres oferecem. Em uma só compra da Rama chegam frutas, legumes, mudas, fitoterápicos, doces, pães e muito mais.

O compromisso das mulheres com o preço justo também assenta os laços com a cidade. Diferente da maioria dos mercados orgânicos, a comercialização da Rama é comprometida com a possibilidade de todas as pessoas acessarem o alimento, principalmente as que não poderiam consumir de forma agroecológica por outras vias.

Os grupos de compra mudaram suas logísticas para se adaptar a estes tempos. Quem ainda não distribuía os produtos em cestas passou a fazê-lo porque isso diminui o trabalho e facilita para as agricultoras enviarem caixas fechadas de um só produto. É também um convite às pessoas que comprem para conhecer outros produtos, inventar receitas, experimentar outros sabores e texturas que, algumas vezes, remetem a uma memória ancestral.

A mobilização de pessoas da cidade em torno do que é essencial para a vida, experimentando formas coletivas de organizar o trabalho, amplia o território do comunitário. Nossa atuação é para que essa realidade se estenda para além da fase de pandemia e estabeleçam novos paradigmas.

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, Mariléa. Devir quilomba: antirracismo e feminismo comunitário nas práticas de mulheres quilombolas. In: RAGO, Margareth; PELEGRINI, Mauricio (orgs.). *Neoliberalismo, feminismos e contracondutas*: perspectivas foucaultianas. São Paulo: Intermeios, 2019. p. 267-291.
- BARIZÃO, Débora et al. *Mulheres quilombolas*: territórios, identidade e lutas na construção de políticas públicas. São Paulo: SOF, 2020. Disponível em: <https://www.sof.org.br/mulheres-quilombolas-territorios-identidade-lutas-politicas-publicas/>. Acesso em: 15 out. 2020.
- ESCOLA de formação em agroecologia e feminismo é também solidariedade com as caiçaras. *SOF*, 25 jul. 2019. Disponível em: <https://www.sof.org.br/escola-de-formacao-em-agroecologia-e-feminismo-e-tambem-solidariedade-com-as-cai-caras/>. Acesso em: 1 dez. 2020.
- ESTEVA, Gustavo. Desenvolvimento. In: SACHS, Wolfgang. *Dicionário do desenvolvimento*: guia para o conhecimento como poder. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 59-83.
- GONZÁLES, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: SANTANA, Bianca (org.). *Vozes insurgentes de mulheres negras*: do século XVIII à primeira década do século XXI. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2019. p. 73-103.
- IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). *Censo Agropecuário*: Tabela 6774 – Número de estabelecimentos agropecuários com produtor proprietário, concessionário ou assentado sem titulação definitiva, por tipologia, forma de obtenção das terras, sexo do produtor, classe de idade do produtor, grupos de área total. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/6774>. Acesso em: 15 out. 2020.

- OFICINA sobre economia verde reúne organizações e movimentos no Vale do Ribeira. *SOF*, 10 jun. 2019. Disponível em: <https://www.sof.org.br/oficina-sobre-economia-verde-reune-organizacoes-e-movimentos-no-vale-do-ribeira/>. Acesso em: 1 dez. 2020.
- RATTS, Alex. *Eu sou atlântica*: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. São Paulo: Instituto Kuaza/Imprensa Oficial, 2007.
- VIGNA, Anne; VIANA, Natalia; ONÇA, Luciano. Napalm no Vale do Ribeira. *Pública*, 25 ago. 2014. Disponível em: <https://apublica.org/2014/08/napalm-no-vale-do-ribeira/>. Acesso em: 15 out. 2020.

Mulheres indígenas: a dimensão do cuidado como potência

Iara Tatiana Bonin



PRECISO CONSULTAR
MEU SONHO

No BRASIL, O NÚMERO DE VÍTIMAS DA PANDEMIA DE CORONAVÍRUS ultrapassa 7 milhões de pessoas infectadas, e quase 200 mil mortos.¹ Frente a essa tragédia humana, o presidente brasileiro não apenas age de modo negligente: ele menospreza os riscos da pandemia, estimula o uso de medicamentos sem comprovada eficácia no combate ao vírus e desafia, constantemente, as regras de prevenção estabelecidas por instâncias oficiais de seu próprio governo. Num contexto que evidencia a banalização da vida pelo poder público, são as organizações da sociedade civil que atuam de forma mais efetiva para buscar suprir, de maneira emergencial, a ausência do Estado. As ações de homens e mulheres, no interior das comunidades indígenas, têm sido efetivas, possibilitando conter o avanço da doença.

No dia 2 de setembro, a *National Geographic* publicou matéria intitulada “Mulheres indígenas lideram esforços no combate à pandemia” (Di Bella, 2020). No subtítulo, destaca-se a expressão “Entre o luto e a luta”,² que marca o amplo

1. Dados de dezembro de 2020.

2. O subtítulo completo da matéria em questão é: “Entre o luto e a luta, elas arrecadam e destinam doações, protegem aldeias, dão suporte espiritual e comandam importantes associações”.

espectro da atuação das mulheres, ocupadas com o acompanhamento e a proteção da vida no cotidiano das aldeias e comunidades indígenas, bem como na elaboração de sentidos e de sentimentos experimentados em circunstâncias de adoecimento e morte. A mesma reportagem indica que as mulheres “são maioria entre profissionais de saúde, nas organizações de campanhas de conscientização, de doações e no cuidado com família e amigos”, e que “a Organização Mundial da Saúde já manifestou preocupação com a sobrecarga de trabalho para as mulheres”.

A luta é marcador da ação de mulheres indígenas, é dimensão constitutiva da vida indígena. Lutar e resistir, lutar e re-existir na lógica comunal e no compromisso com a comunidade. Achinte (2012) emprega o termo reexistir como marcador de luta de povos que não apenas resistiram, e resistem, às múltiplas formas de opressão, como configuram maneiras singulares de existência e intervenção criativa no mundo, adequadas aos seus próprios projetos de vida e sociedade. Nesse sentido, a luta que se trava, neste momento, envolve a mobilização de recursos materiais e espirituais com os quais os povos indígenas protegem e promovem a vida em sua integralidade, além de ser, sobretudo, ação cotidiana que denuncia a omissão do Estado brasileiro e as ações de cuidado com os outros, que têm caráter estratégico e político.

O objetivo deste texto é apresentar algumas linhas de ação de mulheres indígenas no combate à pandemia, atuação que se desenvolve articulada a estratégias políticas de defesa e proteção da vida. Argumenta-se, em especial, que o trabalho cotidiano, sistemático e articulado dessas mulheres permite pensar na dimensão do cuidado como potência e forma de luta comum. O termo potência, empregado nesse

contexto, é inspirado em discussões propostas por Agamben (2006), nas quais se reinsere a vida como uma potência que excede incessantemente as suas formas e as suas realizações.

Povos indígenas e os desafios da pandemia

Os indígenas têm sido especialmente afetados pela pandemia do coronavírus em nosso país. Conforme dados da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), até 24 de novembro de 2020, 39.978 pessoas de 161 povos tinham sido infectadas, com 880 mortes em diferentes aldeias.

Entende-se que a falta de atendimento em saúde às famílias indígenas que residem em contextos urbanos ou em áreas ainda não demarcadas agrava ainda mais o devastador cenário da pandemia. Também o problema das terras não demarcadas, degradadas ou muito pequenas está no cerne da necessidade de trânsito para fora das aldeias, seja para vender artesanatos e produtos indígenas, seja para buscar ocupações remuneradas (quase sempre em trabalhos precários, extenuantes, distantes de suas moradias) para obter recursos que auxiliem na sustentabilidade. Essa é uma situação vivenciada por comunidades das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil.

Pode-se destacar a situação vivida pelos Huni Kuĩ, que registram o oitavo maior número de infectados pela covid-19 entre os povos indígenas do Brasil: “Noventa por cento da comunidade Huni Kuĩ foi afetada, uma população de 15 mil pessoas, distribuídas em 116 aldeias, 12 territórios e 5 municípios no estado do Acre”, conforme informações de Ninawá Huni Kuĩ, presidente da Federação do Povo Huni Kuĩ do Estado do Acre (Fephac) fornecidas ao Conselho

Indigenista Missionário (Cimi).

Ele afirma que o adoecimento tem efeitos duradouros sobre os corpos e as vidas indígenas e “tem causado medo, sofrimento nas famílias e desequilíbrio emocional, psicológico e espiritual. Os pajés e curandeiros utilizaram de seus conhecimentos, através das plantas medicinais com chás, banhos, defumações para amenizar os efeitos desse vírus” (Spezia, 2020).

Tem-se, assim, um elemento a mais a ser considerado – uma dimensão que afeta o viver que, para os povos indígenas, se desenrola numa teia interconectada de seres. A propagação do coronavírus produz um acontecimento traumático que precisa ser enfrentado e ressignificado coletivamente, por meio de instituições culturais e saberes específicos em cada povo, pela intervenção de líderes religiosos, pela cura do ser, do corpo e da terra, o que amplia o espectro de ações de cuidado e atenção.

Em situações de omissão, descaso ou morosidade do poder público, os povos indígenas têm definido e conduzido ações de enfrentamento à covid-19. Eles constroem barreiras sanitárias em vias de acesso aos territórios, enquanto agentes indígenas de saúde (mulheres em grande parte) desenvolvem campanhas de prevenção nas aldeias, esclarecendo sobre formas de contágio do vírus e sobre os riscos de transitar em centros urbanos e cidades, de travar interações com pessoas de fora das comunidades.

As mulheres indígenas estão inseridas numa rede de práticas voltadas para resguardar e restabelecer a saúde, tendo lugar central no cuidado da vida, na prevenção de doenças, na condução de práticas de cura, no uso de plantas e de medicinas tradicionais, no plantio, na colheita, na coleta, na seleção e na preparação de alimentos, o que colabora para

fortalecer o corpo e, assim, prevenir o desenvolvimento da doença na forma mais grave.

Embora o enfrentamento da pandemia seja, no Brasil atual, uma das lutas mais urgentes, infelizmente não se trata de uma ameaça isolada: a ela se somam outras formas de agressão à vida e aos direitos dos povos. A covid-19 afeta de modo tão intenso as comunidades exatamente porque se inscreve no contexto de agressões cotidianas, violações históricas de direitos e omissões do poder público.

Um mosaico de experiências de mulheres indígenas

Discutir a ação de mulheres indígenas em um contexto de pandemia é reconhecer, antes de tudo, a impossibilidade de falar de uma luta isolada – não se trata apenas de dissipar o risco e a ameaça do vírus, mas de enfrentar um conjunto de outras violências. As experiências a seguir, entremeadas com depoimentos, formam um mosaico e exploram múltiplas dimensões dessa luta histórica, que segue atual, pela manutenção da saúde e garantia da vida.

Para dar início a esse mosaico de experiências, destaca-se a sessão de lançamento do relatório “Violência contra os povos indígenas no Brasil”, organizado pelo Cimi, no dia 30 de setembro deste ano, que contou com a participação, de forma remota, de Maryelza (Makaya) Apurinã, da Terra Indígena (TI) Valparaíso, localizada em Boca do Acre, estado do Amazonas. Na ocasião, ela relatou fragmentos de uma luta de mais de 29 anos empreendida por seu povo para garantir e proteger o território.

Quero dizer que, se o governo não demarcar nossas terras, não teremos onde viver. Nós vivemos sob ameaças e, ultimamente, o índice vem crescendo. Antes, eram ameaças de posseiros, fazendeiros, madeireiros e, agora, sofremos ameaças até de um parlamentar [...]. Quero dizer que não é fácil viver sob ameaças: você chegar a ponto de ver seu pai ser ameaçado na sua frente por posseiros, dói. O coração sangra. Como liderança jovem e mulher Apurinã, quero enviar meus pêsames para todos os que perderam familiares e entes queridos dos povos indígenas nesta pandemia e quero me solidarizar com essas palavras. (Lançamento..., 2020)

Embora mencione rapidamente a pandemia, a líder Apurinã expõe a centralidade da relação com a terra para assegurar as formas de vida indígena e, ao mesmo tempo, denuncia uma cadeia de interesses sobre esses territórios que expõe as comunidades a risco constante. Na mesma sessão de lançamento do mencionado relatório, Lenice Paulino Guajajara, da Aldeia Mucura, na Terra Indígena Arariboia, no Maranhão, foi convidada a participar e destacou:

A gente está lutando pelos nossos povos. É muito triste para nós ver o que os brancos estão fazendo, querendo tomar o que é nosso. A gente não pode, como indígenas, deixar tomarem o que é nosso. A nossa natureza é a nossa mãe. É dela que nós tiramos alimentos, e nela que nós criamos nossos filhos. Contamos com vocês para deixar para o nosso povo a terra protegida. [...] A gente está lutando, pela justiça. Nós queremos ser protegidos porque nós somos ameaçados pelos madeireiros, pelos fazendeiros, pelos caçadores. Isso pra nós é uma grande tristeza. Às vezes me pergunto: “Até quando? Quando vai parar isso?”. Dentro de nossa aldeia, nós não temos a proteção. A gente não dorme direito por causa

dessas ameaças que continuam. Os brancos estão brigando, querendo tomar nosso território. Isso nós não vamos deixar. A gente está lutando. Sem terra, de onde a gente vai criar nossas crianças e de onde vamos tirar os alimentos para nós e nossos filhos? A terra é nossa vida. (Lançamento..., 2020)

Uma dimensão ampla de luta pela vida, que só pode se realizar plenamente na terra e com garantia de usufruto exclusivo, se expressa nas palavras da líder indígena, e ela sinaliza que a violência contra os povos surge da falta de demarcação dos territórios, da criminalização dos povos indígenas e da impunidade em relação aos crimes praticados – que incluem assassinatos, ameaças, mas também danos ao patrimônio provocados por incêndios criminosos, por desmatamentos, pela mineração ilegal, por exemplo.

Outra figura para o mosaico de experiências de mulheres indígenas pode ser recuperada do evento virtual sobre direitos humanos no estado do Maranhão, com o sugestivo título “Demarcar terras e telas”. Na ocasião, Sônia Guajajara, também da Terra Indígena Arariboia, no Maranhão, mencionou o crescimento da violência contra os povos indígenas, resultante dos conflitos territoriais e da impunidade em relação aos crimes praticados, o que põe em risco a vida e a segurança de comunidades inteiras.

De uma perspectiva engajada e em defesa da vida, ela denuncia a negligente ação do governo brasileiro, o crescente número de invasões nos territórios – mesmo naqueles já demarcados –, os alarmantes índices de desmatamento e, ainda, os incontáveis focos de incêndio em florestas no país, que destruíram, por meses, biomas inteiros. Assim, nas palavras de Sônia Guajajara, delineiam-se desafios que vão além do enfrentamento cotidiano da pandemia:

Estamos vivendo um período bem difícil, e não estou falando que, em algum tempo, já foi fácil para a gente, mas essa pandemia, junto com o governo Bolsonaro, veio escancarar ainda mais esses históricos problemas [...]. O governo que temos agora no Brasil é perigoso, porque é um governo que, desde a sua campanha, já se declarou inimigo dos povos indígenas. Uma das primeiras coisas que esse presidente falou e que continua sustentando até hoje, de forma bem concreta, é que, no seu governo, não teria nenhum centímetro de terra demarcada para povos indígenas. Essa afirmação, feita ainda na campanha de Bolsonaro, vem sendo concretizada com muitas medidas, sempre na linha de suprimir direitos. Nossa luta é para evitar que direitos constitucionais sejam suprimidos. (Semana..., 2020)

Ela prossegue argumentando que o desafio maior, enfrentado atualmente, é o da manutenção dos direitos inscritos na Constituição Federal, resultantes de intensa luta de homens e mulheres de diferentes povos. A atuação das mulheres indígenas no contexto de uma pandemia tem sido tão desafiadora porque implica atuar de forma emergencial, mas também estratégica, na defesa da vida, da terra, dos direitos hoje fortemente contestados e ameaçados.

As lutas atuais de mulheres indígenas, que incluem o combate à pandemia, reverberam na experiência narrada por Maria Betânia Mota de Jesus, do povo Macuxi, de Roraima, em uma *live* promovida pelo Cimi no dia 6 de agosto de 2020. A histórica atuação do Conselho Indígena de Roraima (CIR), que abrange 246 comunidades em 35 terras indígenas, também é marcada pelo protagonismo das mulheres.

Sempre lutamos e sempre vamos lutar pelos nossos territórios, pois a nossa mãe-terra é sagrada para nós, povos indígenas, e por ela, com toda certeza, vamos estar resistindo cada vez mais. São mais de 520 anos de muita resistência e de muita luta, e hoje, novamente e sempre, nós, mulheres, estamos aqui nesta linha de frente, lutando sempre e defendendo os nossos direitos para que a nossa mãe-terra esteja sempre viva, que os nossos territórios, que hoje estão demarcados, sejam de fato respeitados para nós e para as futuras gerações. Quero dizer que, garantias, nós temos muitas e que foram conquistadas com muita luta e com muita resistência. Nós, povos indígenas, existimos antes e, justamente por tanta resistência que nós temos, resistiremos. Cada vez mais estamos fazendo frente a muitas situações vivenciadas, com muito derramamento de sangue, com muitas mortes e com muitas sequelas também, que ficam após cada luta, cada sofrimento e cada resistência em nosso território. Queremos, sim, os nossos territórios sempre com muita saúde, com muita vida. Sem nossos territórios, nós não temos saúde, nós não temos educação, e é por isso que não importam essas situações de genocídios, pois nós continuamos aqui lutando, e sempre vamos lutar pelo nosso território. (Live..., 2020)

145

Maria Betânia ressalta o caráter de luta contínua, histórica e incansável pela garantia de direitos, e menciona as ameaças atuais vivenciadas em âmbito local, em particular as invasões de garimpeiros que se alastram sobre as terras indígenas na região em que ela atua. É no amplo conjunto de ameaças à vida indígena que Maria Betânia situa o desafio da pandemia:

Falando dessa situação que vivemos hoje, nós temos este inimigo invisível que se chama covid-19, que está chegando dentro de nossos territórios, e temos também o inimigo visível, que está a todo momento, sempre, querendo o nosso genocídio, sempre querendo o nosso extermínio, a morte de nossos parentes, querendo os nossos territórios, e isso a gente não vai permitir. Em relação à covid-19, tivemos e estamos tendo muitas iniciativas, nas nossas regiões, nas nossas comunidades indígenas. O cuidado com o bem-estar, o cuidado com a saúde coletiva do nosso povo é o que importa. [...] Começamos a apoiar as iniciativas que nossas lideranças tiveram, que foi a criação de 39 barreiras sanitárias no entorno, e até dentro dos nossos territórios, para realmente cuidar e monitorar mais de perto ainda. A criação das barreiras ajudou muito a evitar que a doença se alastre dentro do território. E, mesmo com essa chegada aos poucos, perdemos muitas lideranças, muitos anciãos. Graças aos tuxauas, mulheres, jovens, nós estamos nos fortalecendo e lutando contra a doença. (Live..., 2020)

Ela também avalia que a fragilização da política de atenção à saúde e a consequente falta de materiais e recursos agravam o quadro de adoecimento: “A distribuição de materiais de higiene é essencial e não está sendo garantida. A falta desses materiais torna as comunidades mais vulneráveis à contaminação por esse vírus” (Live..., 2020).

Junto às lutas “para fora”, as mulheres indígenas protagonizam importantes ações “para dentro” de suas comunidades. Nesse sentido, a líder Macuxi também ressalta os usos das medicinas tradicionais no tratamento da covid-19, que vêm contribuindo muito nos processos de recuperação das pessoas. Mas a dimensão ressaltada é a da ação coletiva e

da garantia de um estado comum de boa saúde, o que só pode ser alcançada numa vida em comunidade e em terras resguardadas e protegidas.

Maria Betânia explica que inúmeras comunidades não têm acesso à água potável, o que torna ainda mais difícil o combate à pandemia. “É necessário estar sempre cuidando da higienização e do consumo mesmo de água potável, que é central” (Live..., 2020). As invasões de garimpeiros nas terras indígenas Yanomami e Raposa Serra do Sol são referidas por ela para denotar como as ameaças atuais não podem ser tratadas isoladamente: “Com as invasões, os rios, os nossos mananciais, estão sendo contaminados. Neste momento em que a gente precisa de água potável e acessível às comunidades, isso é ainda mais grave. Essa é uma ameaça e um impacto muito grande sobre as nossas vidas” (Live..., 2020).

Outra iniciativa de prevenção e de combate à pandemia entre os povos indígenas, com o intuito de dirimir impactos provocados pela inoperância ou omissão do poder público, é protagonizada pelas mulheres que integram a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN). Nesse sentido, apresenta-se nesse mosaico de experiências o projeto “Rio Negro, Nós Cuidamos”, idealizado pelas mulheres indígenas para garantir segurança alimentar, direito à informação, promoção de saúde e distribuição de insumos de prevenção para 23 povos indígenas e 750 comunidades do rio Negro, no estado do Amazonas.

No site da organização,³ destaca-se: “Nós, mulheres indígenas, sabemos como cuidar dos nossos filhos, das nossas famílias, comunidades, roças e florestas! E agora estamos

3. Disponível em: <https://noscuidamos.foirn.org.br/>. Acesso em: 24 nov. 2020.

dispostas a apoiar nossos parentes a superar a pandemia”. Em um depoimento em vídeo realizado pela FOIRN, Elizabeth da Silva, da etnia Baré, relata:

Tenho três filhos, sou agricultora e, além de agricultora, sou uma liderança indígena [...]. Sabemos que estamos passando por um momento tão difícil que é essa pandemia, que está sem cura até este momento. Então, nós, povos indígenas, estamos precisando de muita ajuda da população para que a gente possa continuar vivos em defesa do nosso território, em defesa da nossa cultura, em defesa da nossa população indígena. [...] A mulher indígena é aquela que cuida da família, é aquela que cuida das plantas medicinais, é aquela que cuida da roça, das crianças. (Rio..., 2020)

148

Experiências contextualizadas no extremo Sul do país também compõem esse mosaico. Em texto assinado por Ivan Cesar Cima, membro da Coordenação Colegiada do Cimi Regional Sul, expõem-se alguns impactos da pandemia e desafios atuais:

A realidade das comunidades indígenas no Rio Grande do Sul, nesses tempos de pandemia da covid-19, é ainda mais dramática, uma vez que se soma a um contexto anterior de graves e profundas violências praticadas contra a vida desses povos – Kaingang e Guarani. [...] Na maior parte do estado as terras são insuficientes e degradadas e uma parte da população vive em acampamentos às margens de rodovias ou pequenos pedaços de terra. Nelas, em geral, não há água potável e as habitações são precárias. Não há saneamento básico, coleta de lixo e as infraestruturas para atendimento de doentes estão absolutamente precárias. Faltam profissionais

de saúde, equipamentos, medicamentos e transporte. Todo esse quadro, conforme relato das lideranças indígenas, tem causado revolta, perplexidade e indignação, pois sentem que um genocídio, a cada dia, se aproxima do interior das comunidades. (Cima, 2020)

Entre as reivindicações das comunidades do Sul do país, consideradas fundamentais para enfrentar a pandemia e promover segurança e dignidade para povos e comunidades, estão: a demarcação das terras indígenas; a implementação de programas que assegurem saneamento básico e água potável nas comunidades; o fortalecimento do protagonismo dos povos indígenas no planejamento, na implementação e na execução das políticas de saúde; e o respeito às medicinas tradicionais e aos saberes indígenas, bem como aos líderes espirituais que tratam da saúde e das doenças nas comunidades.

149

No contexto das lutas do movimento indígena nessa região também se inserem as ações das mulheres. Destacam-se, a seguir, depoimentos de duas indígenas que atuam em ambientes urbanos. A primeira é Iracema Gã Teh Nascimento, Kaingang, que explica como se dá o cuidado de pessoas que a procuram: “Nós tratamos as pessoas assim: você vem me procurar, eu digo: ‘Volte amanhã’. Eu preciso consultar meu sonho”. E ela segue explicando que a atenção e o cuidado com uma pessoa que precisa de ajuda não começa no ato da procura por atendimento, nem termina com uma “receita” – esses são só alguns dos passos de um processo longo de tratamento e de proteção.

Iracema explica que as preparações para os rituais são trabalhos realizados com tempo e dedicação, a exemplo dos benzimentos para os quais, meses antes, é feita a coleta das

plantas que serão utilizadas. O tratamento está implicado com um largo conhecimento sobre o mundo, sobre as relações entre as coisas, os seres e as pessoas, aprendido com os anciãos e os que viveram antes de nós. No tratamento da covid-19, toda essa rede de saberes e de práticas ancestrais é movimentada e dinamizada.

Nossa medicina está servindo para cuidar das pessoas – não só do meu povo, mas pessoas da periferia que me procuram. Estou aqui, no colo da minha mãe-terra, para atender todo mundo. Quando vou buscar meu remédio no mato, vou sabendo para que e sei onde buscar. Sei quais remédios temos que tomar para ficarmos bem, saudáveis. Isso é o bom viver.

150

Iracema é anciã e líder religiosa dos Kaingang, e vive na região metropolitana de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul. Suas palavras expandem o sentido de cuidado para além do espaço da comunidade ou do povo indígena. “No colo” da mãe-terra e acolhida por ela, tem como missão promover o bom viver, atendendo a quem precisar.

Na região central de Porto Alegre atua Alice Martins, do Centro de Referência Afro-Indígena do Rio Grande do Sul. Ela relata algumas iniciativas em tempos de pandemia:

Pra nós, mulheres indígenas, o momento de pandemia, que já perdura sete meses, aumenta o sofrimento dos povos indígenas. Tivemos que buscar iniciativas junto à sociedade civil, já que o poder público se isenta de qualquer responsabilidade com os povos indígenas, especialmente em centros urbanos. Então nós, mulheres aqui do centro de referência, com as comunidades indígenas que vivem nas periferias, por respeito

à nossa existência, às nossas culturas e modos de ser, tivemos que buscar alternativas de extrema urgência. Passamos a denunciar a negação dos direitos e a pedir que as pessoas se mobilizassem, e criamos uma rede para fortalecimento e subsistência diária, porque não podemos mais vender nossos artesanatos em função da pandemia. Então tivemos que nos reinventar, tivemos que colocar os artesanatos em espaços online, nas redes sociais, tivemos que buscar meios através de financiamentos coletivos e doações, tivemos que conseguir recursos para segurança.

As iniciativas são de extrema urgência porque as comunidades indígenas que vivem em centros urbanos estão excluídas das políticas formais de atenção à saúde indígena. Além disso, a venda de artesanato vem suprir necessidades de subsistência de comunidades em realidades urbanas, nas quais não há terras suficientes para a manutenção da qualidade de vida. A pandemia agrava essa realidade, e a ação das mulheres está voltada a criar estratégias de enfrentamento permanentes.

151

Considerações finais

Uma teia ampla de ações de mulheres indígenas foi apresentada neste texto, de modo a permitir vislumbrar o cuidado como potência de luta, como estratégia de ação articulada a um propósito comum no qual se vislumbra a vida em sua máxima expressão. A ação, marcada fortemente pelo cuidado – da família, da comunidade, do povo, da terra, da vida, da saúde em tempos de pandemia –, mostra-se, assim, como potência política. A habilidade de cuidar se expande para a

de prover as condições para a manutenção da vida – coletar é ato de ir buscar, aonde estiverem disponíveis, aqueles recursos necessários; acender o fogo é ato de aquecer, acolher, acalantar e, também, convocar para a luta, para a ajuda, para olhar a interdependência que configura nosso estar vivo; plantar, colher e redistribuir o alimento é ato que mantém o fio na trama de um viver comunitário.

Nas experiências de mulheres se expõem ações ordinárias e extraordinárias. Sentadas à sombra das árvores, cercadas de crianças, de animais domésticos, mulheres indígenas seguem conversando, confeccionando artesanatos, produzindo cestarias, tramando fios de esperança, porque promover a vida é muito mais do que enfrentar uma doença. Elas prestam atenção às crianças – no inteligente jogo entre garantir-lhes autonomia e protegê-las dos perigos – e aos anciãos, pessoas importantes por suas histórias e experiências, vistos como “troncos velhos” que dão sustentação e nutrem, com seu saber, as gerações futuras. No cotidiano, mostram que é preciso cuidar, mas que também é central seguir vivendo.

Participam de rituais contínuos para o restabelecimento da saúde, para a proteção das pessoas. As religiosidades indígenas dão suporte e sustento para o enfrentamento da pandemia. Por meio das medicinas tradicionais e do trabalho (material e espiritual), os povos indígenas vão mobilizando recursos e mecanismos disponíveis no interior de suas culturas; não permanecem apenas à espera da cura ou da prevenção por meio de uma vacina, mesmo quando se trata de uma doença vinda do contexto de vida dos não indígenas. O cuidado é, assim, potência de luta e de vida, é ação voltada para restabelecer o equilíbrio, a força, a integralidade, na complexa trama do viver.

As mulheres indígenas também atuam em rede – participam de articulações, de organizações, de associações de mulheres, protagonizam debates, reuniões, *lives*, sistematizam informações e as traduzem para as línguas de seus povos, incorporam novos recursos e tecnologias, movimentam grupos de WhatsApp, mandam mensagens por radiofonia, postam vídeos na internet. Elas compartilham saberes e práticas que lograram êxito, e, de muitas maneiras, constroem conhecimentos de uso comum e compartilhado.

O cuidado é parte das estratégias para re-existir, e um sentido para o termo reexistência também se constrói a partir das palavras força, esperança e coragem que caracterizam as mulheres indígenas que compuseram o mosaico de experiências aqui exposto. Por isso, repassamos suas palavras como desfecho para este texto:

153

Neste momento de tanta enfermidade, nós precisamos, primeiro, curar a humanidade, pra podermos curar a terra. [...] Nós precisamos reflorestar os corações, reflorestar o nosso espírito de solidariedade. [...] Não há como existir vida no planeta se forem destruídos os modos de vida dos povos indígenas (Sônia Guajajara).

Estamos aqui, firmes, fortes e resistentes, cada vez mais, na defesa de nossos direitos e na defesa de nosso território (Maria Betânia Mota de Jesus, Macuxi)

As autoridades precisam de um olhar mais humano para nós, povos indígenas. [...] Eu quero pedir, em nome de todas as etnias, respeito. Nós permanecemos resistindo em nossa terra. Pedimos a proteção de vida a Deus e a nossos ancestrais. (Maryelza [Makaya] Apurinã)

Lutamos pela nossa autonomia, lutamos pelo nosso bem viver. Estamos lutando contra a violência, pela nossa participação em todos os lugares. Nós, mulheres indígenas, lutamos. (Elizangela da Silva, Baré)

Estamos na luta, nossos corpos são políticos, nossa luta está em todos os espaços em que nós estivermos. Há 520 anos nos matam, nos invisibilizam, mas nós temos que seguir. Nós temos um legado, nós temos uma ancestralidade, nós temos nossos ancestrais ao nosso lado nos mostrando o caminho e nos dizendo que devemos pisar nos seus passos e seguir a luta. (Alice Martins)

Somos um povo que vive na terra, queremos a demarcação da terra; protegendo a terra, não estamos defendendo só o ser humano, e sim todos os seres que vivem na terra. Tem que respeitar que nós somos originários. A terra, nós consideramos como mãe. Sou mulher Kaingang, minha voz é a voz da terra. (Iracema Gã Teh Nascimento, Kaingang)

Referências bibliográficas

- AGAMBEN, Giorgio. A potência do pensamento. *Revista do Departamento de Psicologia*, UFF, Niterói, v. 18, n. 1, p. 11-28, jan./jun. 2006.
- ACHINTE, Adolfo Albán. Epistemes “Otras”: ¿Epistemes Disruptivas? *Revista KULA: Antropólogos del Atlántico Sur*, n. 6, p. 22-34, abr. 2012. Disponível em: http://www.revistakula.com.ar/wpcontent/uploads/2014/02/KULA6_2_ALBAN_ACHINTE.pdf. Acesso em: 15 set. 2020.
- CIMA, Ivan Cesar. O impacto da pandemia nos povos indígenas do RS. *Sul 21*, 9 set. 2020. Disponível em: <https://www.sul21.com.br/opiniaopublica/2020/09/o-impacto-da-pandemia-nos-povos-indigenas-do-rs-por-ivan-cesar-cima/>. Acesso em: 27 set. 2020.
- CONVIDA! Conversa com a Mestra Kaingang Iracema Gã Teh Nascimento (RS). 24 ago. 2020. Vídeo (54m18). Publicado pelo canal SescBrasil. Disponível em: <https://youtu.be/Owoj3gpBPdQ>. Acesso em: 15 set. 2020.
- DI BELLA, Gabi. Mulheres indígenas lideram esforços no combate à pandemia. *National Geographic*, 2 set. 2020. Disponível em: <https://www.nationalgeographicbrasil.com/cultura/2020/08/mulheres-indigenas-lideram-esforcos-no-combate-a-pandemia>. Acesso em: 15 out. 2020.
- LANÇAMENTO do Relatório Violência contra os Povos Indígenas no Brasil. 30 set. 2020. Vídeo (2h33m42). Publicado pelo canal do Conselho Indigenista Missionário. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=zsDh_RJqIWU&-feature=youtu.be. Acesso em: 30 set. 2020.
- LIVE do Cimi: ameaças aos povos e territórios indígenas durante a pandemia. 6 ago. 2020. Vídeo (1h39m50). Publicado pelo

canal do Conselho Indigenista Missionário. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=QoWPDuz0O9k&feature=emb_logo. Acesso em: 6 ago. 2020.

RIO Negro, nós cuidamos! 23 abr. 2020. Vídeo (2m01). Publicado pelo canal da FOIRN Rio Negro/AM. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=UPWAlOomVfQ&feature=emb_logo. Acesso em: 27 set. 2020.

SEMANA dos povos indígenas no Maranhão – com Flávio Dino e Sônia Guajajara. 5 set. 2020. Vídeo (1h42m58). Publicado pelo canal Direitos Humanos Maranhão. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=W2WCvKzaaFA&feature=youtu.be>. Acesso em: 30 set. 2020.

SPEZIA, Adi. O Estado se ausenta, as invasões e pandemia avançam entre os povos indígenas no Acre. *Cimi*, 31 ago. 2020. Disponível em: <https://cimi.org.br/2020/08/o-estado-se-ausenta-as-invasoes-e-pandemia-avancam-entre-os-povos-indigenas-no-acre>. Acesso em: 15 set. 2020.



Sobre as autoras



Apresentação

Elisangela Soldateli Paim é jornalista, doutora em ciências sociais pela Universidad de Buenos Aires, Argentina, e coordenadora latino-americana do Programa Clima da Fundação Rosa Luxemburgo.

A Fundação Rosa Luxemburgo (<https://rosalux.org.br>) é uma instituição alemã sem fins lucrativos vinculada ao partido Die Linke (A Esquerda). Fundada no ano de 1990, em Berlim, tem como principais desafios promover a formação política e a crítica social, pautadas na tradição dos movimentos trabalhistas, feministas, antirracistas e antifascistas.

Desde 2000, suas iniciativas de cooperação internacional e solidariedade contam com apoio do Ministério Federal de Cooperação Econômica e Desenvolvimento e do Ministério das Relações Exteriores da Alemanha. Com escritórios em mais de 24 países, a FRL abriu o escritório regional do Brasil e Paraguai, em 2003, na cidade de São Paulo.

Na região, os eixos principais são: a defesa da democracia e de direitos políticos e sociais; críticas a modelos extrativistas, transgenia e mercantilização da natureza e da vida; e alternativas ao sistema capitalista, com o apoio a experiências coletivas e solidárias, bem como a divulgação de conceitos como Bem Viver e a luta contra o racismo e todas as opressões e por uma sociedade justa e livre. A nossa orientação política é um socialismo democrático, ecológico, feminista, internacionalista desde baixo.

Retrocessos socioambientais e a vida nos territórios

Cris Faustino é assistente social, membra da equipe do Instituto Terramar e da Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA), e Conselheira da Justiça Global. Atualmente, preside o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos no Ceará.

O **Instituto Terramar** (<http://terramar.org.br>) é uma organização não governamental, sem fins lucrativos, de caráter socioambientalista. Seu objetivo social é contribuir para a justiça ambiental na zona costeira do Ceará. Sua atuação está voltada, principalmente, para a garantia de direitos coletivos e individuais de comunidades tradicionais costeiras do Ceará, em especial os direitos ao meio ambiente, ao território, à diversidade cultural, ao trabalho e ao exercício político. Atuando em territórios de conflitos socioambientais e a partir de presença direta nas comunidades, o Terramar reconhece que esses conflitos socioambientais possuem impactos diferenciados, marcados por desigualdades e injustiças históricas, como a discriminação racial e étnica. Assim, a instituição compreende que construir justiça ambiental implica também desconstruir culturas de violência, como o machismo e a homofobia, e que a formação política das mulheres e da juventude é fundamental para a democratização das lutas sociais, das políticas públicas, do acesso ao trabalho e do cotidiano.

Antiambientalismo bolsonarista e financeirização da natureza em tempos de pandemia

Fabrina Furtado é professora do Departamento de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (DDAS) e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). É pesquisadora do Laboratório Estado, Trabalho, Território e Natureza do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Etern/Ippur/UFRJ) e do Grupo de Estudos sobre Mudanças Sociais, Agronegócio e Políticas Públicas (GEMAP/CPDA/UFRJ). Atua em temas como conflitos ambientais decorrentes de megaprojetos de desenvolvimento, capitalização corporativa da questão ambiental e feminismos. Antes de ingressar como professora na universidade, atuou em organizações sociais como a Rede Jubileu Sul e a Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais e, atualmente, colabora com diferentes organizações e movimentos em projetos de extensão e atividades de pesquisa e formação.

“Quem não se movimenta, não sente as correntes que a prendem”

Kelli Cristine de Oliveira Mafort possui graduação em pedagogia, é mestre e doutora em ciências sociais pela Faculdade de Ciências e Letras (FCLAR) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp). É membra da Coordenação Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Editha Lisbet Julca Gonza possui graduação em ciência política e sociologia, com ênfase em sociedade, Estado e política na América Latina pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila). É mestre em desenvolvimento territorial e políticas públicas pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp). Integra o Setor de Gênero do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

O Movimento Sem Terra (<https://mst.org.br>) está organizado em 24 estados nas cinco regiões do país. No total, são cerca de 350 mil famílias que conquistaram a terra por meio da luta e da organização dos trabalhadores rurais. Mesmo depois de assentadas, essas famílias permanecem organizadas no MST, pois a conquista da terra é apenas o primeiro passo para a realização da reforma agrária.

O MTST, a pandemia da covid-19 e o papel das mulheres do movimento

O **Coletivo Nacional de Mulheres do MTST** é um grupo de mulheres militantes que estão organizadas entre os Sem Teto e são responsáveis pelo trabalho de base com ênfase na organização, autodefesa, arquitetura, formação política, gênero, entre outras tarefas. Para este texto se organizaram para trazer um pouco do acúmulo e memória de mais de 20 anos de atuação nas periferias do estado.

O **Movimento dos Trabalhadores Sem Teto** (<https://mtst.org>) é um movimento que organiza trabalhadores urbanos a partir do local em que vivem: os bairros periféricos. Não é nem nunca foi uma escolha dos trabalhadores morar nas periferias; ao contrário: o modelo de cidade capitalista é que joga os mais pobres em regiões cada vez mais distantes. Mas isso criou as condições para que os trabalhadores se organizassem nos territórios periféricos em prol de uma série de reivindicações comuns. Criou identidades coletivas dos trabalhadores em torno dessas reivindicações e de suas lutas. Ao mesmo tempo, a organização sindical, no espaço de trabalho, tem tido enormes dificuldades em coordenar um segmento crescente de trabalhadores (desempregados, temporários, terceirizados, trabalhadores por conta própria etc.), a partir de transformações ocorridas no próprio processo produtivo, que tornaram as relações trabalhistas mais complexas e diversificadas. Assim, o espaço em que milhões de trabalhadores no Brasil e em outros países têm se organizado e lutado é o território. É aí que o MTST se localiza: um movimento territorial dos trabalhadores.

Resistindo em mutirão: território, ancestralidade e luta feminista no Vale do Ribeira

Miriam Nobre é agrônoma, integra a equipe da Sempreviva Organização Feminista (SOF) e coordena a equipe que atua no Vale do Ribeira. Também participa do Grupo de Trabalho (GT) de Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia e é militante da Marcha Mundial das Mulheres, cujo secretariado internacional coordenou entre 2006 e 2013.

Natália Lobo é agroecóloga, integra a equipe da SOF que atua com as mulheres do Vale do Ribeira. Também é militante da Marcha Mundial das Mulheres.

Nilce Pontes é quilombola do Quilombo Ribeirão Grande e Terra Seca, agricultora agroecológica, participa da Rede Agroecológica de Mulheres Agricultoras (Rama) e faz parte da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq).

A **Sempreviva Organização Feminista** (<https://www.sof.org.br>) é uma organização não governamental, com sede em São Paulo, que faz parte do movimento de mulheres no Brasil e em âmbito internacional. Uma das contribuições centrais da SOF está na formação, que tem sido um forte campo de atuação desde os anos 1980. Coordenou atividades educativas desde o âmbito local até regional latino-americano, com um público diverso, como mulheres rurais e urbanas, negras, indígenas e jovens, lideranças e ativistas de base, técnicas e técnicos de ONG's e órgãos públicos. A SOF expressa sua razão de ser no tripé movimento social, transformação e feminismo. Isso sintetiza

uma trajetória que combina atuação de assessoria a organizações de mulheres e organizações mistas, a movimentos sociais e a órgãos de governo; trabalho com formação para fortalecimento de grupos e dirigentes sociais e a participação nos movimentos sociais a partir do feminismo. Para a SOF, é fundamental fortalecer e ampliar o número de lideranças mulheres com capacidade de serem multiplicadoras de processos formativos em âmbito local, potencializando, assim, a formação de dirigentes capazes de incidir sobre a realidade brasileira, de forma a alterar a relação desigual entre mulheres e homens.

A Rede Agroecológica de Mulheres Agricultoras (RAMA) reúne 9 grupos de mulheres agricultoras familiares e quilombolas da Barra do Turvo, no Vale do Ribeira, São Paulo. Elas se encontraram em 2015 em atividades de formação feminista e agroecológica e desde então continuam trocando saberes, plantas e lutas em mutirões e intercâmbios. Desde 2016 elas constroem em conjunto com a rede de grupos de consumo responsável da Grande São Paulo um jeito próprio de comercialização que acolhe a diversidade de sua produção. Também participam do Grupo de Trabalho de Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), sendo que várias anotaram na Caderneta Agroecológica e refletiram juntas sobre a importância de sua produção para o sustento das famílias e comunidades, seja para o autoconsumo, doação, troca ou venda. Em 2019 elas se nomearam RAMA, como a rama da mandioca que traz à memória de cada variedade cultivada por suas ancestrais, se espalha e garante o alimento. “Rama é nosso nome, palavra que brota do chão, que do céu nos fortalece com chuvas para nossa união”.

A Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ) articula comunidades quilombolas de 23 estados da federação na luta pela existência física, cultural, histórica e social das comunidades quilombolas. Esta coordenação começa a tomar forma em 1995 quando aconteceu o “I Encontro Nacional das Comunidades Negras Rurais Quilombolas”, mas remete a muito mais tempo, à história dos quilombos: “história de resistência que garantiu a continuidade da existência de milhares de quilombos. Sem dúvida uma sobrevivência sofrida, mas com vitórias”. A CONAQ tem por objetivos lutar pela garantia do uso coletivo do território, pela implantação de projetos de desenvolvimento sustentável, pela implementação de políticas públicas levando em consideração a organização das comunidades de quilombo; por educação de qualidade e coerente com o modo de viver nos quilombos; o protagonismo e autonomia das mulheres quilombolas; pela permanência da juventude no quilombo, e acima de tudo, pelo uso comum do território, dos recursos naturais em plena harmonia com o meio ambiente. Terra titulada, liberdade conquistada e nenhum direito a menos!

Mulheres indígenas: a dimensão do cuidado como potência

Iara Tatiana Bonin é coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Educação Ulbra/Mestrado e Doutorado; Linha de Pesquisa – Pedagogias e Políticas da Diferença; Pesquisadora do CNPq (Pq 2).

O **Conselho Indigenista Missionário** (<https://cimi.org.br>) é um organismo vinculado à CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), que, em sua atuação missionária, conferiu um novo sentido ao trabalho da Igreja católica junto aos povos indígenas. Criado em 1972, no auge da ditadura militar, quando o Estado brasileiro adotava como centrais os grandes projetos de infraestrutura e assumia abertamente a integração dos povos indígenas à sociedade majoritária como perspectiva única, o Cimi procurou favorecer a articulação entre aldeias e povos, promovendo as grandes assembleias indígenas, nas quais se desenharam os primeiros contornos da luta pela garantia do direito à diversidade cultural.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Resistências e re-existências : mulheres,
território e meio ambiente em tempos de
pandemia / [organização Elisângela Soldateli
Paim]. -- São Paulo : Editora Funilaria, 2020.

Vários autores.
ISBN 978-65-993680-1-1

1. Coronavírus (COVID-19) - Pandemia 2. Movimentos
sociais 3. Mulheres - Condições sociais 4. Política
ambiental 5. Território 6. Violência contra as
mulheres I. Paim, Elisângela Soldateli.

21-55551

CDD-304.62

Índices para catálogo sistemático:

1. Coronavírus : COVID-19 : Aspectos sociais :
Sociologia 304.62

Cibele Maria Dias - Bibliotecária - CRB-8/9427

Os movimentos sociais sempre foram sujeitos históricos essenciais para a transformação da sociedade, especialmente em democracias de baixa intensidade, como a brasileira. A editora Funilaria, em parceria com a Fundação Rosa Luxemburgo, publica este livro em um momento de institucionalização de retrocessos, que se intensificam com a pandemia da covid-19. Com o fechamento das vias institucionais para alternativas à esquerda, conhecer as práticas, experiências e reflexões dos movimentos sociais se torna cada vez mais urgente. O conjunto de artigos que compõem este livro contempla o olhar de mulheres militantes de movimentos e organizações sociais, que criam cotidianamente redes de solidariedade e de resistência para o enfrentamento e a superação dos desafios atuais.

[dezembro de 2020, Editora Funilaria]

